



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

TEREZA CRISTINA RIBEIRO

**Povos Indígenas em negociação e conflito: Movimento Indígena e Governo Lula da
Silva (2003-2006)**

Salvador, Bahia

2014

TEREZA CRISTINA RIBEIRO

Povos Indígenas em negociação e conflito: Movimento Indígena e Governo Lula da Silva (2003-2006).

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, do Departamento de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em Ciências Sociais.

Área de concentração: Ciência Política

Orientador: Prof^o. Dr^o. Antonio Jorge Fonseca Sanches de Almeida

Salvador, Bahia

2014

Dados internacionais da catalogação-publicação – a ser elaborado na Biblioteca da UFBA

TEREZA CRISTINA RIBEIRO

Povos Indígenas em negociação e conflito: Movimento Indígena e Governo Lula da Silva (2003-2006).

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais do Departamento de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em Ciências Sociais pela Comissão Julgadora composta pelos membros:

COMISSÃO JULGADORA

Profº Drº Antonio Jorge Fonseca Sanches de Almeida (Orientador) – UFBA

Profº Drº Antonio da Silva Câmara – UFBA

Profº Drº Cloves Luiz Pereira Oliveira – UFBA

Profª Drª Elane Andrade Correia Lima – UFBA

Profº Drº Eliziário Souza Andrade - UNEB

Para Tuíra,
Que me educa
dia-a-dia e fortemente,
na aventura da
maternagem.

AGRADECIMENTOS

Peço licença para agradecer. Minha profunda GRATIDÃO, essa palavra-tudo, como diria o poeta Carlos Drummond de Andrade:

- Às Entidades da Natureza, ao Panteão Africano e aos deuses e deusas do catolicismo europeu, pela proteção concedida;

- Ao conjunto dos professores e professoras do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal da Bahia, pela tolerância na espera dos resultados finais desta pesquisa;

- À banca do exame de qualificação, Prof^a Dr^a. Maria do Rosario e Prof^o Dr^o. Antonio Câmara, que com precisão cirúrgica, indicaram os melhores e mais corretos caminhos que este trabalho precisou seguir;

- Ao amigo Prof^o Luis Antônio Costa (Papa) e amiga Prof^a. Gisele Oliveira, pela participação no exame de qualificação como ouvintes atentos, críticos e pelo apoio. Ao amigo Prof^o Rogério Ferreira, agradeço pelas preciosas dicas teórico-metodológicas;

- Aos amigos professores Wilson Mattos (UNEB) e José Eduardo Clemente (UNIVASF), que ouviram meus clamores e me indicaram muito afetuosamente referências bibliográficas e me incentivaram nas comunicações internauticas;

- À Lya Viana, Doutora em Serviço Social (PUC-SP), amiga-irmã de Sampa, que me presenteou com preciosos livros sobre Gramsci, já desconfiando de qual tendência eu seguiria no marxismo; agradeço aos empréstimos e doações de livros e fontes da comadre Áurea Lúcia Maia Queiroz, que da sua biblioteca reuniu dados da sua rica experiência junto aos povos indígenas, muitas delas compartilhadas por nós;

- À família Garcia-Bresani: Soledad, Thiago, Nina e o pequeno Luca, com quem partilhamos afetos, cumplicidades e muito aprendizado mútuo sobre a diversidade cultural indígena que produz conhecimento e arte.

- Às mulheres-parceiras de Olhos D'água, Goiás: Nilda (a “segunda mãe”), Neide, Liliam, Victória, Comadre Márcia, Janir, Ana Isabel Nunes, Maria Fernandes, que

foram presentes no cotidiano da vida material, no afeto e na solidariedade feminina, além de me socorrerem nos cuidados com a pequena Tuíra, na minha ausência;

- Ao amigo e amigas solidárias: Hilton Coelho, Zilmar Alverita, Cecília Silva, Sandra Gama que compartilharam comigo os frutos de seu trabalho; A Luigi Mosconi, pelo apoio afetivo e material, e por me presentear com meu primeiro livro de Gramsci em italiano;

- À Eliane Motta, historiadora e boa vizinha, que me emprestou revistas e textos importantes, além de franquear seu scanner para que o amigo e *design* Peninha formatasse a sessão de imagens desta pesquisa. Tarefa realizada entre amigos, massas e vinhos. Agradeço muito também à amiga Jandira Queiroz, que tão rápida e certa, traduziu para o inglês o resumo da tese.

- Agradeço a oportunidade de debater sobre hegemonia através da arte contemporânea com o artista Wagner Barja; Também agradeço a Join12 que se fez presente no funcionamento de tudo, mesmo tão longe, tão perto; e muito grata fiquei pela visita de Lucas Rodrigues Fuertes vindo do Velho Mundo: todos encontros que permitiram que eu vivenciasse momentos de profundo afeto e amizade, o que renovou minhas forças, coragem, inspiração e empenho para terminar esta empreitada.

- Agradeço ao convite da amiga e Prof^a. Dr^a. Benedita Celeste de Moraes Pinto, para falar sobre minha pesquisa aos estudantes e professores do Campus Universitário de Cameté-Tocantins, no estado do Pará, o que funcionou como um excelente reforço na convicção das reflexões teóricas e empíricas aqui explicitadas;

- Ao meu povo da Bahia, lugar onde tenho o afeto e a solidariedade de longos tempos de Rita Maskel Rapold, Sérgio Guerra e Américo Caetano: nossa irmandade é uma permanência histórica; agradeço também a acolhida e o apoio da amiga-irmã Prof^a. Mariza do Carmo Rodrigues, mulher sertaneja retada, dona das rédeas de sua vida, que tem na pequena Anita sua fonte de luz e amor permanente. Agradeço também ao “anjo” Djane, por ser amorosa e prestativa com nossas crianças, quando as mães que estudam entram em parafuso! Também não esqueço de agradecer a Prof^a Naiaranize Pinheiro pela cumplicidade feminina, pela acolhida e por seu apoio irrestrito no campo das ciências sociais.

- Ao meu orientador Prof^o. Dr^o. Antônio Jorge Almeida, que da longevidade de sua experiência e do alto calibre de seus conhecimentos, procurou de todos os jeitos lapidar a bruteza da explosão de minhas idéias, disciplinando emoções e saberes e me conduzindo muito bem até este importante momento. Pelo muito que foi dito e pelo (ainda) não dito, sou toda agradecimentos pra ti.

- É preciso agradecer, por fim, a enorme paciência e tolerância da pequena Tuíra Ribeiro Campos, menina astuta e encantadora que nasceu junto com o projeto desta tese e que me distraiu demais, que cobrou demais minha presença para assistir com ela seus filmes, ou tomar banho de rio, ou estar em suas brincadeiras. Filha, agora mamãe já pode: pegue a pipoca e ligue o play.

Sou pataxó,
Sou xavante e cariri,
Ianonami, sou tupi
Guarani, sou carajá.
Sou pancaruru,
Carijó, tupinajé,
Potiguar, sou caeté,
Ful-ni-o, tupinambá.

Depois que os mares dividiram os continentes

Quis ver terras diferentes.
Eu pensei: "vou procurar
Um mundo novo,
Lá depois do horizonte,
Levo a rede balançante
Pra no sol me espreguiçar".

Eu ataquei
Num porto muito seguro,
Céu azul, paz e ar puro...
Botei as pernas pro ar.
Logo sonhei
Que estava no paraíso,
Onde nem era preciso
Dormir para se sonhar.

Mas de repente
Me acordei com a surpresa:
Uma esquadra portuguesa
Veio na praia atracar.
Da grande-nau,
Um branco de barba escura,
Vestindo uma armadura
Me apontou pra me pegar.

E assustado
Dei um pulo da rede,
Pressenti a fome, a sede,
Eu pensei: "vão me acabar".
Me levantei de borduna já na mão.
Ai, senti no coração,
O brasil vai começar.
(“Chegança”, Antônio Nóbrega)

Povos Indígenas em negociação e conflito: Movimento Indígena e Governo Lula da Silva (2003-2006).

RESUMO

Este trabalho reúne um relato de experiências em diálogo com a proposição teórica de vários autores que tem como tema geral o relacionamento entre povos indígenas e o estado brasileiro em conflito e negociação na construção de uma política indigenista estatal. Os índios e índias, a partir da constituição das organizações e entidades de seu movimento social, seja em níveis local, regional e nacional, elaboraram conceituações e ações políticas que se tornaram referências para a investigação social e acadêmica. Ao mesmo tempo, a organização estatal referendou-se na sua tradição de pensamento e ação sobre os índios, herança dos tempos coloniais, onde as populações originárias padeciam sob a tutela do estado, por serem consideradas incapazes de pensar, tomar decisões, ou seja, eram desprovidas de cidadania plena.

Palavras-chave: Povos Indígenas. Movimento Indígena. Estado. Hegemonia. Política Indigenista.

Indigenous Peoples in Negotiation and Conflict: Indigenous movement and the Lula da Silva Government (2003-2006)

ABSTRACT

The present work brings together a narrative of experiences in dialogue with the theoretical propositions of several authors whose general theme of the relationship between indigenous peoples and the Brazilian state in conflict and negotiation seeking to build an indigenous public policy. Indigenous men and women, from the creation of the organizations and bodies of their social movement, whether at local, regional and national levels, developed concepts, policies and actions that have become benchmarks for social and academic research. At the same time, the state organization endorsed itself on its tradition of thought and action about indigenous peoples and communities, an inheritance of colonial times in which native populations suffered under the tutelage of the state, due to them being considered unable to think, make decisions, or in other words, were deprived of full citizenship.

Keywords: Indigenous Peoples . Indigenous Movement . State . Hegemony. Indigenous Policy .

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Capítulo II:

1. Documento da VII Assembléia Geral do CIMI – Abaixo-assinado endereçado aos Deputados Constituintes – 1987
2. Ailton Krenak, liderança do Movimento Indígena, na Assembleia Nacional Constituinte – 1987
3. Capa do periódico elaborado por estudantes da PUC-SP e Unicamp, sobre os acontecimentos de Coroa Vermelha e Porto Seguro, Bahia – 2000
4. Fotos do periódico anterior – 2000
5. Capa e contra-capa do vídeo: “O Relógio, a bomba e os Outros 500”, de Cireneu Kuhn. SP, Verbo Filmes, 2000
6. Encarte do CD “Caxiri na Cuia: o Forró da Maloca”, dos povos da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, Roraima
7. Folder do Fórum Permanente dos Povos Indígenas da Amazônia – 2003
8. Fotos: lideranças indígenas durante o Fórum Permanente dos Povos Indígenas da Amazônia – 2003
9. Ocupação do Plenário da Câmara dos Deputados – índios entrando no Plenário – abril, 2004
10. Delegação Indígena – 1ª Audiência com Lula da Silva – maio, 2004

Capítulo III:

1. Atividade de campanha eleitoral de Lula da Silva. Manaus, agosto 2002
2. Capa do documento de campanha “Compromisso com os Povos Indígenas do Brasil – novembro, 2002
3. Folder do Seminário Funai: “Por uma nova política indigenista” – julho, 2003
4. Foto: Reunião entre o presidente da Funai, Eduardo Almeida e uma delegação indígena; Bilhete do chefe de gabinete da Presidência da República, Gilberto Carvalho – julho 2003
5. Manifesto do Fórum em Defesa dos Direitos Indígenas – junho, 2004
6. Capa do processo criminal do Ministério Público contra Romero Jucá Filho – janeiro, 1995
7. Presidente da Funai Mercio Gomes e Akiaboro Kaiapó, na Conferência dos Povos Indígenas da Funai – abril, 2006
8. Folder: Abril Indígena Mobilização Nacional Terra Livre – abril, 2005
9. Fotos Acampamento Terra Livre 2005 – seqüência 4 fotos
10. Capa do documentário: “Acampamento Terra Livre, Seis anos de Luta”, de Bruno Pacheco e APIB – abril, 2010
11. Fotos: Acampamento Terra Livre 2005 – 02 fotos
12. Imagem fonte: REVISTA FUNAI 1975

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

FUNAI – Fundação Nacional do Índio

ABA – Associação Brasileira de Antropologia

ISA – Instituto SocioAmbiental

CIMI – Conselho Indigenista Missionário

INESC – Instituto de Estudos Sócioeconômicos

CTI – Centro de Trabalho Indigenista

COIAB – Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira

T.I. Terra(s) Indígena(s)

FDDI – Fórum em Defesa dos Direitos Indígenas

MPF- 6ª Câmara – Ministério Público Federal, Sexta Câmara

GTA – Grupo de Trabalho Amazônico

OXFAN – Comitê de Oxford de Combate à Fome

CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

FUNASA – Fundação Nacional de Saúde

CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

UNI – União das Nações Indígenas

CEDI – Centro de Estudos e Documentação Indígena

FOIRN – Federação das Organizações Indígenas do rio Negro

CGTT – Conselho Geral da Tribo Ticuna

AMARN – Associação das Mulheres Indígenas do Alto rio Negro

MEIAM – Associação dos estudantes Indígenas do Amazonas

CGTSM – Conselho Geral da Tribo Saterê Mawé

COPIAM – Comissão de professores Indígenas do estado do Amazonas

CIR – Conselho Indígena de Roraima

APOIMNE – Articulação dos Povos Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo

ARPIN-SUL – Articulação dos Povos Indígenas do Sul

ARPINPAN – Articulação dos Povos Indígenas do Pantanal e Região

ARPINSUDESTE – Articulação dos Povos Indígenas do Sudeste

ATY GUASSU – Grande Assembleia Guarani Kaiowá

CEPISP – Conselho Estadual dos Povos Indígenas de São Paulo

APIB – Articulação dos Povos Indígenas do Brasil

ANC – Assembleia Nacional Constituinte

PFL – Partido da Frente Liberal

PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro

UDR – União Democrática Ruralista

PIN – Plano de Integração Nacional para a Amazônia

ACM – Antonio Carlos Magalhães

FHC – Fernando Henrique Cardoso

CAPOIB – Conselho dos Povos e Organizações Indígenas do Brasil

CUNPIR – Coordenação da União das Nações e Povos Indígenas de Rondônia, Noroeste de Mato Grosso e Sul do Amazonas

USP – Universidade de São Paulo

AIRASOL – Área Indígena Raposa Serra do Sol

STF – Supremo Tribunal Federal

OEA – Organização dos Estados Americanos

ONU – Organização das Nações Unidas

DHESC Brasil – Plataforma Brasileira de Direitos Humanos, Econômicos, Sociais e Culturais

TNC Brasil – The Nature Conservancy do Brasil

MCI – Movimento de Cooperação Internacional

INPA – Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia

PT – Partido dos Trabalhadores

PCdoB – Partido Comunista do Brasil

MDS – Ministério do Desenvolvimento Social

GSI – Gabinete de Segurança Institucional

ABCP – Associação Brasileira de Ciência Política

PL – Partido Liberal

PIB – Produto Interno Bruto

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

SNMP /PT – Secretaria Nacional de Movimentos Populares do PT

ONG's – Organizações Não-Governamentais

COICA – Confederação das Organizações Indígenas da Bacia Amazônica

UNIFESP – Universidade Federal de São Paulo

OIT – Organização Internacional do Trabalho

ANAI – Associação Nacional de Apoio ao Índio

SPI – Serviço de Proteção ao Índio

SBI – Sociedade Brasileira de Indigenistas

CREDEN – Câmara de Relações Exteriores e Defesa Nacional

CCPY – Comissão Pró- Yanomami

CNPI – Comissão Nacional de Política Indigenista

STJ – Superior Tribunal de Justiça

AGU – Advocacia Geral da União

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	17
2. CAPÍTULO I: CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS SOBRE O TEMA	27
2.1. CONSTRUINDO O CONCEITO DE ESTADO	29
2.1.1. ENGELS E O ESTADO; MARX E A COMUNA	30
2.1.2. ESTADO AMPLIADO: GRAMSCI	34
3. HEGEMONIA	41
POVOS INDÍGENAS E SUAS AÇÕES DE RESISTENCIA	44
4. O ESTADO BRASILEIRO E OS ÍNDIOS: IDÉIA DE NAÇÃO	51
5. CAPÍTULO II: POVOS INDÍGENAS EM MOVIMENTO: QUEM SÃO, QUANTOS SÃO E AS PRINCIPAIS HISTÓRIAS DE LUTAS	59
5.1. MOVIMENTOS SOCIAIS E MOVIMENTO INDÍGENA	62
5.2. O FAZER-SE DO MOVIMENTO INDÍGENA TEM HISTÓRIA	69
5.2.1. CONTEXTO PRÉ-CONSTITUINTE E FUNDAMENTAÇÃO DOS EIXOS DE LUTA	70
5.2.2. A AÇÃO DA UNI E A CONSTRUÇÃO DA PROPOSTA DE “PROGRAMA MÍNIMO DE CAMPANHA PRÉ-CONSTITUINTE”	73
5.3. CONFERÊNCIA INDÍGENA EM COROA VERMELHA, BAHIA.....	77
5.3.1. ANTECEDENTES POLÍTICOS DE UMA FESTA CONDENADA	78
5.4. SEMINÁRIOS, FÓRUNS, ENCONTROS: OS INDÍGENAS CONTINUAM EM MOVIMENTO	87
5.5. A REAL LUTA INDÍGENA: CASO T.I. BAÚ DOS KAIAPÓ NO PARÁ, CASO RAPOSA SERRA DO SOL EM RORAIMA E A MINERAÇÃO NA T.I. CINTA LARGA EM RONDÔNIA	88
5.6. MUDANÇAS DE RUMO DO MOVIMENTO INDÍGENA	97
5.7. O PRIMEIRO ACAMPAMENTO TERRA LIVRE E A OCUPAÇÃO DO CONGRESSO NACIONAL	100
5.8. CONSTITUIÇÃO DA “MESA DE DIÁLOGO” E A AUDIÊNCIA COM LULA DA SILVA	104
5.9. IMAGENS E FONTES	110

6.	CAPÍTULO III: O GOVERNO LULA, A FUNAI E OS POVOS INDÍGENAS EM MOVIMENTO	125
6.1.	A CAMPANHA DE LULA CHEGA A MANAUS, AM: ENCONTRO COM OS ÍNDIOS	127
6.2.	UM DOCUMENTO E MUITAS MÃOS: <i>COMPROMISSO COM OS POVOS INDÍGENAS DO BRASIL</i>	130
6.3.	UMA TRANSIÇÃO EM GRANDE ESTILO	133
6.4.	FUNAI: DIVERSIDADES DE GENTES, DE INTERESSES, DE ASSUNTOS, DE HISTÓRIAS.....	140
6.5.	O INDIGENISMO DA FUNAI DA DÉCADA DE 1970: MUDANÇA DE RUMOS?	143
6.6.	FUNAI E A GESTÃO LULA DA SILVA ENTRE 2003 E 2006: EXPERIÊNCIA E COTIDIANO	146
6.6.1.	REAÇÃO DOS ÍNDIOS E SEUS ALIADOS: CRIAÇÃO DO FFDI ..	152
6.6.2.	O ANO DE 2006: ESTADO E ÍNDIOS MEDINDO FORÇAS.....	156
6.7.	MOBILIZAÇÃO ABRIL INDÍGENA TERRA LIVRE 2005: FIRMEZA POLÍTICA E ORGANIZAÇÃO	159
6.7.1.	CHEGANDO EM BRASÍLIA: O <i>BUNKER</i> É LUZIÂNIA	160
6.7.2.	DEBAIXO DA LONA COLORIDA, MUITO TRABALHO	161
6.7.3.	O “DESPERTAR” DE UM POVO: O CASO GUARANI-KAIOWÁ ..	164
6.7.4.	IMAGENS E FONTES	167
7.	CONSIDERAÇÕES FINAIS: ONTEM, HOJE E NOS PRÓXIMOS TEMPOS....	182
	Lista de Fontes	188
8.	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	191
9.	ANEXO: DOCUMENTO “COMPROMISSO COM OS POVOS INDÍGENAS DO BRASIL”	198

1. Introdução

Este trabalho reúne um relato de experiências em diálogo com a proposição teórica de vários autores que tem como tema geral o relacionamento entre povos indígenas e o estado brasileiro em conflito e negociação na construção de uma política indigenista estatal durante o primeiro mandato de Lula da Silva na presidência da República. Os índios e índias, a partir da constituição das organizações e entidades de seu movimento social, seja em níveis local, regional e nacional, elaboraram conceituações e ações políticas que se tornaram referências para a investigação social e acadêmica. Ao mesmo tempo, a organização estatal referendou-se na sua tradição de pensamento e ação sobre os índios, herança dos tempos coloniais, onde as populações originárias padeciam sob a tutela do estado, por serem consideradas incapazes de pensar, tomar decisões, ou seja, eram desprovidas de cidadania plena.

Desde o projeto de pesquisa que obteve aprovação no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, o tema do relacionamento entre índios e o estado brasileiro não se alterou, pois além de instigante e envolvente, a cada nova mudança conjuntural da sociedade, novas questões e problemas se agregavam a esta temática, desafiando os estudiosos a entender o constante movimento de idéias e ações nesse campo. Não mudou também o objetivo geral que eu me propus ainda naquele momento da seleção: *“Investigar diversas ações que constituem a relação entre os povos/movimento indígena e o estado brasileiro, bem como os diversos conflitos e negociações aí gerados, na constituição de uma política indigenista do governo Lula em seu primeiro mandato”*, dizia o texto do projeto. Estudar o movimento das idéias, das coisas e das pessoas, o momento em que se revela e se decide o rumo dos acontecimentos históricos não é tarefa fácil, mas é possível na medida em que a investigação científica vai avançando e revelando com sensibilidade um novo quadro conjuntural da sociedade. Especificamente eu objetivei compreender como se formaram e ganharam força as organizações e entidades indígenas e como foram construindo sua participação política diante do estado. Quis eu saber também como foi montada a política indigenista do governo Lula da Silva, quando este chegou ao poder em 2003, vencendo uma eleição presidencial. Um outro objetivo específico foi caracterizar os sujeitos ou atores sociais envolvidos na elaboração, na atuação e no

desenvolvimento da política indigenista do governo Lula da Silva. Aqui, especialmente, me detive na caracterização dos índios e de seu movimento social e do estado, via atuação do órgão indigenista oficial, a Funai. Outras entidades como a ABA, o CIMI, o ISA, o INESC, o CTI e outros, só apareceram na relação com a ação do movimento indígena. Foi uma escolha metodológica focar no movimento indígena e nas ações estatais, mesmo que em muitos momentos, esses grupos indigenistas estivessem presentes e contribuindo fortemente no desenvolvimento desta história. Merecem estudos estes grupos indigenistas, pois possuem percepções, idéias, ações e produção teórica e empírica que instiga e fomenta o pesquisador. Mas não foi o caso aqui neste trabalho. Um último objetivo específico perseguido e que estou dando prosseguimento nesta tese, foi aprofundar as discussões e meus conhecimentos sobre os conceitos de hegemonia, estado, sociedade civil e bloco histórico, todos integrantes do pensamento maior de Antônio Gramsci, e de como esses estudos me ajudaram a olhar para a realidade brasileira de uma forma diferencial, ao perceber o quão entranhadas de hegemonia estão as relações sociais em seus mais diferentes níveis, como se constitui e age o bloco dominante, que está presente tanto no estado-instituição (ou como diria Gramsci, a “sociedade política”), como na sociedade civil e seus vários grupamentos humanos. Foi importante notar que todos estão em constante interação, produzindo os conflitos e as negociações que aparecem aqui neste trabalho.

Mantenho aqui a justificativa contida no projeto, onde procuro apresentar uma contribuição ao debate maior da problemática indígena em nosso país, focalizando no protagonismo indígena na política, revelado pelas ações organizativas, na constituição de fóruns e eventos que marcaram o debate interno dos índios, depois exteriorizado para toda a sociedade, num inédito movimento de etnogênese, produzindo reflexões e ações etno-políticas.

O conjunto de problemas apontados lá na feitura do projeto e mantidos aqui, giraram em torno do interesse em saber em que medida o movimento indígena organiza suas ações através da constituição de suas entidades, como ocorrem os conflitos e as negociações e em que medida o problema da tutela interfere na constituição da política indigenista do governo Lula da Silva em seu primeiro mandato; outro problema pensado foi de que forma o órgão indigenista oficial do estado brasileiro (Funai) desempenha e cria mecanismos e resoluções que fundamentam a política indigenista do governo Lula da Silva; e ainda, busquei refletir

sobre o problema de como relacionar os conceitos de hegemonia, estado e sociedade civil, apresentados por Gramsci com a realidade brasileira do governo Lula da Silva na construção de uma política indigenista. Sendo que os povos indígenas e suas entidades constituidoras do movimento social buscaram e ainda hoje buscam o reconhecimento de sua autonomia política e econômica. Isso produziu grandes conflitos, que geraram embates e também negociações com o governo Lula da Silva no período compreendido entre 2003 e 2006, aqui relatados de forma a abranger os principais momentos históricos onde isso se deu.

Acredito que uma das maiores questões por mim enfrentadas nesta pesquisa foi o estabelecimento do caráter relacional da obra de Gramsci (seus principais conceitos de hegemonia, estado, sociedade civil) com a realidade brasileira. A forma que procurei resolver isso foi compreender que o que eu tenho e apresento aqui é uma experiência de pesquisa que dialogou com o marxismo gramsciano. E nele, encontrei interessantes análises sobre a realidade. E por que Gramsci? Porque a proposta dialética de “conservação-renovação” do marxismo que ele discute e formula pautado na experiência do proletariado italiano com a política, aproximou a realidade desses trabalhadores com uma teorização, com a elaboração de um corpo de idéias complexo, mas sem dúvida, que contribuiu para revelar um pensamento e uma ação a respeito do poder, por quem ele é exercido na sociedade e a forma como esse poder pode ser questionado e enfrentado pelas classes subalternas. No meu caso, a experiência empírica veio antes da teoria. Minha participação em muitos episódios aqui tratados ou minha proximidade com alguns dos sujeitos históricos referenciados, me levaram cotidianamente a registrar, recolher e produzir grande parte das fontes que são trazidas à análise neste trabalho. Ofício de historiadora que guarda fragmentos e as evidências históricas para estudar depois. E nesse casamento entre experiência e reflexão teórica vou entendendo que as ações contestatórias dos índios em movimento produziram algumas situações de desgaste para a hegemonia dominante. Parece uma constatação tímida ainda, mesmo para uma tese de doutorado, mas que já tem como certa sua continuidade no estudo, na pesquisa, no aprofundamento das afirmações que faço aqui. Quero dar seqüência a este estudo, pois os povos indígenas seguem no exercício de apreender-fazer, perseguindo a melhor forma de organizar suas diversidades para lutar contra seus opressores. Pois o índio no Brasil sofre opressão étnica, cultural, social e econômica. Ao mesmo tempo, como veremos, ele cria entidades, organiza eventos e

estabelece alianças com outros grupos sociais para contraditar com o bloco histórico. E aqui residem elementos contestatórios e de resistência, que são processuais e graduais como a própria idéia de movimento.

Metodologicamente estabeleci portanto, que a experiência de pesquisa e todo o conjunto de fontes recolhidas e também produzidas por mim, elencadas posteriormente, veio em primeiro lugar na análise e só depois o estudo e aprofundamento teórico. Infelizmente não estava lendo Gramsci quando os principais acontecimentos aqui relatados se realizaram. Mas ao me deparar com a preocupação central de sua obra que é a luta pelo poder e a hegemonia, que é o exercício do poder por um conjunto de indivíduos, encontrei o ponto de partida de meus estudos teóricos futuros. E tentando costurar a realidade brasileira dos povos indígenas no Brasil com a linha que contem o pensamento de Gramsci, elaborei esta reflexão que trago para a avaliação desta banca argüidora. Foi portanto, um objetivo metodológico também aprofundar esta reflexão relacional do pensamento de Gramsci com a realidade do estado brasileiro e do governo Lula da Silva em relação aos povos indígenas e seu movimento social.

Neste trabalho pretendo informar, debater e problematizar três aspectos da relação índios-estado brasileiro: um histórico da ação estatal indigenista no Brasil; o movimento indígena e seus aliados; a representação do governo dirigente com Lula da Silva no poder de estado. A concepção de estado a que me refiro, para além da construção de que é uma unidade de federações sob um mesmo território e que possui uma centralidade administrativa, é a idéia desenvolvida por Antônio Gramsci de estado ampliado: onde sociedade política e sociedade civil se embatem e formam alianças dentro e fora do aparelho de estado; dentro e fora da sociedade civil. Uma relação complexa em constante movimento, difícil de precisar, portanto. A construção e a luta de hegemonias, vistas por dentro de histórias e de fatos vivenciados por muitos atores sociais, onde um grupo social se destaca: as etnias originárias, os descendentes diretos dos primevos, os povos indígenas do Brasil. Aqui, não há tempo para tergiversações ou rodeios quando se fala neste assunto: há uma verdade da realidade difícil de ser ignorada quando se trata dos ameríndios e sua existência-insistência em estar no mundo. Muitos dos acontecimentos aqui relatados dentro de uma abordagem crítica, demonstram o quanto é difícil problematizar a realidade social, apresentada em forma de pesquisa. A abordagem empírica que estabeleceu diálogos com a teoria,

permitiu que eu refletisse e escrevesse a partir de uma cronologia sem rigidez e uma abertura para as várias contribuições de estudiosos que produziram idéias-chaves em muitos campos do conhecimento. Da análise do capitalismo pelo materialismo histórico marxista à teoria política renovada de Gramsci; da compreensão do positivismo do sec. XIX à problematização histórico-antropológica de ser índio no Brasil. Ou ainda, a busca de uma melhor compreensão a respeito da idéia de nação brasileira, datada historicamente e que tem muitos usos e significados, sendo que a forma mais comum é a de apresentar a nação como uma homogeneidade cultural, social, política e territorial.

A nação que temos é pluriétnica e multicultural. Mas no Brasil ela é pluriétnica no discurso mítico, em que se afirma a existência dos “povos formadores da nação: índios, brancos e negros”. Mas na própria trajetória histórica deste país se observou que aqueles que se constituíram no poder trabalharam arduamente para homogeneizar as diferenças. Eles ainda não entenderam que a diversidade é uma riqueza imaterial. Povo índio, povo branco, povo negro possuem por sua vez, diversidades entranhadas. As identidades aí encontradas são pluriétnicas. Por isso, os *índios* são Pataxós, Yanomamis, Kaiapós, e por aí vai. E os brancos são muito diferentes e divergentes entre si, assim como os negros. Esta noção homogeneizante está criticada neste trabalho. O que irá aparecer entretanto, é uma idéia de povo, de nação “gentílica”(como diriam os cronistas coloniais), organizada socialmente em grupos culturais, possuidores de saberes, de um território, de uma língua, e que no Brasil convivem há 514 anos com outros tantos grupos sociais que teimam em dizer que a “nação brasileira” que existe é uma só. Os povos indígenas, estas *nações intrangeiras* em relação à sociedade nacional, buscaram sua organização política e sua visibilidade, lutando contra os sofrimentos que a hegemonia provoca em quem não se enquadra ou não consente a dominação.

Todas as leituras e estudos feitos foram importantes ao olhar para uma realidade onde a centralidade do interesse acadêmico situou-se na figura do indígena, como possuidor de saberes, religiosidades, protagonismo político e capacidade intelectual de envolver, mobilizar e arregimentar os não-indígenas em apoio às suas lutas ancestrais. Porque não é diferente de dizer que em 514 anos de história, foram os povos indígenas e sua insistência em permanecer sobreviventes que lhes fizeram “flechar o coração” de muitos ativistas e grupos sociais que tem se posicionado ao

lado deles neste período histórico recente. Esses homens e mulheres estão presentes dentro de várias categorias de indigenistas, sejam eles do estado, das entidades religiosas, das entidades acadêmicas. Esses grupos produziram e continuam produzindo relatos de experiências e interpretações sobre a relação que se estabeleceu no contato com os povos originários.

Partindo então de um indigenismo que se define como o conjunto de idéias e valores favoráveis em relação ao indígena ou ainda o interesse e empatia pelos problemas dos indígenas e por sua cultura, muitos e diferenciados foram os grupos de indigenistas que os povos indígenas e seu movimento social organizado se depararam ao cabo de uma história de longa duração de contato de índios e não-índios. Por isso esse trabalho quer tornar visível algumas evidências históricas que tratam do relacionamento entre estado e índios e também de como estes pensam e se movimentam em defesa de seus interesses, na constituição de sua hegemonia. É preciso ver os povos indígenas como agentes políticos na sociedade civil, pois os mesmos são uma especificidade histórica.

Pensando que estes índios e índias se movimentam e se relacionam com uma administração de poder centralizada representada pelo estado e sendo este ocupado por um conjunto de forças políticas que tiveram como liderança Lula da Silva e seu Partido dos Trabalhadores, governando o país de 2003 a 2006, no primeiro mandato, se configura, portanto, outro momento *sui generis* na história política do país que trago à luz, através de um conjunto de fontes variadíssimo (documentos oficiais estatais, documentos das organizações indígenas e indigenistas, atas e relatos de reuniões, fotografias, periódicos, jornais, entrevistas publicadas), que funcionou como o fio condutor desta narrativa.

Foi um desafio escrever uma tese onde se falou sobre o estado e suas relações interétnicas, bem como sobre a sociedade civil e suas relações interétnicas, tema rico em diversidade e complexidade e ainda pouco tratado dentro do campo acadêmico. Para isso, utilizei uma metodologia que privilegiou um conjunto diverso de fontes orais e escritas que foram sendo coletados ao longo do tempo. As principais fontes e técnicas de pesquisa empíricas foram: documentos coloniais do século XVIII, que foram especialmente utilizados na minha dissertação de mestrado defendida na PUC São Paulo no ano de 2000, ou os dados obtidos através da experiência profissional

estatal, como coordenadora de estudos e pesquisas na Funai e da experiência como assessora de uma entidade da sociedade civil, a COIAB do movimento indígena organizado que foram: documentos oficiais estatais(memorandos, decretos presidenciais, cartas, periódicos e revistas, emails, atas de reuniões), documentos das entidades indígenas (cartas, emails, atas de reunião, resoluções finais do Acampamento Terra Livre, textos e entrevistas publicadas de lideranças indígenas); documentos de entidades indigenistas (textos, relatos, imagens, notas técnicas), além de jornais e revistas de circulação local e nacional e o documento de campanha de Lula da Silva, o “Compromisso com os Povos Indígenas do Brasil”, que segue em anexo, ao final deste trabalho. O uso destas fontes em diálogo com os estudos teóricos, principalmente aqueles aprofundados pelas ciências sociais e pela ciência política possibilitaram uma abordagem crítica e que busca estabelecer uma proximidade conceitual em meio a uma realidade complexa, como a brasileira. Pensando também numa concepção da história relacional, que estuda os temas contemporâneos em uma permanente interface com o passado, apontando para o futuro, construí um texto que provoca idas e vindas históricas, todas intencionais, mesmo seguindo uma cronologia não tão rígida dos principais fatos. Além dessas características, esta pesquisa foi realizada a partir de uma experiência de proximidade com os sujeitos sociais analisados, o que contribuiu e também dificultou a análise, sem contudo perder o rigor acadêmico próprio deste tipo de pesquisa. A escolha deste tema de estudo foi feita sim, pelo acúmulo de fontes e dados empíricos, mas sobretudo foi feita mediante uma identificação militante com a questão, transcendendo por muitas vezes, os limites do academicismo. Não há traço algum de “neutralidade” nos posicionamentos, nas reflexões, na apresentação das questões: é uma análise científica que privilegiou a experiência dos atores sociais nos seus processos de constituição de suas hegemonias na sociedade civil e no estado. Talvez nem fosse necessário afirmar, mas, este trabalho quer contribuir nos processos de visibilidade dos povos indígenas e de seu movimento organizado. Portanto, ele é pró-indígena.

O capítulo I, “*Considerações teóricas sobre o tema*”, é o resultado dos estudos dos autores do materialismo histórico, como Marx, Engels e Gramsci e de algumas de suas obras que apoiaram a reflexão sobre a compreensão do poder, do estado, a constituição das hegemonias e do bloco histórico e as lutas entre classes e grupos sociais que possuem longa historicidade. Especialmente em Gramsci e nos seus

“tradutores” no Brasil, ou seja os pesquisadores que se dedicam a esses estudos, encontrei algumas chaves explicativas do campo teórico, principalmente a questão da hegemonia e suas características, nos processos de enfrentamento de saberes e poderes que se manifestam nos grupos da sociedade civil. Perceber por exemplo, o processo de *Etnogênese* vivenciado pelos indígenas no Brasil, que se constitui como conceito em movimento, seja na auto-construção dos povos, ou na relação com o mundo não-indígena, é uma forma de compreender o que seria a busca de uma hegemonia dentro de uma aplicabilidade empírica. O resultado disso é uma série de ações chamadas pelos próprios indígenas como *projeto etno-político*. Neste capítulo também teço algumas considerações do lugar onde estas idéias dos índios estão se desenvolvendo, ou seja, no Brasil, que tem uma tradição de sempre reduzir as diferenças culturais através da criação do conceito de nação. Herança do período colonial, passando pelo império e sendo reforçada na primeira república, a idéia de nação brasileira foi forjada para esconder que a nação teve seus pressupostos baseados na idéia assimilacionista e no desenvolvimento econômico marcado pela lógica da exploração. E os territórios indígenas sempre estiveram na mira dos donos do poder. E quando os povos originários se rebelavam contra as imposições deste poder, a coerção e o conflito se instalavam. Para muitos, é ainda inadmissível que os povos indígenas tenham capacidade teórica, elaborativa e de ação, sem a intervenção do estado, de um tutor, de alguém que fale “em nome dos índios”. O conceito de nação ainda em voga em muitos nichos acadêmicos, não aceita a pluriethnicidade do nosso povo. E por isso, muitas vezes tem dificuldade em aceitar os índios e índias em movimento.

No capítulo II, chamado “*Povos Indígenas em Movimento: quem são, quantos são e as principais histórias de lutas*”, me preocupei em trabalhar com informações que atualizem os conhecimentos sobre a população indígena do Brasil, apresentando os dados do IBGE de 2010, que nesta nova contagem da população brasileira contou com uma nova metodologia, ocasionando um aumento significativo no número daqueles que se auto-declararam indígenas no país. Também é importante ressaltar que os processos de auto-afirmação da essência cultural indígena através da *Etnogênese* dos índios em movimento é um possível fator desta mudança na demografia indígena brasileira. Também nesta parte, procurei contar de forma breve, a trajetória das organizações indígenas brasileiras, seu início em idos dos anos oitenta e de como esta mobilização índia foi fundamental nos processos da Assembléia Nacional

Constituinte, em 1987 e 1988 e de como foi um momento histórico para a elaboração e fundamentação dos eixos de luta dos povos indígenas no Brasil. O ano de 2000 chega e o estado brasileiro prepara uma mega festa para comemorar os 500 anos de Brasil, sem contudo, convidar o grupo formador na dita “nacionalidade”, fazendo com que uma festa se transformasse num fiasco sem precedentes, repetindo a história não como farsa, mas com uma verdade doída para os povos indígenas que foram reprimidos em Coroa Vermelha na Bahia. Conflito com o estado, conflitos internos, levaram os índios e seu movimento social a parar para refletir e voltar mais fortalecidos na campanha eleitoral de 2002, onde se puseram a interagir com os formuladores da proposta de Lula da Silva, contribuindo na construção do documento de campanha eleitoral para os índios do Brasil. E ainda comento alguns episódios específicos da luta indígena com o poder de estado, nos casos da T.I. Raposa Serra do Sol, T.I. Baú e T.I. Cinta Larga, todas simbólicas e representativas da idéia de negociação e conflito que se estabelece entre índios e o estado brasileiro. Fazendo parte do capítulo, apresento a primeira sessão de imagens e fontes que estão relacionadas à narrativa textual, aprofundando a reflexão sobre as ações dos povos indígenas em movimento.

No capítulo III, que eu chamo de “*O governo Lula, a Funai e os povos indígenas em movimento*” procuro estabelecer as características do governo Lula da Silva na sua chegada ao poder de estado, com base na história do estado brasileiro e sua relação com os povos indígenas no Brasil, marcado que sempre foi pelo viés tutalista e assimilacionista. Através das fontes pesquisadas, não foram encontradas mudanças significativas nesta relação, mesmo com uma propaganda governamental que insistia na mudança de paradigmas, de conceitos, de atitudes em relação ao povo índio, constituindo uma situação daquilo que Gramsci chamou de *transformismo político*, ou seja, um alinhamento do petismo de Lula da Silva ao bloco histórico dominante. Da campanha presidencial, passando pelo processo de transição com FHC e com a escolha de um novo presidente para a Funai, substituído 5 meses depois, muitos foram os acontecimentos que reiteraram o distanciamento do que se escreveu nos documentos de campanha e a realidade do relacionamento com os povos indígenas no Brasil. Procurei também estabelecer uma compreensão mínima do que seria o órgão indigenista oficial e a cultura do indigenismo de estado, que formou muitos indigenistas que seguiram caminhos tão diferentes quanto os povos que tiveram contato. Mostro ainda a reação do movimento indígena e seus aliados, atuando em

bloco, ao criarem o Fórum em Defesa dos Direitos Indígenas (FDDI), por conta da grave crise vivenciada pelos povos originários, especialmente percebida nos ataques dos setores anti-indígenas aos direitos constitucionais dos índios. E nesta reação pensada, elaborada e colocada em prática pelos indígenas e seu movimento social, está o Acampamento Terra Livre, a grande assembléia dos povos indígenas, lugar de pensar a etnogênese, colocar em ação o projeto etno-político e suas decisões, criando uma agenda indígena que pautasse o governo e não o contrário. Ao final deste capítulo também apresento uma seqüência de imagens e fontes que ajudam no processo de compreensão desta realidade *sui generis*.

É preciso dizer ainda que nada é fácil e tudo é complexo, quando se faz necessário contar uma história onde de tão perto que estamos, verificamos problemas de várias ordens, como por exemplo, manter as emoções em seu devido lugar ao buscar na memória o fato histórico, muitas vezes vivido junto com os sujeitos sociais em questão. Talvez isso tenha sido o mais difícil no período de tecitura de uma tese em um tempo longo demais, quase igual ao tempo que Penélope empreendeu em sua costura ao esperar o amado Ulisses.

O conhecimento científico na área das humanidades, de profunda importância para a constituição do movimento do conhecimento também se faz na interação com outros saberes e vivências, que no meu caso, foram importantíssimos para ratificar o lugar desta tese e do meu posicionamento diante da realidade de vida e de luta dos povos indígenas no Brasil. E esses conhecimentos acadêmicos foram apreendidos e pensados juntamente com outros conhecimentos tidos por alguns como *menores*, como por exemplo, aprender a usar a enxada, aprender a mexer com a terra, aprender com as relações de negociação e conflito em uma comunidade rural no interior de Goiás, onde a tese foi escrita e perceber as relações de poder se estabelecendo, tão cotidianas e tão fortemente marcadas pela hegemonia e pela violência daqueles e daquelas que dominam o poder local. Espero que a leitura deste relato em formato de tese, possa contribuir para a retomada contínua do debate e da perspectiva dialética da produção do conhecimento, que não se acaba nunca, enquanto existirem as dúvidas e curiosidades acerca da ação humana e da perspectiva de transformações sociais.

2. Capítulo I: Considerações teóricas sobre o tema

*“Confiei no governo
Lula para demarcar nossas terras, mas o governo
só sabe fazer barragem e abrir estradas em terras
indígenas. A Funai continua com problemas, assim
como a educação, a saúde e outros” (Akiabôro
Kaiapó)*

Esta fala do cacique Akiabôro Kaiapó foi registrada no relatório final do I Fórum Permanente dos Povos Indígenas da Amazônia¹, realizado entre 03 e 06 de novembro de 2003, em Manaus, estado do Amazonas, onde um grupo de lideranças indígenas e seus apoiadores usuais (CIMI, ISA, MPF-6ª Câmara, INESC, GTA, OXFAN, entre outros), além do próprio órgão estatal (Funai) e um representante da presidência da república, reuniram-se para debater e buscar novos rumos para a política indigenista do estado brasileiro. A fala do cacique demonstra a preocupação com velhos problemas, como a demarcação de terras, a construção de grandes projetos pautados pela lógica do capital rasgando as terras indígenas, o questionamento quanto à eficiência do órgão estatal indigenista, dos descasos com a saúde e a educação diferenciadas dos povos.

Neste fórum, o centro das discussões passava por debater o tema das políticas públicas do estado brasileiro na visão dos povos indígenas. Sim, os povos indígenas, ou melhor, seu movimento organizado, queria ouvir as autoridades estatais, mas acima de tudo queria comunicar suas idéias próprias, seu posicionamento político, seu modo de compreender, divergir e propor novos rumos ao estado brasileiro, no que diz respeito à condução da questão indígena estatal.

¹ Este relatório faz parte do acervo de fontes coletadas para a elaboração deste trabalho de pesquisa. Neste relatório, assinado pela COIAB (Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira), que é feito como produto final de um evento que obteve apoio financeiro internacional, consta a programação completa, uma introdução, o registro taquigráfico das falas de palestrantes e lideranças indígenas, falas da platéia, resultado do trabalho realizado nos grupos, o documento final do Fórum e uma parte reservada aos anexos, como a lista de frequência dos participantes, moções de apoio e uma hemeroteca.

Neste encontro de 4 dias, os indígenas conduziram com muita ordenação as discussões (realizando mesas, trabalhos em grupo, cumprindo horários rígidos), que eram feitas durante as manhãs e tardes, deixando para as noites, as atividades culturais, onde cada povo se manifestava culturalmente, entre cantos, danças e gastronomia típicas. As mesas dos expositores eram coordenadas sempre por um ou uma indígena (respeitando a adequação de gênero) e compostas por índios e não-índios expositores. Nos dois primeiros dias (3 e 4), o evento ficou restrito somente às lideranças indígenas e seus assessores. Os demais dias foram abertos ao público.

Fizeram-se presentes representantes dos povos indígenas, de entidades indigenistas e de órgãos estatais, sejam da esfera local (estado do Amazonas), como da esfera federal, este último representado por um membro do *staff* da presidência da república.

Foi um fórum onde a pauta integral foi divulgada bem antes de sua realização, inclusive o ato no dia do encerramento, onde seria queimada em praça pública uma réplica de 8 metros do documento de campanha do presidente eleito, chamado “Compromisso com os Povos Indígenas do Brasil”. Daí, que a presença das autoridades governamentais, partidos políticos, ong’s, imprensa, entre outros, tinha como mote acompanhar atentamente esta movimentação *sui generis* dos indígenas, suas associações e entidades ali representadas.

Temos aqui, portanto, um cenário que reuniu elementos das três aspectos que quero discutir nesta pesquisa: a ação estatal indigenista, a representação do governo dirigente e o movimento indígena, como proponente, protagonizando a ação. Para compreender melhor toda essa conjuntura que reúne tantos e diferentes atores sociais, tive que procurar estudos que me permitissem entender... me fiz algumas questões que vão aprofundando os objetivos e problemas da tese, como por exemplo: qual compreensão do conceito de estado me permitiria olhar para esta experiência documentada, onde um grupo social propôs uma ação contra-fluxo dentro da normalidade hegemônica estatal? E que governo eleito foi esse, personificado na figura de Lula da Silva, um ex-metalúrgico que chegou ao poder máximo da nação, na condução da política indigenista de então? Quem são os povos originários e aqueles que se auto-proclamam lideranças do movimento indígena brasileiro que, com suas

articulações chegaram a organizar um evento como esse? E se assim podemos chamar, o que seria este movimento indígena brasileiro?

Para compreender o relacionamento que se estabeleceu entre os povos originários e sua representatividade política via movimento indígena com o governo de Lula da Silva no período compreendido entre 2003 e 2006, inicio minha análise com este que considero o embrião, em termos organizacionais, do que foi o **Acampamento Terra Livre**, a agenda indígena anual de lutas e reivindicações do movimento indígena nacional. Este I Fórum realizado em Manaus em 2003 estabeleceu parâmetros, critérios e estratégias para as lutas futuras do movimento, tanto no sentido da busca de parcerias financeiras para sua organização, como para concretizar a idéia de criação de uma agenda pautada pelos povos originários, no trato da questão indigenista de estado. O I Fórum foi uma nova tentativa de reorganização do movimento indígena, principalmente depois dos tristes acontecimentos ocorridos em Coroa Vermelha na Bahia, no ano de 2000, quando as forças estatais reprimiram violentamente a marcha indígena que se dirigia à Porto Seguro, para realizar uma manifestação pacífica nas comemorações oficiais dos 500 anos de descobrimento. Mas antes de chegar até a instalação do acampamento Terra Livre em si, é preciso localizar, entretanto, minha compreensão do que considero o conceito de estado que me permitirá olhar para esta realidade de forma mais completa. Sei que é muito importante ter como princípio norteador um caminho teórico que oriente para o entendimento de que no capitalismo, por exemplo, a característica do estado é o caráter de classe burguês. Quem está de fora desta perspectiva, é excluído, dominado, subalternizado. Porém, estes últimos são sujeitos históricos vívidos e muito interessantes e precisam ter garantido seu espaço de visibilidade social. É preciso, portanto compreender isso mais detidamente. Também considero que é necessário caracterizar tanto o que chamo aqui de movimento indígena, assim como o que foi o primeiro mandato do governo Lula da Silva para os povos indígenas em movimento.

2.1 Construindo o conceito de estado

Sabemos que o estado, desde sua instalação no Brasil caracterizou-se, em relação aos povos indígenas, por práticas colonialistas e integracionistas ou projetos emancipatórios, cuja intenção era transformar o elemento indígena em “cidadão”

comum, desaparecendo assim os diversos coletivos sócio-culturais que sempre foram a pedra no sapato de qualquer mandatário estatal. Índio sempre foi uma questão crucial para o estado. Sempre foi, em períodos históricos posteriores e continua sendo nos dias atuais.

Tomando como exemplo a ação destas lideranças indígenas que buscaram estabelecer uma discussão sobre políticas públicas estatais, a partir de sua visão, ou seja, incluindo-se nos assuntos de estado, procurei buscar e fundamentar o conceito de estado a partir de Engels, Marx e Gramsci, por acreditar que a filosofia marxista me proporciona uma relativa aproximação com estes atores tratados historicamente como *os de baixo*.

2.1.1 Engels e o estado; Marx e a Comuna.

A partir de uma nova leitura do clássico *A Origem da família, da propriedade privada e do estado*, de F. Engels, para além de valorizar sua abordagem histórico-comparativa sobre a genealogia do estado e de como ela é profundamente relevante para todo pesquisador do tema estado, me preocupei em observar que o autor, ao falar sobre índios, referenciou-se nas populações nativas norte-americanas, chamadas por ele de “peles vermelhas” conhecidas até então, graças ao trabalho de pesquisa de etnólogos, como o norte-americano Lewis Henry Morgan, que se especializou nos Iroqueses e que teve o trabalho estudado por Engels. É a partir desta matriz que ele traçará toda uma explicação sobre as sociedades gentílicas e de como elas fazem a transição dentro de uma história de longa duração, para as sociedades estatais.

Ele demonstra com sua pesquisa que o estado é *“um produto da sociedade em determinados graus de desenvolvimento”*, que alcançou antagonismos de classes tamanhos, tornado-se necessário um reordenamento social estabelecido pelos grupos econômicos, culturais e políticos que detinham o poder local. Engels caracteriza o estado como:

“primeiro pelo agrupamento de cidadãos de acordo com um território; (...) o segundo traço característico do Estado é a instituição de uma força pública(...) para sustentar este poder público, são necessárias contribuições dos cidadãos, os impostos.(...) O Estado é por conseguinte , em regra, Estado da classe mais poderosa, economicamente dominante. (...) o moderno Estado representativo é instrumento da exploração do trabalho assalariado através do capital.”(Engels IN Fernandes, 1983, p.329-331).

Um território e seu povo, uma força pública de coerção a serviço de um grupo e a cobrança de impostos constitui a matriz formadora do “aparelho” estatal. O grupo dominante, por via do desenvolvimento das forças produtivas, estabelece a predominância cultural, e cria um aparato político e militar. Estes três elementos, território, exército e cobrança de impostos controlados por um só grupo, gerou um tipo de poder tão grande, garantindo uma história de longa duração das disputas pelo controle desta instituição observada no Brasil e em outros cantos do mundo.

Um outro aspecto que me chamou atenção na obra de Engels é sua preocupação em registrar como são as características de uma sociedade sem estado e a indicação da tendência histórica dos processos que levaram a desagregação da mesma. No caso do Brasil, observa-se uma realidade de permanência dos povos indígenas, em convívio e contato com as transformações sociais, onde os povos experimentam de forma diferencial o contato com a sociedade nacional. O texto do materialista histórico é atual, na sua caracterização do estado e dá pistas dos processos futuros de desagregação que muitas destas sociedades sem estado iriam sofrer ao longo do tempo histórico:

“Afinal, a constituição gentílica tinha brotado de uma sociedade que não conhecia contradições internas (...) Ela não tinha meios de coerção além da opinião pública. Aqui, porém havia surgido uma sociedade que, por força das condições gerais da vida econômica, tinha tido de se dividir em homens livres e escravos, em ricos exploradores e pobres explorados (...) Uma tal sociedade só podia existir na luta aberta e permanente dessas classes entre si ou, então, sob o domínio de uma terceira força, que aparentemente pairando acima das classes antagônicas reprimia o conflito aberto delas (...) A constituição gentílica tinha caducado. Estava implodida pela divisão do trabalho e por sua resultante, a divisão da sociedade em classes. Ela foi substituída pelo Estado. (Engels citado por Fernandes, 1983, p.328. grifos meus).

Onde antes só existiam clãs, famílias numerosas (poligâmicas e poliândricas), uma relação de profunda intimidade com o território, cuja propriedade era coletiva, onde não se comercializam os excedentes da produção, onde a função da guerra possuía profundo valor cultural religioso e onde o poder não era centralizado, tudo isso se transformou junto com as condições materiais de existência, dando lugar a novas relações sociais como a monogamia, ao uso da terra como valor de troca, à instituição de uma força pública, ao comércio de mercadorias excedentes e a transformação dos prisioneiros de guerra em escravos, tudo isso ocasionando um colapso nas relações

sociais destes povos, promovendo a centralização do poder político e econômico nas mãos de um grupo social. O estado tem, pois, este nascedouro para Engels. Mas, mesmo com tamanha força transformadora o estado não foi capaz de substituir definitivamente o antigo modo de viver de muitas populações originárias. Sua filosofia e seu corpo de leis, tudo era muito diferente de um povo para o outro. Essa “sociedade gentílica” possuía também contradições internas, principalmente em se tratando do relacionamento com os invasores: ora marcado pelas desconfianças, traições, violência, ora reinventado na forma de negociação e de submissão, para garantir a sobrevivência cultural. A organização gentílica não *caducou* em algumas partes do mundo. Ela continuou e continua co-existindo juntamente com o estado, como forte expressão cultural enraizada na história. Tupis, Kiriris, Paiaiases, Cahichizes,² e tantos outros povos de que tratam os documentos coloniais no Brasil, por exemplo, suportaram com muita bravura e estratégias/táticas de sobrevivência a presença absoluta do estado. Muitos destes povos desapareceram, é verdade, mas outros permaneceram em seus processos de resistência cultural. As elaborações teóricas de Engels, feitas numa época cultural localizada, ainda hoje suscitam os espíritos dos pesquisadores para pensar, repensar e atualizar sua qualificada e importante obra.

Ao dialogar também com a obra de Marx, percebi que ele, instigado que foi pela situação de exploração dos trabalhadores de sua época, procurou fundamentar sua análise histórico/filosófica, caracterizando o estado como o lugar onde o poder político-coercitivo e o poder econômico estão nas mãos de poucos. Quando ele trata sobre a Comuna de Paris de 1871, na sua obra *A guerra civil na França*, acontecimento histórico onde

“os proletários de Paris, dizia o Comitê Central em seu manifesto de 18 de março, em meio às derrotas e à traição das classes dominantes, compreenderam que soou a hora em que eles precisam salvar a situação, tomando em suas próprias mãos a direção das coisas públicas”³.

A Comuna foi o governo da classe operária, fruto da luta da classe produtora contra a classe apropriadora. Ela foi a forma política descoberta para levar a cabo a

² Uma discussão sobre os diferentes povos indígenas do período colonial e de como eles se movimentavam em relação ao colonizador, ora aceitando e negociando as alianças, ora se rebelando, está na minha dissertação de mestrado *O tribunal da Junta de Missões: ecos da relação jesuítas-índios no Pará colonial*, defendida na PUC-SP em maio de 2000.

³ Jornal Oficial da República Francesa, Paris, 21 de março de 1871, citado por Fernandes, 1983, p.291. Grifos meus.

emancipação econômica do trabalho, aqui proposto sem a mais-valia. Era preciso livrar o trabalho da exploração do capital.

Marx registrou para a posteridade os acontecimentos, em que a Comuna pretendeu abolir a propriedade de classe que convertia o trabalho de muitos na riqueza de uns poucos. Houve uma tentativa de fato, de destruir o poder estatal moderno, com seu exército permanente, sua burocracia, seu poder econômico, seus privilégios. Outro aspecto da atualidade desta obra e o motivo por que eu também dialogo com ela é que Marx faz o que se chama de história do tempo presente, onde descreve e analisa os fatos pela ótica da direção do movimento, no calor dos acontecimentos. Ou seja, com uma proximidade de participante. Ele se utilizou de vários tipos de fontes: jornais, relatos da Câmara (assembléia), documentos jurídicos que a Comuna teve acesso, entre outros, fazendo com que esta análise em forma de manifesto expressasse, com essa diversidade de pesquisa, o fundamento do pensamento de Marx, que é sua crítica/superação da sociedade de classes e da propriedade privada.

“Uma vez eliminados o exército permanente e a polícia, os instrumentos do poderio material do velho governo, a Comuna tratou logo de quebrar o instrumento de repressão espiritual, o poder dos padres e religiosos; decretou a separação entre Igreja e Estado⁴ e a expropriação de todas as igrejas na medida em que eram corporações com propriedades”.(Marx citado Fernandes, 1983, p.296).

Aqui, o novo poder se instaurava com a idéia da liberdade ampliada para a sociedade. Era a idéia do comunal, do comunitário, da coletividade trazida à tona com a revolução, que sempre co-existiu na sociedade, mesmo com toda a organização estatal muito bem fundamentada historicamente. Autogestão de produtores, substituição do exército por uma milícia popular, decisões tomadas em assembléias, fim da propriedade classista e da burocracia. A solução encontrada pelas classes dirigentes para conter esta ousada proposta foi a repressão das ações e das idéias dos revolucionários.

Mesmo com sua dissolução violenta, ficou registrada na história uma guerra de movimento observada através da experiência da Comuna que alcançou notoriedade, não apenas pelos princípios revolucionários que divulgou, mas por ter expressado a

⁴ Essa decisão, aqui foi tomada pela tradição republicana várias vezes. No Brasil, os apoiadores da idéia de separar igreja e estado foram os positivistas comteanos, que também se colocaram favoráveis ao fim da violência contra os povos indígenas, no final do Império e início da primeira república. Ver em Carvalho, José Murilo. *Pontos e Bordados*, UFMG, 2005.

tentativa de construção de uma outra forma de poder, com mudanças profundas e significativas nos campos econômico, cultural, político e social, subvertendo a ordem existente. Uma crise de hegemonia, que possibilitou a conquista do poder político por outro grupo, mesmo que provisoriamente.

Tanto Engels como Marx são trazidos aqui para contribuir com a construção da análise da realidade onde a preocupação em observar as ações de sujeitos excluídos socialmente, desde o que podemos chamar de origem até sua capacidade reativa diante do conflito, são fonte de inspiração para aqueles que buscam, como eu, restabelecer a participação política de sujeitos sociais antes tratados como incapazes, inferiores, invisíveis. Graças ao reconhecimento da existência de sociedades “gentílicas”, e portanto pré-estado e pré-capitalismo, evidenciou-se a presença de uma diversidade de povos, que no caso do Brasil, não desapareceu com a instauração do modelo jurídico-estatal português trazido pelos colonizadores. E pensar que estes povos, com o passar dos tempos, adquiriram condições políticas para conceber ações específicas e de lutar por mudanças sociais profundas

2.1.2 Estado Ampliado: Gramsci

Continuando a dialogar com os autores clássicos marxistas, na tentativa de compreender sua obra teórica como chaves explicativas para algumas das questões desta pesquisa, cheguei a Antônio Gramsci, que deu continuidade à reflexão teórica de seus antecessores, inovando em muitos aspectos, principalmente na compreensão do conceito estado, onde ele o identificou como mais amplo e evidenciando por outro lado, muitas das suas complexidades.

Gramsci escreveu uma obra em que critica, revisita, aprimora e inova conceitos de muitas matrizes teóricas, que segundo Coutinho (1989), é o processo dialético da conservação-renovação. Mas é sobretudo, ao marxismo sua principal contribuição, quando aponta novos caminhos, principalmente por estabelecer as características onde o estado incorpora as funções da sociedade civil, perspectiva essa que amplia a noção de estado.

Alguns textos de Gramsci fazem referência a Maquiavel, sobretudo a respeito das idéias do florentino sobre as questões da “grande política”, como o estabelecimento de grandes estados e sua manutenção, as formas de garantir o poder

de um sobre os demais, e muitos outros aspectos, onde o realismo da política concebida como o conjunto de práticas voltadas para a conquista e manutenção do poder era percebido. Mas esse modo de pensar de Maquiavel, apesar de precioso para a construção do conhecimento, também foi submetido à profunda análise de Gramsci, criticado e reinventado como novos conceitos.

A formação teórica de Gramsci pautou-se pela construção de diálogos com Marx, Lênin, Benedetto Croce e muitos outros. Na cadeia, ele procurou sistematizar sua experiência, construindo um corpo teórico complexo que apontou caminhos que seguiam em várias direções. Entre esses caminhos traçados estava o de analisar a sociedade sob o olhar do materialismo histórico, aprofundando os estudos sobre o poder, ao ponto de fundamentar os conceitos sobre a construção da hegemonia operário-camponesa na Itália, bem como sobre a formação social italiana. Ao tratar dos processos de constituição e entendimento das relações hegemônicas, Gramsci, deixou para as gerações posteriores muitas dúvidas interpretativas, bem como algumas chaves explicativas que contribuiriam para o entendimento das sociedades capitalistas que assim se constituíram no mundo. Segundo Coutinho,

“a universalidade de Gramsci, portanto, expressa-se antes de mais nada pelo fato de que sua problemática teórica serve como ponto de partida necessário para as principais e mais significativas tentativas contemporâneas de renovação da teoria política marxista.”(1989,p.116)

Não quero com isso afirmar que em Gramsci podem ser encontradas todas as respostas para solucionar questões de ordem teóricas e empíricas da realidade. Mas o conjunto conceitual que elaborou, com essa característica universalizante,⁵ está aberto às intervenções e interpretações de muitos marxistas, que tem dado continuidade à sua maneira, à dialética da conservação-renovação teórica. A possibilidade de uma aproximação da teoria de Gramsci a uma dada realidade é que o torna tão importante e tão contemporâneo, daí ser esta a minha escolha como um ponto de partida nesta tese.

⁵ Mantenho aqui a concordância com Coutinho, ao usar o termo “universalizante” em relação a dimensão alcançada pela obra teórica de Gramsci. Entendo que dentro do termo “universalizante” cabe uma discussão, um debate, que amplia a extensão de sua obra, sem torná-la hermética. Quando Gramsci elabora questões sobre economia, cultura, política, ele escreve dentro de sua historicidade. Portanto, não pode ser “totalizante”, no sentido de ser integral, completamente definido, um pensamento ou conceito que é histórico.

Por conta disso, ao pensar na realidade dos povos originários, seu movimento e suas entidades legalmente constituídas, alguns conceitos de Gramsci tomaram uma importância diferenciada neste trabalho, como por exemplo, o conceito de estado ampliado (sociedade civil + sociedade política), onde, no meu exercício teórico, me foi possível localizar as entidades do movimento indígena, e perceber que suas associações fazem parte da sociedade civil, dentro desta conceituação gramsciana. Outros conceitos de que me utilizo, pela sua importância histórica, são os de hegemonia, contra-hegemonia e guerra de posição/ de movimento, bloco histórico. Todas essas percepções teóricas são aqui utilizadas com responsabilidade e cuidado, dentro de uma produção que cogita aproximar uma dada realidade específica, como a dos índios em movimento e uma produção marxista de teor gramsciano, que se renova a cada conjuntura, por conta das intervenções/interpretações de seus leitores e pesquisadores. É a ideia da conservação/renovação sempre presente.

Nos *Cadernos do Cárcere*, volume III, em determinado momento, Gramsci faz um comentário a respeito de um livro recém lançado (de Daniel Halévy) em que o autor caracteriza o estado como somente o aparelho representativo e que os grandes acontecimentos ocorridos na história francesa não teriam relação alguma com os “*organismos políticos derivados do sufrágio universal, mas de organismos privados como empresas capitalistas, etc*”. Então Gramsci completa:

“Mas isso significa que por ‘Estado’ deve-se entender, além do aparelho de governo, também o aparelho ‘privado’ de hegemonia ou sociedade civil. Deve-se notar que, desta crítica ao ‘Estado’ que não intervém, que está a reboque dos acontecimentos, etc, nasce a corrente ideológica ditatorial de direita, com seu fortalecimento no Executivo” (Cadernos do Cárcere, Vol. III, p.254-255).

Estado é o aparelho de governo *somado* aos aparelhos privados. Mas por dentro deste “estado” e destes “aparelhos privados” existe uma diversidade de interesses, que ora convergem, ora divergem. Sociedade política e sociedade civil estão atravessadas por classes e frações de classes, culturas, ideologias diferenciadas. Dominantes e subalternos entram em conflito, mas também negociam acordos, tanto um como outro. Por um lado, o grupo hegemônico buscando se manter no poder e os subalternos, buscando não apenas sobreviver diante do poder do outro, mas também

construindo, através da guerra de posição⁶ um acúmulo de forças com vistas a alcançar o poder alternativo futuro. O poder Executivo sabe que só usando de coerção absoluta, não garantirá a hegemonia por muito tempo.

O estado ampliado é uma junção entre a sociedade política e a sociedade civil, com vistas a abarcar o complexo de atividades que um determinado bloco de poder procura ao afirmar-se com supremacia.

“ Bloco Histórico é, portanto, um bloco social e político controlador da estrutura dirigente na sociedade civil. Nesta organicidade econômica, dominante no Estado e, a estrutura e a sociedade civil também estarão se submetendo de algum modo, em maior ou menor grau, às instituições e leis do estado. Neste sentido, entendido com a superestrutura jurídica, o estado “ampliado” abarca e regula a sociedade civil. Isto coloca os limites da autonomia política das organizações da Sociedade Civil que aceitam agir por dentro da ordem, mesmo quando lutam contra a ordem a até fora da ordem”. (Almeida,2012).

Esse bloco histórico, mesmo agindo como dirigente na sociedade civil e no estado, não é capaz de frear o movimento e o aparecimento de novos focos de insatisfação social que despontam a cada nova conjuntura. Entretanto, os interesses econômicos, culturais e políticos unificam e fortalecem o bloco histórico, fazendo com que ele crie métodos e técnicas cada vez mais sutis de regulação e controle da sociedade civil. Lincoln Secco, (2009, que trata do dossiê Gramsci, diz que “o bloco histórico é a junção de base e superestrutura produzidas simultaneamente pela ação humana”. Ainda assim, os sujeitos sociais atuam de modo a exercitar a “guerra de movimento”, avançada, com táticas mais expostas, com ações mais definidas por um lado, e em outro momento histórico, executam a chamada “guerra de posição” ou de trincheira, mais limitada, mas que pode ser avançada, com o planejamento de detalhes para durar mais tempo. É possível se agir contra a ordem por dentro da ordem. Ainda tem um terceiro exemplo de luta política, que é o fora da ordem, como Gramsci exemplifica: “o boicote é a guerra de posição, as greves são guerras de movimento, a preparação clandestina de armas e dos elementos combativos de assalto é guerra subterrânea”.(Gramsci citado por Bianchi, 2008, p.201)

⁶ Aqui entendendo-se guerra de posição como “ não constituída apenas das trincheiras propriamente ditas, mas de todo sistema organizativo e industrial do território que está por detrás do exército alinhado”(Gramsci por Bianchi,2008,p.204). Na analogia que Gramsci faz entre a guerra militar e a luta política, são evidenciados os diferentes tipos de luta política, dos diferentes grupos sociais; Portanto, cabem por sua vez, diferentes táticas nas ações destes grupos.

O estado, assim como a sociedade civil não reproduzem apenas a relação dicotômica da coerção-submissão, mas criam uma interação, mecanismo que está no meio dessa relação, criando ações de concessão e consentimento do bloco histórico aos seus subordinados sociais. E os subordinados criam ações de luta contra a ordem na sociedade civil. O bloco histórico não é pautado apenas pela convergência/divergência de interesses econômicos e políticos, mas também por afinidades de ordem cultural. O estado não é uma entidade abstrata, é perpassado o tempo inteiro por idéias, concepções, ações, temporalidades do grupo que participa de suas engrenagens e que deseja criar condições de expansão deste grupo no poder. Álvaro Bianchi, complementa, elucidando esta afirmação:

“Mas, atenção: esta expansão, para ser eficazmente levada a cabo, não poderia aparecer como realização dos interesses exclusivos dos grupos diretamente beneficiados. Ela deve se apresentar como uma expansão universal – expressão de toda a sociedade -, por meio da incorporação à vida estatal das reivindicações e interesses dos grupos subalternos, subtraindo-os de sua lógica própria e enquadrando-os na lógica vigente. Incorporação essa que é o resultado contraditório de lutas permanentes e da formação de equilíbrios instáveis e de arranjos de força entre as classes.” (Bianchi, 2008, p.175-176).

Neste “estado integral”, assim chamado por Gramsci, coexistem organicamente sínteses produzidas dialeticamente por todos os grupos sociais que fazem parte da sociedade política e da sociedade civil. E o que torna tudo mais complexo na apreciação desta conjuntura, é que estas ações-idéias estão sempre se renovando, se movimentando, em busca da melhor construção/constituição de suas hegemonias.

Nas ações constitutivas do estado está presente o caráter de incorporação do indivíduo singular no homem coletivo. A própria definição de nação, construída sob o marco da hegemonia da harmonia racial, étnica e social, seguiu à risca esse ideário de construção compulsória da unidade nacional. Por outro lado, a sociedade civil, nesta formulação gramsciana também se entrincheira nos seus organismos privados, criando suportes materiais e ideológicos para o combate ou a negociação. As organizações indígenas poderiam ser o exemplo desse tipo de organismo privado, presente e partícipe da sociedade civil em sua busca pela manutenção dos espaços já conquistados e a criação de novos lugares onde os grupos subalternos insistem em existir.

No estado ampliado, não apenas os aspectos econômicos e políticos são evidenciados na sua compreensão, mas o aspecto cultural da economia e da política. A permanência dos grupos dominantes no poder, passa por uma valorização dos elementos culturais de sua dominação, onde conceitos materializam-se em símbolos e estes em ações que lhes favorecem o domínio. E a contribuição de Gramsci e muitos outros autores ao qualificar os estudos culturais como elemento importante ao entendimento das relações sociais neste estado ampliado, passa a ter um grande peso. Nestor Canclini comenta:

“Nesta reconsideração do papel e da problemática das culturas populares a obra de Gramsci e de alguns antropólogos italianos que a recolhem e a desenvolvem, podem ser mencionadas as seguintes contribuições: está contribuindo para conhecer o papel da cultura na análise econômica e política; fornece aos estudos sobre processos simbólicos uma teoria social e política através da qual se torna possível entender o significado e a função das práticas de cada setor da cultura(...); o popular deixa de ser definido por uma série de características internas e por um repertório de conteúdos tradicionais, anteriores à industrialização e à massificação da cultura e passa a ser caracterizado por sua posição frente às classes hegemônicas.(Canclini, 1988, p.64. grifo meu).

Assim como o conceito de “popular” tomou uma outra dimensão por conta dos estudos que foram sendo desenvolvidos, também o conceito de cultura e sociedade civil tem sido rediscutido e ampliado, na medida em que as investigações acadêmicas, a cada dia apontam para um aprofundamento das complexidades ali envolvidas. A criação de uma “teoria social e política” que fundamenta a análise e a aplicabilidade das questões culturais tem contribuído para ampliar a produção de conhecimentos, incluindo outros sujeitos sociais antes esquecidos, como protagonistas das ações na sociedade.

Os estudos culturais devem se tornar tema central das ciências sociais, junto com a política e a economia, principalmente ao analisar a relação da cultura com o desenvolvimento e o poder. A idéia de que o bloco histórico hegemônico, a sociedade civil e a sociedade política são perpassados por diferentes interesses, convergentes e divergentes, tem sua sustentação na raiz cultural desses grupos e frações de classes, que não se apresenta de modo “puro”, mas sim com uma intensa circularidade cultural entre si e com os outros. A professora Maria Rosário Carvalho ajuda a entender,

quando diz: *“E por se tratar de uma cultura que se reelabora por força do contato, não se pode pensar simplesmente em perdas, ou fusões, mas em rearranjos múltiplos sob a égide da oposição que se impõe como fator dominante”*(Carvalho citado por Silva, 1988, p.12). Daí ser a sociedade brasileira, assim como qualquer outra sociedade, muito complexa para ser analisada apenas por vieses econômicos-políticos deterministas e herméticos. O ato de reelaboração cultural está presente porque existe a relação entre as partes, entre os atores sociais. Afinal, como complementa Canclini, o poder é concebido *“não como blocos de estrutura institucionais, fixados em tarefas preestabelecidas (dominar, manipular), nem como mecanismos de imposição vertical de cima para baixo, mas como uma relação social disseminada em todos os espaços.”*(p.65).

Este estudo da “relação social” entre o movimento indígena, protagonista de muitas ações, com suas entidades e associações participantes da sociedade civil e o estado “ampliado” brasileiro tem mostrado que apesar das inúmeras complexidades aí embutidas, é preciso avançar no sentido de que, ao reconhecer a efetiva participação das organizações indígenas no Brasil como agentes políticos e defensores da continuidade de sua auto-construção e autonomia, eles passam a ser mais um dos grupos que entram em conflito, ou que negociam posições e alianças dentro da sociedade civil. As entidades indígenas (que veremos mais tarde como se constituíram historicamente), criadas a partir do modelo “branco” de associação, com CNPJ, conta bancária, bandeiras de lutas contra a ordem, são propositoras de sua própria hegemonia, diante de outras entidades que ora convergem, ora divergem dentro do mundo social. Algumas dessas entidades podem até aderir ao bloco histórico, contra seus próprios princípios de tradição e ancestralidade, contra seus próprios pares, dado o caráter de força e consenso que pode ser alcançado pela ação dos grupos dominantes. Essas duas naturezas do poder político, a força e o consenso, que são princípios inerentes à constituição das relações entre a sociedade civil e a sociedade política, na concepção de estado ampliado pensada por Gramsci, são também chaves explicativas para a compreensão do que seria hegemonia.

3. Hegemonia

“O termo hegemonia deriva do grego *eghestai*, que significa ‘conduzir’, ‘ser guia’, ‘ser líder’; ou também do verbo *eghemonewo* que significa ‘ser guia’, ‘preceder’, ‘conduzir’, e do qual deriva ‘estar à frente’, ‘comandar’ ‘ser o senhor’. Por *eghemonia*, o antigo grego entendia a direção suprema do exército. Trata-se, portanto de um termo militar. Hegemônico era o chefe militar, o guia e também o comandante do exército”(Gruppi, 1978, p.01).

Em termos semânticos, este texto acima que originalmente é uma nota de rodapé, dá conta dos significados iniciais de hegemonia, termo militar que significa uma supremacia sobre o outro. Mas uma palavra toma ares de conceito quando se busca compreender sua complexidade filosófica. E Gramsci fez isso. Ao apresentar esta importante contribuição à teoria marxista, ele inovou conceitualmente ao dizer que hegemonia poderia ser o conjunto das funções de domínio e direção exercido por uma classe social dominante, no decurso de um período histórico, sobre uma classe social e até sobre o conjunto das classes da sociedade. Existe uma duplicidade (a direção e o domínio), mas são ações que se realizam em conjunto.

Pensando nas palavras e nos seus significados, quando se usa o termo *dirigir* se diz do ato de administrar, gerir, liderar, conduzir, reger algo ou alguém. Também aparece como sinônimo que dirigir pode ser também falar, dizer, conversar. Já a palavra *domínio*, significa ter grande ascendência e autoridade sobre algo ou alguém. É também preponderar, prevalecer, reprimir, conter. Gramsci então, usando da tradição marxista e do método histórico-materialista, além de olhar para a realidade de sua Itália, apresenta um conceito-síntese como o de hegemonia, que guarda em si tanto a concepção de domínio, como a de direção da sociedade. A burguesia ou o bloco histórico que está no poder, donos dos meios de produção, procuram exercer o controle sobre a economia, a política, a cultura, o meio ambiente e todos os demais elementos da vida em sociedade. Hegemonizar é a tentativa de controle do fundamental. Porque também a hegemonia navega em terreno instável, já que por vezes, é necessário usar de coerção para que os objetivos de quem está no poder sejam atingidos. E esse tipo de ação pode criar reações que nem sempre agradam aos grupos dominantes. Essas reações, quando bem sucedidas em meio a uma crise de hegemonia,

podem resultar em transformações sociais profundas. Entretanto, para efetivar-se a hegemonia precisa reunir algumas condições ideais, que Carlos Nelson Coutinho ajuda a esclarecer, dizendo que,

“a conquista da hegemonia por uma classe implica em sua transformação em classe nacional – ou seja, de que só se pode ser classe dominante quando já se é classe dirigente, quando já se detém o consenso da maioria da classe trabalhadora.”(Coutinho, 1989, p.39).

Esse é o grande tema da obra do marxista sardo, quando explica que ao tornar-se protagonista das reivindicações dos demais grupos sociais subalternos para além de si mesma, a classe trabalhadora, busca a solução para problemas comuns, estreitando uma aliança contra o capitalismo com os demais setores explorados, tornando-se a “classe nacional”. É dessa forma que se unifica nacionalmente o povo para construir um bloco hegemônico que seja capaz de dirigir a transformação social e a partir daí, instaurar sua hegemonia na sociedade. Essa é uma das chaves principais para compreender o conceito histórico de hegemonia, que é datado historicamente, mas que não está fechado a novas interpretações e re-significações.⁷

Mas Gramsci vai além, no seu refinamento conceitual quando distingue hegemonia de pura dominação pelo uso da força. A coerção existe juntamente com o consenso, mas quando este se torna um pouco mais ampliado na relação, diz-se que se caracteriza a hegemonia, ou seja, a capacidade do dirigente de conquistar alianças mais duradouras. É no campo de atuação da direção intelectual, moral, cultural e econômica que os consensos são produzidos, ocasionando uma incorporação simbólica pelas classes governantes das classes dominadas. Estas também se expressam no interior do discurso dominante. Mas esse discurso tem que ser convincente a longo prazo, garantindo o exercício do poder mais permanente. Nem por isso, está livre de esbarrar nas resistências de grupos que se negam ao enquadramento, que recusam uma dada liderança, que estão interessados em apresentar suas próprias idéias:

⁷ Mesmo com a explicação quase didática que Carlos Nelson Coutinho usa para esta questão da hegemonia e seus limites, ao longo deste trabalho estou construindo um caminho interpretativo de Gramsci em que tenho compreendido que as populações indígenas não se transformaram nem se transformarão em “classe” nacional numa futura conquista do poder, mas que ao longo de 514 anos de história vem enfrentando o estado brasileiro com o projeto de garantir sua sobrevivência física e cultural, apesar do capitalismo neoliberal em vigência. Este, por si só, um projeto bastante amplo e complexo. Não são “classes”, os povos indígenas, mas são um grupo social subalterno, e suas entidades e associações que seguem os padrões e normas sociais, devem ser estudados como integrantes da sociedade civil.

“A resistência é um árduo processo de reelaboração do próprio e do alheio, de seleção e combinação, para se proteger e se desenvolver em condições que as classes subalternas não controlam. A força da dominação permite poucas eclosões; a astúcia da hegemonia exige que se mantenha furtivamente, todos os dias os usos heterodoxos dos objetos, as manobras para se contrapor às hierarquias, as pequenas táticas de sobrevivência.”(Canclini, 1988, p.83).

Tanto a classe capitalista que hegemoniza a sociedade civil, o estado e a estrutura econômica, quanto os grupos em lutas de resistência e construção de hegemonias alternativas à ordem, precisam estar cuidando de exercitar a astúcia, onde manobras avançadas e recuos táticos, são combinados com o uso da força e do consenso.

Os povos indígenas em movimento por sua sobrevivência cultural e física estabeleceram seu *modus operandi* próprio, no que se refere a esta apreensão do que foi e no que se transformou a sociedade com a implantação do capitalismo. Estes povos, até hoje, como nos disse Nestor Canclini acima, estão em reelaboração permanente do que foi e no que está se transformando o seu universo de coletividades específicas e o que foi e no que se transformou este “mundo alheio”, da força do capital. Portanto, eles ultimamente vem se apresentando como os agentes políticos nas suas lutas de resistências. Analisando deste modo, existe uma continuidade no pensar e agir para garantir a sobrevivência que é exercitado por esses povos. É uma profunda compreensão filosófica (mas que remete a uma prática) em relação a três elementos cruciais do exercício de “ser índio”: lutar contra a destruição da natureza; exigir condições que garantam sua permanência em ser índios; e garantir o direito aos usos tradicionais da terra em que habitam. Esses elementos são apenas alguns do que alimentam as ações de resistências dos povos. E são elementos que se contrapõem à ordem capitalista e a qualquer organização estatal hegemônica que pretende transformar tudo em mercadoria e lucro para uns poucos.

“Todavia o conceito de hegemonia não pressupõe onipotência, onipresença, nem é totalitário e monolítico.(...) convive com seu movimento de negação, ou seja, setores submetidos à exploração se organizam pra negá-la e contrapô-la. São os grupos/classes contra-hegemônicos, que além de se oporem ao grupo hegemônico, tem um projeto alternativo de sociedade”.(Cloux, 2012, p.228).

Partindo da premissa que é o bloco histórico que dirige e domina a sociedade de forma hegemônica, e quando se pensa na inclusão do movimento indígena na

sociedade civil, percebo que este bloco de poder está diante de um grupo que mantém uma cultura diferenciada de enfrentamento milenar, mas que ao meu ver, ainda não tem condições de estabelecer um projeto alternativo de sociedade a curto prazo. Entretanto, por mais que não seja possível afirmar os povos indígenas e seu movimento social como contra-hegemônicos, é interessante analisar suas ações contestatórias a partir linha teórica apresentada por Gramsci.

3.1 Povos indígenas e suas ações de resistência

O marxismo foi para Gramsci o lugar onde o mesmo conseguiu criar uma linha de pensamento onde se valorizou a unidade entre teoria e prática, estrutura e superestrutura, filosofia, história e política e por isso mesmo combateu o economicismo e todas as manifestações de determinismo. Com o aprimoramento do método (materialismo histórico), procurou romper com o positivismo, fez uma crítica contundente à sociologia cientificista, apresentou estudos de diversos temas e de análise da realidade nos Cadernos do Cárcere, onde uma de suas preocupações principais era analisar a sociedade, partindo do particular para o geral. Ele imprimiu nos seus escritos a marca da originalidade que manteve a vitalidade para as gerações de estudiosos que o sucederam. E estes, tem procurado alçar seus próprios vôos, tendo como referência este pensamento que afirma que a construção da hegemonia pressupõe a existência de outras hegemonias que estão em construção e que vão disputar em algum momento a batalha para alcançar a supremacia sobre um outro modo de ser e estar no tempo histórico. Mas Gramsci também afirmava que, mesmo os conceitos mais bem formulados, nunca estão fechados e acabados. Sobre isso, Joseph Buttigieg reforça, ao analisar o método utilizado por Gramsci nos Cadernos do Cárcere:

“As generalizações ou os conceitos não estão nunca completos ou acabados; estão sempre numa relação fluida, crescentemente complexa diante de outras generalizações ou conceitos. Eles visam sempre a combinações sintéticas diferentes, sem nunca se fixarem numa síntese definitiva; e requerem sempre um retorno aos elementos particulares, aos fragmentos, que conservam sua especificidade histórica mesmo quando induzem à elaboração de novos conceitos mais complexos, referidos uns aos outros numa rede de relações cada vez mais densa, extensa e mutável” (Buttigieg, 2000, p.19)

Está claro ao estudar o conceito, que, para derrotar o bloco histórico que detém a hegemonia na sociedade de hoje é necessário que a hegemonia alternativa que está

sempre em processo de construção, possa alcançar a direção na sociedade civil antes de mais nada, e daí chegar a direção do aparelho de estado, a sociedade política. Coutinho também ressalta isso, quando afirma:

“Gramsci agora está convencido de que para se tornar ‘classe dirigente’, para triunfar naquela estratégia mais complexa de longo alcance, o proletariado não pode se limitar a controlar a produção econômica, mas deve também exercer sua direção político-cultural sobre o conjunto das forças sociais que, por essa ou aquela razão, desse ou daquele modo, se opõem ao capitalismo. E para poder fazê-lo, a classe operária tem de conhecer o efetivo território nacional sobre o qual atua, tem de conhecer e dominar os mecanismos da reprodução global da formação econômico-social que pretende transformar”.(Coutinho,1988, p.36-37).

Assim compreendo que é o conceito de contra-hegemonia ou hegemonia alternativa. Concordo e entendo todo o processo apontado acima com a leitura explicativa de Buttigieg e Coutinho a respeito da obra de Gramsci. Isso faz com que não se tenham dúvidas da construção teórica a que o marxista sardo chegou, de como o proletariado/classe operária poderia disputar e sair ganhando no embate destas visões de mundo, numa eventual crise de hegemonia na sociedade.

Estas e tantas outras leituras me instigaram a pensar que, analisando outros grupos da sociedade civil, para além do que se chama “proletariado” ou “classe operária”, que se opõem ao capitalismo, mas que não são enquadrados em conceitos tipo “classe” ou “proletariado”, temos uma nuvem de fumaça, ou um *não-lugar* de categorias analíticas para os ditos povos originários, por exemplo. No caso dos índios, estes geralmente aparecem como elementos dentro da massa de lutadores e lutadoras sociais que se opõem ao capitalismo e lutam por mudanças. Manter esse pensamento seria condenar mais uma vez os povos originários à situação de invisibilidades de suas lutas, que são particulares e também coletivas. Os povos indígenas não são “classe”. Os povos indígenas não são “proletários”.

“o índio não é uma questão de cocar de pena, urucum e arco e flecha, algo de aparente e evidente nesse sentido estereotipificante, mas sim uma questão de ‘estado de espírito’. Um modo de ser e não um modo de aparecer. Na verdade, algo mais (ou menos) que um modo de ser: a indianidade designava para nós um certo modo de devir, algo essencialmente invisível mas nem por isso menos eficaz: um movimento infinitesimal incessante de diferenciação, não um estado massivo de ‘diferença’”.(Viveiros de Castro, 2006, p.02).

Neste “estado infinitesimal de diferenciação” então, o que dificulta enquadramentos teóricos, é possível pensar os povos indígenas como fazendo parte dos grupos subalternos da sociedade civil que sofrem exploração étnica, social, econômica e cultural, fazendo com que suas ações contestatórias tenham um caráter de contraposição forte à hegemonia reinante. Indo além dos enquadramentos conceituais da tradição marxista, me atrevo a dizer que os povos indígenas em movimento são agentes políticos na sociedade civil, com este grau de “movimento infinitesimal de incessante diferenciação”, que lhes caracteriza. Difíceis, portanto de serem enquadrados a partir de sistemas teóricos mais fechados, até porque não foram sequer incluídos nessas análises. Assim como é impossível negar sua existência, mesmo em tempos tão modernos, é impossível negar que os mesmos são parte integrante da sociedade civil, da sociedade brasileira e compõem, juntamente com outros grupamentos, o que genericamente chamamos de “complexidade social”.

“A sociedade civil, é formada precisamente pelo conjunto das organizações responsáveis pela elaboração e difusão das ideologias, compreendendo o sistema escolar, as igrejas, os partidos políticos, os sindicatos, as organizações profissionais, a organização material da cultura (revistas, jornais, editoras, meios de comunicação de massa) e etc”.(Coutinho, 1989, p.76 e 77. grifo meu).

Então, neste *etcétera* nunca nominado, que podem caber muitos outros universos e entidades, estão os povos indígenas, suas associações e organizações, agentes políticos da sociedade civil. Com suas formas de agir e pensar o mundo, de interagir com o meio social, de negociar e conflitar com o estado neo-desenvolvimentista, com empresários, com grandes mineradores, de difundir sua “ideologia” cultural ancestral, de lutar pela garantia de seus direitos constitucionais, de ceder e sucumbir diante da força coercitiva de seus inimigos históricos, de criar entidades jurídicas onde se exercite o caráter da representatividade dos povos, enfim, são estes grupos que ao tornarem-se visíveis socialmente, precisam também receber o mesmo respeito e rigor acadêmicos ao serem analisados. Aqui reside o particular, o fragmento que faz parte do todo e que nos apresenta combinações diferentes no trato relacional, exatamente porque constituem uma especificidade histórica. Gersen dos Santos Luciano, Baniwa de nascimento, é hoje um dos “intelectuais orgânicos” do movimento indígena, que em livros e artigos publicados, tem colocado luz por sobre a discussão da temática indígena de forma aprofundada. Dialogo com ele, na perspectiva de compreender, a partir de dentro da cultura, o que é ser índio:

“O índio de hoje é um índio que se orgulha de ser nativo, de ser originário, de ser portador de civilização própria, e de pertencer a uma ancestralidade particular. Este sentimento e esta atitude positiva estão provocando o chamado fenômeno da etnogênese, principalmente no Nordeste. Os povos indígenas, que por força de séculos de repressão colonial, escondiam e negavam suas identidades étnicas, agora reivindicam o reconhecimento de suas etnicidades e de suas territorialidades nos marcos do Estado brasileiro.”(Luciano, Gersen. 2006, p.33).

Ora, esta é de fato, uma nova forma de pensar o mundo indígena e agora a partir de uma elaboração teórica de “dentro para fora”: por muitos anos, o que se falou e pensou sobre os povos originários foi construído por etnólogos, antropólogos, historiadores, juristas, etc, ou seja de fora do mundo indígena para dentro da sociedade nacional. Quando muda a perspectiva, quando muda quem racionaliza e verbaliza as características vivenciais de um grupo ou alguém, abre-se espaço para novos conhecimentos. A etnogênese, esse novo olhar indicado pelos próprios povos indígenas a respeito de si para os “de fora”, demonstra um interessante movimento intelectual, político e cultural que terá incidência concreta na elaboração e organização das lutas cotidianas desses povos. Isso de fato, aproxima as ações desses grupos ao entendimento de que, mesmo não possuindo um projeto alternativo ao capitalismo globalizado que contemple toda a sociedade complexa em que vivemos, ainda assim, esses povos, seu movimento social e sua ação política na sociedade civil se aproximariam de uma compreensão teórica, onde as características contra-hegemônicas poderiam ser associadas ao tipo de luta empreendido na sociedade pelos povos originários, através de suas entidades.

E o conceito de contra-hegemonia? De fato, Gramsci não elaborou maiores considerações a respeito deste item. Os sucessores de seu marxismo renovado é que passaram a trabalhar para melhor compreender o que seria e como se daria essa conquista do poder pela classe operária, fruto da vitória de uma hegemonia alternativa. Raymond Williams foi um deles, que aqui, explicando sobre a hegemonia, dá uma chave fundamental para se pensar a possibilidade da contra-hegemonia:

“A hegemonia é todo um conjunto de práticas e expectativas sobre a totalidade da vida: nossos sentidos e distribuição de energia, nossa percepção de nós mesmos e nosso mundo. É um sistema vivido de significados e valores – constitutivos e constituidor, - que ao serem experimentados como práticas, parecem confirmar-se reciprocamente (...)A ênfase de Gramsci na criação de uma hegemonia alternativa, pela conexão prática de

muitas formas diferentes de luta, inclusive as que não são facilmente identificáveis como 'políticas' e 'econômicas'(...) leva assim a um senso muito mais profundo e ativo da atividade revolucionária numa sociedade altamente desenvolvida(....)".

E segue afirmando, o que considero muito importante:

"As fontes de qualquer hegemonia alternativa são difíceis de definir, na verdade. Para Gramsci elas nascem da classe trabalhadora, mas, não essas como uma construção ideal ou abstrata. O que se vê é antes uma classe trabalhadora que tem, precisamente, de se tornar uma classe, e uma classe potencialmente hegemônica, contra as pressões e limites de uma hegemonia existente e poderosa". (Williams, 1979, p. 114, grifos meus).

A constituição de uma hegemonia alternativa, mesmo com dificuldades em defini-la totalmente, passa pela existência de um conjunto de valores e significados, uma filosofia, uma ideologia, um feixe de idéias e concepções sobre o mundo que certos setores sociais elaboram e organizam como práticas. Isso os povos originários possuem. Não considero que em médio prazo, entretanto, este grupo que tem no seu movimento social, a força de sua luta na sociedade civil, se constituirá em uma força nacional capaz de tomar o poder de estado na sociedade, e transformará esse programa de lutas em um projeto político único aplicável para toda a sociedade. Até porque a luta desses povos não tem como objetivo tornar-se uma "classe". Os povos indígenas objetivam ser reconhecidos em sua diferenças, mas que também seja reconhecida sua igualdade de direitos sociais, dentro de uma política indigenista estatal. Não, os povos indígenas em movimento político não constituem uma classe. Eles querem igualdade, com direito à diferença. Eles são pluriétnicos e multiculturais, possuem saberes que abrangem vários campos do conhecimento (político, econômico, militar), enfrentaram as formas de exploração da sociedade mercantilista, do capitalismo industrial e agora enfrentam a coerção do capitalismo neodesenvolvimentista, ao seu modo, constituindo alianças com outros grupos sociais ao longo de sua trajetória de negociação e conflito com o estado. Buscam construir uma mudança de paradigmas (profunda, portanto) de como a sociedade nacional os vê. É o que eles chamam de projeto **etno-político**, ou seja, elaborar, construir, desenvolver e aplicar compreensões, tratados e leis a partir de sua visão de mundo, que é pautada pela diversidade de povos, experiências, línguas e de relações e modos de produção diferentes.

A partir dessa possibilidade de busca de uma autonomia política e filosófica e do reconhecimento desta pela sociedade nacional, os povos indígenas e seu

movimento social tem elaborado e executado ações que, se não tem como fim último a tomada do poder estatal, apresentam forte conteúdo contestatório, diante da inoperância do poder público. O professor e pesquisador baiano Rafael Cloux elencou uma série de elementos em que apresenta uma interpretação para verificar se um grupo é contra hegemônico: esses grupos precisam ter uma origem contra-hegemônica, ou seja, já ter nascido em um embate de hegemônias, fazendo parte portanto, dos grupos subalternos; é preciso que estes grupos possuam um projeto e um conjunto de ações que de fato proponham mudanças sociais profundas, no modo de produção capitalista; é preciso também que estes grupos critiquem a hegemonia dominante com documentos e ações, sempre buscando a auto-valorização cultural do grupo. E quanto às demais práticas, ele acrescenta:

“Primeiro, deve ter ações contra a ordem, mas respeitando os limites dentro dela e construir ações contra-hegemônicas no movimento social; (...) Segundo, ações contra a ordem, mas fora da ordem; (...) Em, terceiro lugar, valorizar os espaços de decisão horizontal, dividindo tarefas e animando sujeitos.” (Cloux, 2012, p. 230).

Então, vejamos: o exercício do contra-hegemônico pelos grupos sociais se dá, entre outras coisas, pela existência de um projeto e de um conjunto de ações que desafiam à hegemonia capitalista e apresentam alternativa. Os povos indígenas, em seus processos de reafirmações das suas identidades étnicas, tem procurado sistematizar a crítica a um conjunto de problemas que mais os afetam, buscando as soluções compatíveis e sobretudo denunciando publicamente abusos e violências. O movimento indígena, tem procurado organizar e vivenciar espaços de discussão e elaboração conceitual como o evento que me reporteí no início deste texto, onde procuram dar fundamento a idéia de protagonismo dos povos, bem como servem para fortalecer suas culturas sofridas, mas resistentes diante do capitalismo neoliberal. Os povos, através de seu movimento, tem produzido uma materialidade documental vasta por iniciativa própria ou em parceria com aliados históricos dos índios. O projeto etno-político vem sendo amadurecido pelo movimento indígena e passa a ser mais divulgado, na medida em que se quebra a condição de invisibilidade destes povos. Ações por dentro da ordem e contra a ordem vão acontecendo, sendo um dos melhores exemplos disso, a instalação do Acampamento Terra Livre, em plena Esplanada dos Ministérios, território tombado pelo patrimônio histórico e regido pela segurança nacional, onde o pensar e o agir dos povos indígenas em movimento se apresenta.

Colocados (teoricamente) então no lugar de partícipes da sociedade civil que integra o estado ampliado na visão gramsciana, é possível construir uma explicação onde se verifica que os povos indígenas não querem construir uma nova hegemonia, com um projeto pronto e acabado para toda a sociedade, mas querem ser livres da hegemonia que oprime, que violenta, que rouba e saqueia seus territórios, que os condena a uma categorização de “ultra-subalternos”, pois são um dos grupos sociais mais sofridos e pouco compreendidos da sociedade civil. Isso é importante, pois, sem perder de vista o objetivo desta tese, que é o estudo da relação entre povos indígenas, suas entidades e associações e o estado brasileiro na construção de uma política indigenista durante a gestão do governo Lula em seu primeiro mandato, entendo que apesar de toda esta dura sina de sofrimento, há disposição de elaboração intelectual, política e de ação de resistência nas atitudes e nos feitos realizados por este grupo social. O resistir aqui pensado como oferecer resistência a um poder superior que quer tirar direitos já conquistados ou uma oposição a uma força opressora, que se impõe sobre outra força. Mas também resistência é também um conceito que está em movimento de permanente reelaboração, assim como os povos indígenas na sua relação com a sociedade nacional.

Conceitos que guardam em si a idéia de movimento não são fáceis de precisar. Principalmente quando a realidade para a qual se olha apresenta também o caráter da diversidade. Então isso me leva a pensar: os povos indígenas são povos que resistem culturalmente há 514 anos ao contato com não-índios. Se opõem, criam ações de enfrentamento, mas também cedem à força coercitiva do inimigo. Para alguns, isso pode parecer uma fraqueza, uma fragilidade. Para outros, faz parte de uma condição estratégica de longo prazo, a fim de garantir a sobrevivência, possuindo portanto, o caráter de um saber de longa duração aplicado a determinada situação da realidade.

Veja por outra se percebe, entretanto, que algumas lideranças indígenas abandonam a tarefa de dar continuidade a este aspecto da resistência cultural, na medida em que são cooptadas e “ganhas” para o projeto mais global do bloco histórico que dirige e domina a sociedade, gerando tensões internas no movimento indígena. E isso ocorre, porque, no caso do estado brasileiro, os povos indígenas passaram por vários tipos de interpretação, controle e combate, chegando também até a cooptação de lideranças, ganhas para o projeto dominante, o que foi dando molde a uma relação muito complexa entre as partes.

4. O Estado Brasileiro e os Índios: Idéia de Nação

Desde a longínqua colônia, passando pelo período imperial e pela república velha, de acordo com as normas e trâmites oriundas de um sistema organizativo de controle sobre os índios, o Brasil experimentou a produção de discussões, debates, leis, acordos, normatizações onde o poder político demonstrou o quanto de centralidade a questão indígena alcançava na esfera estatal. O estado brasileiro, originado na premissa de uma sociedade profundamente desigual e hierarquizada, caracterizou-se pela concentração do poder político, econômico e cultural nas mãos dos herdeiros da elite imperial escravagista, dos grupos liberais e dos proprietários de vastas terras. Por vezes eles convergiam, por outras divergiam, na condução das políticas que davam o formato do estado brasileiro.

Quero me reportar aqui ao século XIX e início do XX, especialmente, por condensar uma série de elementos onde se observa a intensa circulação de idéias e ações estatais que servirão de bases para a fundamentação da política indigenista estatal. E essa fundamentação passa pela construção do ideário de nação.

É possível perceber que a intelectualidade brasileira composta por magistrados, jornalistas, militares, proprietários de terra que tiveram uma educação erudita, bem como autoridades políticas, construíram o semióforo⁸ de nação que até hoje é utilizado como referência de nacionalidade por um lado, e levanta enormes debates, por outro. Como explica Marilena Chauí:

“O poder político precisa construir um semióforo fundamental, aquele que será o lugar e o guardião dos semióforos públicos. Esse semióforo-matriz é a nação. Por meio da intelligentsia (ou de seus intelectuais orgânicos) da escola, da biblioteca, do arquivo de documentos raros, do patrimônio histórico e geográfico e dos monumentos celebratórios, o poder político faz da nação o sujeito produtor dos semióforos nacionais, e ao mesmo tempo, o objeto do culto integrador da sociedade una e indivisa”. (Chauí, 2000, p.14).

Os indivíduos que dominavam estes campos do conhecimento foram estabelecendo as idéias da construção de igualdade, de integração, de homogeneização social que tanto fundamentaram a noção de “brasilidade”, que ainda se observa em uso nos dias de hoje. Essa concepção, entretanto tratou de aprofundar a invisibilidade dos

⁸ Signo ou sinal exposto, construído historicamente e carregado de muitos significados. *Semeiophoros*: *semeion*= “sinal” ou “signo” e *phoros*= “trazer para frente”, “expor”.

povos indígenas, por exemplo, nos seus aspectos mais singulares, entre eles, o uso da terra e seu modo de produção, a língua, os costumes, a tradição.

Desde essa época (por volta de 1830, aproximadamente), na medida em que o semióforo de “nação” se fundamentava e ganhava força e adeptos, o relacionamento do estado com os povos indígenas no Brasil também ia se transformando. No período do Império, eles não eram mais vistos apenas como seres bárbaros, mas “*apesar de serem os índios bravos uma raça de homens inconsiderada, preguiçosa, e em grande parte desagradecida e desumana para conosco, que reputam seus inimigos, são contudo capazes de civilização*”. Estas são as palavras de um representante do poder político de então, influente nas ações do governo imperial e um dos grandes formuladores da construção da nacionalidade, José Bonifácio de Andrada e Silva, que como deputado constituinte em 1823, apresentou um de seus projetos nesta assembléia, chamado de *Apontamentos para a civilização dos índios bravos do Império do Brasil*, onde defendia vários princípios a serem aplicados em relação ao controle sobre as populações indígenas. A importância deste documento criado ainda no período imperial é tamanha para o estabelecimento da nova mentalidade acerca do indígena no Brasil, que servirá de subsídio teórico e metodológico para fortalecer as bases da política indigenista durante o processo de instauração da 1ª república no Brasil.

Entre estes princípios, estavam a consolidação da *mestiçagem* (“*o responsável pelos índios deverá introduzir nas aldeias brancos e mulatos morigerados para misturar as raças, ligar os interesses recíprocos de índios com a nossa gente, e fazer deles todos um só corpo da nação*”); o aprimoramento técnico nas relações de trabalho (“*concorrerá muito para acostumar os índios à lavoura, que o missionário por todos os modos possíveis introduza o uso do arado e dos outros instrumentos rústicos europeus, para que deste modo lhes fiquem mais suaves os trabalhos da agricultura*”), e a afirmação dos povos indígenas para o poder político imperial (“*nas atuais circunstâncias do Brasil e da política européia, a civilização dos índios bravos é objeto de sumo interesse e importância pra nós*”)⁹. Toda essa elaboração estava pautada na preocupação que os dirigentes do Império tinham em construir uma política

⁹ Nesta Coleção Brasileira da Companhia da Letras muitos documentos históricos foram compilados na perspectiva de auxiliar os pesquisadores numa fundamentação teórica que precisa se deslocar no tempo e no espaço.

indigenista, caracterizada por criar novos marcos regulatórios no relacionamento com os povos indígenas.

Uma outra ação estatal específica para a questão do tratamento dos povos originários foi a promulgação do Decreto nº 426 de 24 de julho de 1845, que estabelecia novos parâmetros administrativos em relação às populações indígenas. Segundo Gagliardi (1989), o decreto, em essência “*tinha por finalidade introduzir o indígena num modo de vida tipicamente europeu, transformando-o em trabalhador braçal, e liberando, com isso, os imensos territórios que originalmente eram seus*”(Gagliardi, 1989, p.30). A idéia de transformação do indígena em “trabalhador”, que pode ser direcionado a todos os lugares, de acordo com as novas exigências do mercado, também foi pensada para os povos indígenas. E mais: essa transformação acarretaria outro benefício para o capitalismo em franco desenvolvimento: as terras indígenas, tradicionalmente ocupadas, poderiam ser utilizadas pelo estado e seus grupos econômicos como valor de troca e valor de uso, bem diferente da compreensão que os povos indígenas faziam e fazem do uso da terra.

Este decreto nº 426, associado a Lei de Terras de 1850 (nº601), que legitimava a ocupação das terras indígenas, serviu de fundamento para caracterizar a política indigenista imperial, pois a partir deste momento, ao estado caberia reservar terras para a “colonização” de indígenas, podendo para isso deslocá-los de seus lugares de origem e assentá-los em outros muito menores. Com isso, o indígena passou da condição de proprietário natural da terra à condição de expropriado, e transformado em dependente da benevolência do estado para ter um chão para sobreviver. Por uma decisão jurídica, política e econômica de um grupo dominante, estabeleceram-se *novos* donos das terras brasileiras. No Império, por exemplo, a subordinação jurídica do indígena ao estado se deu por ter sido considerado órfão.

Do gentio bárbaro, passando pelo índio romantizado da literatura, chegando até o “trabalhador”, existem anos de elaborações teóricas acompanhadas de ações estatais que foram configurando um ideário de nacionalidade, onde a homogeneização social era o estágio a ser alcançado. A nacionalidade como criação fictícia de um só território, um só povo atravessou os tempos e forjou *a nacionalidade como um produto cultural muito específico*, como diria Benedict Anderson na obra

“Comunidades Imaginadas”¹⁰. O produto cultural final que se chegou neste momento no Brasil foi tentar reduzir a imensa diversidade de povos e culturas a um ser único coletivo, o tipo brasileiro. Ao critério de pensar o organismo social do “*muitos como um*”, o historiador indo-europeu Homi Bhabha (1998) contrapõe este discurso de coesão social buscando pensar a nação a partir de suas margens, onde a vivência das minorias, os conflitos, ou como digo, os embates entre as hegemônias nunca foram possíveis de ser escondidos. E por isso aparecem, e por isso contradizem essa idéia totalizante de constituição da nação homogênea. Há concordância com as palavras da antropóloga Alcida Ramos quando ela lembra que, em se tratado de Brasil,

“o problema parece girar em torno da contradição gerada pela persistência de diferenças culturais dentro de um Estado-nação que almeja nivelar essas diferenças, dissolvendo-as numa brasilidade homogênea. A origem dessa contradição talvez esteja no modo particular como se constituiu a República no Brasil”.(Ramos, 1997, p.14)

O conjunto de transformações econômicas, culturais, políticas e sociais que sacudiu a sociedade brasileira na segunda metade do século XIX gestando o movimento que deu origem à primeira república e que estava marcado por toda essa construção da idéia de nação acima explicitada, repercutiu profundamente na forma como os poderes locais e nacionais se organizaram, principalmente as oligarquias cafeeiras do oeste paulista por exemplo, ou os donos da exploração da borracha na Amazônia, alcançando tamanha notoriedade e poder, ao ponto de que é possível afirmar que o aspecto econômico foi de fundamental importância para estes processos constitutivos. Para o trabalho nas lavouras, uma política de imigração foi patrocinada pelo estado; as lutas abolicionistas alcançavam visibilidade na imprensa e as idéias republicanas tomavam corpo, ampliando-se para muitos grupos políticos. Entre eles, estavam os positivistas, cuja filosofia começou a ser divulgada no Brasil por volta de 1850, principalmente na Escola Militar do Rio de Janeiro.

Essa circulação de idéias foi efetivada pela criação de inúmeras revistas e jornais, entre elas a *Revista da Família Acadêmica*, que em 1887, organizada pelos jovens militares tinha entre seus redatores Cândido Mariano da Silva Rondon. (Gagliardi, 1989). Com a proclamação da república em 1889, os projetos de desenvolvimento econômico pautados para esse novo quadro conjuntural, foram

¹⁰ Mesmo se tratando de uma outra abordagem teórica, a dos estudos culturais, a obra de Anderson faz refletir e agrega significados ao conceito de nação aqui desenvolvido.

marcados por uma penetração e conquista de territórios inexplorados. Então as terras férteis de São Paulo, Santa Catarina, Bahia, Minas Gerais, Espírito Santo, entre outras, bem como a produção de borracha na Amazônia, fizeram com que os conflitos se acirrassem contra os indígenas que estavam nestas regiões desde tempos imemoriais, a tal modo que os debates e ações do período republicano em torno do controle sobre os povos indígenas tomou a dimensão de um problema grave de estado.

“A expansão econômica, que ampliava as fronteiras da atuação do capital, começava a ocupar – através das fazendas de café, da pecuária e da borracha, do telégrafo e das ferrovias, das vilas e dos povoados – territórios assinalados nas cartas geográficas como desconhecidos. Nessas áreas habitavam grupos indígenas que haviam resistido obstinadamente ao contato com a civilização, e que, naquele momento, se achavam encurralados. Nessas circunstâncias, a saída natural era a luta armada, porque os índios, donos inquestionáveis das terras, atacavam os colonos que nelas se estabeleciam; os colonos, convencidos da idéia de que eram agentes do progresso, contra-atacavam, criando um estado de pavor que se alastrava pelo sertão”.(Gagliardi, 1989, p. 174).

Grandes matanças de índios por não-indígenas (trabalhadores das frentes de expansão, sendo muitos deles imigrantes), patrocinada por comerciantes emergentes e fazendeiros foram registradas; ataques de índios aos acampamentos, fazendas e vilas de onde partiam a invasão ao território nativo; era uma situação grave e que ao meu ver, foi covardemente silenciada pela história de nosso país, mas que na época, causou uma série de debates na sociedade nacional, cuja questão principal era: o que fazer com o indígena? Exterminá-lo de vez, por conta do próprio desenvolvimento das forças produtivas dentro da lógica capitalista que se desenvolvia a passos largos; ou convertê-los à fé católica, criando *rebanhos* próprios e fazendo com que os mesmos fossem gradativamente sendo incorporados à sociedade e ao sistema de trabalho capitalista; ou ainda, que fossem protegidos pelo estado da violência reinante, para aos poucos deixarem seu estado de barbárie, mas ainda assim, sendo preparados para o ingresso como trabalhadores na construção do sonho republicano.

As três principais vertentes da questão de como incorporar o indígena “à comunhão nacional”, observadas durante a primeira república, passavam pelos domínios dos setores sociais formados pela igreja católica e seus missionários, por alguns acadêmicos, de tradição européia e ligados diretamente aos grupos de poder

que patrocinavam o desenvolvimento a qualquer custo, e pelo militares e indigenistas¹¹, muitos destes membros das camadas médias urbanas, pautados no humanismo positivista, que propunham soluções definidoras e pacíficas, orquestradas pelo estado e de caráter secular, que poria fim a situação de impasse causada pelo acirramento de conflitos entre proprietários de terras/empresariado nascente e os povos indígenas, estes, em sua constante resistência em manter seus territórios e sua integridade física e cultural.

A igreja católica durante o período imperial desfrutou de privilégios especiais para catequizar o indígena, recebendo dinheiro do estado para executar a tarefa, além de aumentar significativamente seu poder de ação e domínio por sobre as populações convertidas. Por isso, com a mudança para o sistema republicano, ela lutava intensamente para continuar a manter seus privilégios de classe, acreditando que a incorporação do indígena à sociedade só se daria através da catequese.

Por seu turno, o grupo que defendia o extermínio de indígenas,¹² acreditava que nenhum empecilho deveria ser colocado diante da possibilidade real de progresso econômico que o Brasil estava experimentando.

A terceira tendência acreditava que era possível incorporar o indígena à sociedade nacional, sem que para isso fosse necessária a atuação da igreja católica, retirando todo o componente religioso desta ação. O estado assumiria a tarefa de proteger as populações vitimizadas pela cruenta violência em curso, propondo medidas imediatas de demarcação de terras, criando condições ideais para que o indígena brasileiro, com a assistência do estado, saísse da condição de hostilidade e aos poucos “*fossem estendidos ao índio os direitos políticos burgueses instituídos pela proclamação da república*” (Gagliardi, 1989, p.107).

Fiz questão de pontuar estas três vertentes do pensamento republicano, pois os embates das mesmas, que não foram poucos, acabaram por construir, com a vitória de um desses setores, as bases da política indigenista na primeira república. Esta se constituiu em meio a uma sociedade profundamente desigual e hierarquizada, onde o

¹¹ Igreja Católica, a academia e os indigenistas vão continuar a disputar o poder por sobre os povos indígenas, ao longo da “nova” república.

¹² Em 1908, em meio às tensões e debates da conjuntura, foi publicado um artigo na Revista do Museu Paulista, por Hermann von Ihering, onde o mesmo aconselhava o extermínio dos índios que barrassem o avanço da civilização. Este artigo causou um amplo debate na imprensa paulista e carioca, envolvendo diversas agremiações científicas, indigenistas e libertárias. Citado por Gagliardi, 1989, p. 116.

liberalismo adquiriu “*um caráter de consagração da desigualdade, de sanção da lei do mais forte*”, segundo José Murilo de Carvalho. O positivismo desenvolvido no Brasil teve profunda relevância na construção desta conjuntura pois,

“as propostas concretas dos positivistas, e não apenas suas posições filosóficas, iam também na direção de promover a integração. A começar por sua demanda básica de incorporação do proletariado à sociedade. Essa incorporação deveria ser feita de preferência pelo reconhecimento pelos ricos do dever de proteger os pobres, pela mudança de mentalidade e não pelo conflito de classes. Outras propostas concretas iam na mesma direção não-conflituosa: a abolição da escravatura, a defesa dos índios, a oposição às leis contra a vagabundagem.”(Carvalho, 1998,p.99-100)

A agitação política orquestrada pelos positivistas apareceu muito através da imprensa. Eles detinham o controle de muitos jornais e revistas republicanos, onde essas idéias circulavam. Também o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro foi palco destes debates a respeito do indígena, bem como o Apostolado Positivista do Brasil (fundado em 1881), a Sociedade de Etnografia e Civilização dos Índios, entre outros, que, ao analisar os acontecimentos da conjuntura, principalmente as violências cometidas contra as populações indígenas, iam formulando também o conceito, a filosofia e a ideologia que fundamentaria a ação indigenista estatal.

Os povos indígenas continuavam a defender seus territórios, enfrentando agora toda a doutrina republicana de assimilação e integração dos índios à idéia de nação brasileira. Do ponto de vista jurídico, uma das mudanças mais significativas para a pessoa do indígena foi de que o mesmo passou da condição de órfão, para a condição de tutelado, cujo suporte teórico foi o conceito de menoridade. É possível que o positivismo tenha contribuído, ao menos em parte, na definição desse conceito, uma vez que considerava o indígena vivendo na fase infantil da sua evolução. (Gagliardi, 1989).

Toda essa digressão, ao meu ver , é importante para que se diga que em relação ao indígena, a construção da imagem da nação brasileira variou muito ao longo do tempo, onde as visões de mundo dos membros das elites sociais e políticas do país ditavam as regras e normas. Entre 1822, a data da independência até 1945, que representou o fim da Era Vargas, que consolidou as grandes transformações políticas, econômicas, sociais e culturais na sociedade brasileira, José Murilo de Carvalho

aponta que pelo menos três imagens de nação foram construídas pelas elites políticas e intelectuais:

“A primeira poderia ser caracterizada pela ausência de povo, a segunda pela visão negativa do povo, a terceira pela visão paternalista do povo. Em nenhuma o povo fez parte da construção da imagem nacional. Eram nações apenas imaginadas”.(Carvalho, 2005,p.233).

A ausência de “povo” no projeto de construção da nação e dentro deste povo, os indígenas como categoria mais excluída ainda, foram os traços desta representação fictícia de nacionalidade que a intelectualidade brasileira construiu, como parte do bloco de poder na gestão dos pressupostos da política indigenista estatal nesse período.

A idéia de homogeneizar os diferentes, na perspectiva de construir um só povo não foi capaz de reduzir na prática a diversidade (esta sim, “nacional”) ao ideário do indivíduo coletivo. A existência-resistência dos povos originários foi fator preponderante para a ineficácia do projeto de tornar invisíveis as questões, a temática, a preocupação estatal, a violência, os deslocamentos populacionais, os marcos regulatórios por sobre os territórios, a demografia do extermínio, enfim, todos os aspectos mais relevantes que marcaram a ação do estado brasileiro no trato da questão indígena. Problematizar este aspecto da constituição da nacionalidade brasileira é importante para que, a partir do entendimento de que foi algo “construído” de fora para dentro, não revelou (ou procurou esconder!) os intensos conflitos e as negociações que permearam o relacionamento entre os povos indígenas e o estado. O país tropical, com suas múltiplas nacionalidades, experiências, línguas e costumes sempre teimava em aparecer nas estatísticas, nos conflitos por territórios, nas disputas pelos indígenas, na legislação oscilante. Por isso, se faz necessário saber quem são estes povos, quantos são e como este chamado movimento indígena se constituiu como força na sociedade civil, para que, ao revelar esta realidade, comece a se evidenciar o caráter multicultural do povo brasileiro.

5. Capítulo II: Povos Indígenas em movimento: quem são, quantos são e as principais histórias de lutas.

*“Pisa ligeiro, pisa ligeiro,
Quem não pode com a formiga
Não assanha o formigueiro”*

“Nós, povos indígenas Macuxi, Yanomami, Wapichana, Wai Wai, Guarani, Guarani Kaiowá, Xucuru, Xucuru Kariri, Yawanawá, Apurinã, Tupinambá, Xokleng, Kaingang, Xerente, Ingarikó, Terena, Karajá, Xavante, Saterê Mawé, Tucano, Tapuia, Potiguara, Pataxó, Pataxó Hã Hã Hãe, Kadiwel, Aticum, Kinikanawa, Guató, Kamba, Guana e Tikuna, unidos e presentes no Acampamento TERRA LIVRE, na Esplanada dos Ministérios, em Brasília, vimos manifestar às autoridades, ao povo brasileiro e às pessoas de todo o mundo, os nossos pensamentos, projetos, sonhos e a nossa luta pela justiça e a defesa dos nossos direitos constitucionais garantidos aos Povos Indígenas do Brasil” (Documento Final do Acampamento Terra Livre, Brasília, 19 de abril de 2004).

Com essa declaração documental, começou o primeiro Acampamento Terra Livre, uma das ações coletivas mais significativas que os povos indígenas e seu movimento social desenvolveram neste recente período histórico. O formato do documento final apresentado neste e nos anos subsequentes é o mesmo, sempre começando com a nomeação dos povos indígenas presentes e a quantidade dos participantes. Este elemento simbólico tem constado na orientação política e filosófica do movimento indígena, a partir das elaborações teóricas dos mesmos a respeito de si, experimentadas nas intensas agendas políticas e organizativas que os povos indígenas participam. Aqui, os “índios” se deixam conhecer na especificidade de seus diferentes povos. E gostam disso. Mas no passado, essa positiva afirmação de identidades foi negada a eles, exatamente pela autoridade estatal.

Na Amazônia colonial, por exemplo, o Tribunal da Junta de Missões¹³ era a instância máxima onde se tratava da questão indígena e do direcionamento da sua

¹³ *O Tribunal da Junta de Missões: ecos da relação jesuítas-índios no Pará colonial*, dissertação de mestrado defendida na PUC SP em maio de 2000, onde apresentei as principais ações deste tribunal no trato com os índios.

mão-de-obra obtida pelas Tropas de Resgates e pelos Descimentos, e principalmente pelas “guerras ao gentio bárbaro”, patrocinadas por particulares, bem como pelo poder público. Nos registros destas atas do século XVIII, os povos indígenas que eram nomeados, como por exemplo Cahicahizes, Copinhorons, Kiriris, representavam a parcela da população indígena que precisava ser contida ou aniquilada em seus atos de barbárie, como alguns casos relatados à Junta: ataques e saques à fazendas, emboscadas às expedições que adentravam aos “sertões” em busca de produtos da floresta e dos índios, matança de animais dos moradores não-indígenas dos povoados. A nomeação pelo aparelho jurídico de então funcionava como um ato de condenação destes povos. E os povos que haviam aceitado o batismo e as leis dos invasores, eram alçados à categoria social de “vassalos de sua majestade”, desaparecendo seu nome gentílico, e por conseguinte seu traço identitário mais ancestral. Daí a importância que percebo nestes tempos contemporâneos, de um gesto simples, porém muito significativo dos povos indígenas e seu movimento social, ao revelarem na produção de seus documentos políticos, seus traços identitários de origem. Não são mais “índios”: são Macuxis, Xavantes, Yanomamis, Potiguaras, Pankararus e muitos outros.

Hoje a população indígena pode e deve ser nomeada, por outros ou por ela mesma, numa reinterpretação positiva deste pormenor, deste pequeno ato de nomeação. E hoje em dia essa contagem e identificação ocorre tendo como fontes, até dados produzidos pelo próprio estado. A sociedade política, usando de seus recursos institucionais, tem discutido em fóruns e eventos, as possibilidades de melhorias nos sistemas de informações censitários, contribuindo para tornar mais visível a realidade estatística dos povos indígenas no Brasil. E os resultados deste processo foram novas abordagens metodológicas introduzidas nas análises censitárias no país. O censo de 2010, realizado pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), identificou a população indígena do Brasil a partir dos critérios de pertencimento étnico, a língua falada e a localização geográfica destes povos, aprimorando e ampliando a investigação desses grupos sociais. Como recomendação metodológica, foi indicado o caráter da autodeclaração, seguida da identificação da etnia/povo de pertencimento. Com base no elemento cor/raça, o resultado foi que a população indígena autodeclarada no país registrou o número total de **896.917** mil indivíduos (0,4% da população total do país), 36,2% na área urbana e 63,8% na área rural. Foram contabilizadas **274** línguas indígenas faladas, excluindo as originárias dos outros

países e denominações genéricas de troncos e famílias lingüísticas. Também foram identificadas **505** terras indígenas em diferentes processos de regularização e **305** etnias, definidas como comunidades com afinidades lingüísticas, culturais e sociais.

O total inclui os 817.963 mil indígenas declarados no quesito cor ou raça do Censo 2010 (e que serve de base de comparações com os Censos de 1991 e 2000), e também as 78,9 mil pessoas que residiam em terras indígenas e se declararam de outra cor ou raça (principalmente pardos, 67,5%), mas se consideravam “indígenas”, de acordo com aspectos como tradições, costumes, culturas e antepassados. (Dados IBGE, 2010).

O critério da autodeclaração ou autodefinição utilizado para a captação do contingente populacional indígena foi um dos elementos que revelou um crescimento considerado extraordinário, já visualizado no período de 1991/2000, quando a taxa de crescimento chegou a 10,8%, principalmente nas áreas urbanas do país. Muitos autores especializados na temática indígena vem trabalhando ainda com a quantificação de 235 povos falando 180 línguas indígenas. Por isso, esse crescimento atestado nos dados estatísticos do Censo 2010 é motivo de uma surpresa positiva, tanto para o conjunto dos povos originários e suas associações, bem como para os estudiosos da questão, que ainda estão analisando essas novas informações.

Há algumas indicações do porquê desse fenômeno, que passa desde possíveis incentivos estatais, como políticas de transferência de renda e portanto da melhoria das políticas públicas aos povos indígenas, até uma mudança da condição pessoal e política dos próprios indígenas, que ao lutarem para sair da invisibilidade histórica a que foram submetidos, buscaram formas individuais e coletivas de rupturas do processo de dominação e exploração social.

“Sendo assim, independentemente da área geográfica onde estivessem residindo, o Censo Demográfico de 1991 revelou que em 34,5% dos municípios brasileiros residia pelo menos um indígena autodeclarado; no Censo Demográfico de 2000, esse número cresceu para 63,5%; e segundo os dados mais recentes do Censo Demográfico 2010, atingiu 80,5% dos municípios brasileiros. Esse espalhamento da população indígena foi mais significativo na Região Nordeste, corroborando com o processo da etnogênese, que ocorreu e vem ocorrendo em muitas regiões do país”.(O Censo de 2010 e os povos Indígenas, IBGE, 2012, p.4)

Muitos outros dados produzidos por outras instituições, como a FUNASA (Fundação Nacional de Saúde), a própria FUNAI, o ISA (Instituto Socioambiental), entre outros apresentam informações que também identificam esse crescimento populacional indígena no país, a partir de um determinado período histórico recente, onde, fatores como uma revalorização identitária experimentada pelos próprios indígenas, que colocaram como eixo, a luta contra o preconceito e a discriminação, vem ocasionando a saída da invisibilidade. Esse fenômeno, que vem sendo chamado de **etnogênese** é um processo de longa duração em que se auto-afirma a essência cultural indígena, diante de uma situação onde os indivíduos foram forçados a esconder e a negar suas identidades tribais por longos anos, e assim o fizeram como uma estratégia de sobrevivência. Do momento da autonegação identitária para a etnogênese de povos, como por exemplo, muitos povos da região nordeste e na região norte, se destacando alguns do estado do Pará, entre outros, a recuperação da auto-estima é o primeiro passo nesses longos anos de subalternidade desses povos. E essa mudança na auto-estima é carregada de bons significados, percebendo que a presença indígena pode hoje ser observada na cultura, na agenda do governo, na mídia e seus diversos segmentos, na pesquisa, na vida acadêmica, nos esportes, na política parlamentar e partidária. Ainda assim, diante de toda essa efervescência da visibilidade indígena, esse processo tem se dado de forma lenta, pois os obstáculos a esse avivamento são inúmeros, vindos de várias direções, inclusive do aparelho estatal, pois

“a etnogênese é a construção de uma autoconsciência e de uma identidade coletiva contra uma ação de desrespeito (em geral produzida pelo Estado nacional), com vistas ao reconhecimento e à conquista de objetivos coletivos.”(J.M. Arruti, 1995, p.2)

Essa é uma mudança de atitude profunda que tem influência direta na reorganização da luta dos povos originários, da recriação de suas tradições, no fortalecimento sócio-cultural e que alimenta sobremaneira a ação do movimento político dos indígenas.

5.1. Movimentos sociais e movimento indígena

A definição mais ampla de movimentos sociais passa pela compreensão de que seja toda ação coletiva de um grupo organizado que tem como objetivo alcançar

transformações sociais por meio das lutas e embates políticos dentro de uma determinada sociedade. Existem muitos estudos sobre esse campo do conhecimento, onde se estabelecem uma série de características gerais a respeito do que seriam os movimentos sociais e suas ações políticas no mundo. Me reporto aqui a uma teorização já trabalhada por vários autores sobre os chamados “Novos Movimentos Sociais” (NMS), caracterizados como “*movimentos que compartilham da ideologia do antiautoritarismo e são pela descentralização do poder*”(Scherer-Warren,1993,p.51).

Ilse Scherer parte da premissa de que o autoritarismo na cultura brasileira produziu sua própria corrosão e que no processo de democratização da sociedade, a participação dos movimentos sociais foi fundamental para alavancar a organização da sociedade civil. Esta é uma evidência significativa, pois a formação histórica de nosso país sempre foi pautada por relações sociais autoritárias, hierarquizadas, patriarcais, étnico-excludentes. Pós-ditadura estes movimentos passam a ter maior visibilidade, sendo observados como bastante ativos no eixo sul e sudeste do país.

O que a autora apresenta como especificidade destes movimentos, são os seguintes tipos: o novo sindicalismo, os movimentos de bairros, o movimento ecológico, o movimento feminista e o movimento dos sem-terra. Entre suas características estão um projeto alternativo em construção, a fundamentação de uma práxis e uma perspectiva de transformação social. Além disso, eles acumulam forças para fazer a revolução cultural como força hegemônica, a fim de influenciar no perfil dos partidos políticos, também constituído como uma força na sociedade. Ainda como características, esses movimentos apresentam um novo sujeito social, redefinindo e ampliando os espaços de cidadania, bem como procuram estabelecer como eixo central de lutas o direito à participação nas decisões que afetam os destinos de seus membros. O enfrentamento é quase sempre presente, e se dá por meio da desobediência às decisões arbitrárias do estado. Há presença também de mediadores, que podem ser educadores, agentes de pastoral e intelectuais.

Observando as características apontadas por Ilse Scherer, percebo que há uma ausência na sua quantificação de tipos, do movimento indígena nacional. É estranho, pois seu livro é de 1993, ano em que os povos indígenas no Brasil viviam a efervescência das deliberações da Conferência da Eco 1992 e um pouco anteriormente, tinham obtido as conquistas políticas mais importantes para os povos na elaboração da

Constituição de 1988, com a promulgação dos artigos 231 e 232 na Carta Magna. Ela apenas cita de forma bem geral, a existência dos movimentos “étnicos”, que assim tratados, generalizam por demais, homogeneizando as demandas de uma diversidade de grupos existentes no Brasil como os próprios indígenas, os quilombolas, os ciganos, etc.

Olhando para a configuração ampliada dos “novos” movimentos sociais no Brasil, o movimento indígena também surge como uma forte expressão da luta por visibilidade dos povos originários que estavam vivendo sob a espoliação e os abusos do poder político, econômico, cultural e social do bloco histórico dominante. A definição de movimento indígena mais comumente utilizada pelas lideranças indígenas é a seguinte, segundo o Baniwa Gersen Luciano:

“é o conjunto de estratégias e ações que as comunidades indígenas desenvolvem em defesa de seus direitos e interesses coletivos. (...) um indígena não precisa pertencer formalmente a uma organização ou aldeia para estar incluído no movimento indígena, basta que ele comungue, participe politicamente de ações, aspirações e projetos definidos como agenda comum das pessoas (...) O líder indígena Daniel Mundurukú costuma dizer que no lugar de movimento indígena dever-se-ia dizer índios em movimento.¹⁴ Ele tem certa razão, pois não existe no Brasil um movimento indígena, existem muitos movimentos indígenas, uma vez que cada aldeia, cada povo, cada território indígena estabelece e desenvolve o seu movimento indígena” (Luciano, Centro Indígena Brasileiro de Estudos e Pesquisas, s/d, mimeo)

Um outro dado interessante na constituição do movimento indígena é que seus participantes caracterizam como liderança tradicional os caciques e pajés que constituem as autoridades político-religiosas de maior experiência, de idade avançada. E chama de novas lideranças ou lideranças políticas aqueles que receberam uma formação e uma preparação diferenciada, como no caso dos professores e agentes de saúde indígenas. Um fortalece o outro nos processos de luta por direitos políticos, mas há momentos de tensão também, quando se verificam disputas de ordem política na condução das decisões coletivas.

O início do movimento indígena está marcado então pelo desejo e a necessidade do encontro destes povos entre si, buscando soluções conjuntas para

¹⁴ Estou usando essa expressão “índios em movimento” ao longo deste trabalho por ter concordância com ela, no sentido de que é bastante precisa para que se compreenda o caráter dos deslocamentos históricos-sociais que os povos indígenas tem feito ao longo do tempo, especialmente, na periodização deste trabalho.

problemas comuns enfrentados pelos mesmos, onde a luta por direitos políticos e sociais coletivos é o eixo, após um período de crescimento populacional e da autoestima indígena. Não se pode deixar de dizer também que este é um processo lento, gradual, marcado por temporalidades específicas e diferenciadas, na apreensão das informações, no convencimento para a luta, na disposição para a mobilização.

O apoio material para isso se dá ainda na década de 1970, quando, como elemento propulsor, o CIMI (Conselho Indigenista Missionário), criado dentro da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), promoveu e financiou as primeiras assembléias indígenas em vários lugares do Brasil. Esta ação passava não apenas pelo fato de evidenciar uma nova perspectiva da igreja católica ao olhar a figura do indígena no país, mas também como uma estratégia de enfrentamento da cultura política repressora no Brasil, por conta da ditadura militar ainda em vigor. Contribuir para a organização dos povos indígenas, também corresponderia a uma luta velada contra os ditames ditatoriais neste período. Além é claro de expressar a capacidade dos índios em convencer os não-índios para sua causa.¹⁵

Segundo Ramos (1997), a primeira assembléia indígena ocorreu em abril de 1974 no estado do Mato Grosso e participaram 17 índios. A segunda, em maio de 1975, já foi convocada pelos Mundurukú do Pará e contou com a presença de 60 índios. Ou seja, a oportunidade de encontro que os indígenas foram tendo ao longo da década de 1970 e em grande parte da década de 1980, foi estabelecendo um aprendizado de regras, de elaborações, de apropriações por sobre o instrumental “branco” de organização política. Também eram partilhados nestes encontros as dificuldades coletivas, a superação de antigas rivalidades tribais, os problemas locais, os enfrentamentos com os inimigos comuns e também as dificuldades pessoais dos indígenas na busca de sua participação política mais efetiva.

Essa movimentação contribuiu para a criação de diversas organizações regionais formais¹⁶, que de maneira quase artesanal foram se estabelecendo nas

¹⁵ Esse é um aspecto muito importante para que se desconstrua a idéia da exclusiva vitimização dos povos indígenas. Eles possuem capacidade de elaboração, racionalidade e convencimento para conquistar aliados.

¹⁶ Gersen Baniwa (2006) faz uma diferenciação entre organizações indígenas tradicionais e formais: a tradicional é a organização original, o modo próprio de organização social indígena, política econômica e jurídica, como por exemplo se dá no funcionamento de uma aldeia, que é uma organização tradicional; as organizações formais são aquelas de caráter jurídico formal de modelo não-indígena, que

localidades onde havia maior concentração de população indígena. Em 1980, alavancados por essa experiência de construção social, no mês de junho em uma assembléia em Mato Grosso do Sul foi criada a UNI (União das Nações Indígenas), que tinha como objetivo

“promover a autonomia e a autodeterminação, recuperar e garantir a inviolabilidade de suas terras e assessorar os índios no reconhecimento de seus direitos, elaborando e executando projetos culturais de desenvolvimento comunitário”(CEDI, 1981 citado por Ramos, 1997, p. 15).

Então vejamos: das primeiras assembléias indígenas, caminhou-se para a criação de algumas organizações formais, especialmente na região norte do país e destas para uma entidade de caráter nacional que tinha um objetivo ousado e amplo para a época. Mas como ainda estava em seu nascedouro essa forma de organização indígena, a UNI que teve 12 anos de existência não conseguiu se manter no cenário, onde a política indigenista estatal e a própria organização dos povos indígenas era oscilante, criando incertezas e inseguranças. Mas, sobretudo, no processo da assembléia nacional constituinte (da qual falaremos mais adiante), a UNI teve um papel fundamental de formulação e articulação, fortalecendo as características futuras da ação política dos povos indígenas, suas entidades e seus aliados.

Essa presença constante na vida política do mundo branco vem sendo feita de longa data pelos indígenas e seus aliados. No caso da Amazônia, a partir dos fins dos anos 1980, um processo dinâmico de criação e registro de associações indígenas na forma de “organizações da sociedade civil” foi constatado.

Para se ter uma ideia da escala do fenômeno, basta dizer que existiam apenas dez destas associações antes de 1988 (ano da promulgação da Constituição Federal) e que no ano de 2000, foram contabilizadas na Amazônia Brasileira (estados de AM, RO, RR, PA, AC, AP) 183 organizações indígenas (Albert, 2000, p.204). Esse número também flutua, na medida em que novas organizações são criadas e outras chegam ao fim. As características dessas associações são diversas. A maioria é local (grupo de comunidades, bacia de um rio), representante de um povo ou regional. Várias são constituídas com referências a atividades profissionais ou econômicas (professores, agentes de saúde, agricultores, cooperativas). Existe também uma importante rede de

possui estatuto social, assembléias gerais, diretoria eleita, conta bancária e que deve ao estado prestação de contas de atos e recursos utilizados.

associações de mulheres, bem como diversas associações de estudantes indígenas. Embora poucas tenham infra-estrutura própria, a grande maioria delas está registrada em cartório ou em processo de legalização, desempenhando regularmente funções políticas de articulação interna e de representação interétnica. (Ricardo & Ricardo, 2006)

Entre as principais organizações indígenas criadas para efetivar o processo de articulação entre os povos indígenas, destacamos: a Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN), criada em 1980, que até hoje se destaca por sua atuação ao ser uma entidade de base na região. O Conselho Geral da Tribo Ticuna (CGTT), fundado em 1982, em Benjamim Constant (AM), que reúne o maior grupo indígena do Brasil em termos populacionais, os Ticuna. Em 1984 foi criada a Associação de Mulheres Indígenas do Alto Rio Negro (AMARN) e a Associação dos Estudantes Indígenas do Amazonas (MEIAM). Em 1987 foi criado o Conselho Geral da Tribo Saterê-Mawé (CGTSM). Em 1988 é fundada a Comissão de Professores Indígenas do Amazonas, Acre e Roraima (COPIA), mais tarde chamada de COPIAM, todas no estado do Amazonas.

Um pouco depois, em abril de 1989 foi criada a COIAB, Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira que tem aproximadamente 75 organizações membros dos 9 estados da Amazônia brasileira (Amazonas, Acre, Amapá, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins). No censo de 2010, contabilizou-se uma população indígena na região Norte de 342,8 mil indígenas, correspondendo a 38,2% da população indígena do Brasil. A COIAB, que lidera esse contingente populacional que está organizado em entidades, se destacou na participação de várias instâncias de mobilização, discussão e deliberação de políticas de governo na área da saúde, educação, meio ambiente, etc.

O CIR, Conselho Indígena de Roraima, que se destacou com protagonismo na luta pela homologação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, foi criado em 1990. Dezenas de outras organizações foram criadas ao longo dos anos 1990, sempre na perspectiva de lutar e garantir o reconhecimento e demarcação dos territórios indígenas na Amazônia, além de suas outras demandas. Gersem Baniwa, liderança política e intelectual do movimento indígena, afirma:

“entre 1980 e 1990 foram criadas no Brasil mais de 500 organizações indígenas em diferentes níveis e perfis: locais, aldeãs, supra-aldeãs, interétnicas, regionais e nacional, como resultado do processo de luta política dos povos pelo reconhecimento e exercício de seus direitos, num cenário de transformações sociais e políticas ocorridas no Brasil e no exterior, no qual a Amazônia passou a ter um papel de destaque no âmbito da questão ambiental”.(Luciano, p.1, s.d)

Por sua vez, os povos indígenas do nordeste, ao perceberem este grande processo de articulação política na Amazônia, trataram de buscar seu fortalecimento, exatamente por conta de sua longa trajetória de enfrentamento de conflitos com o latifúndio. Foi criada então a APOINME (Articulação dos Povos Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo), em 1990, a partir das necessidades sentidas pelos povos da região de se organizar para retomar suas terras, após 500 anos de marginalização e exclusão social. Reúne 64 povos indígenas em 8 micro-regiões.

No caso da região sul, que compreende os estados do Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina com uma população estimada em 35 mil pessoas pertencentes aos povos Guarani, Kaingang, Xokleng e Xetá, o movimento indígena superou as principais divergências locais e também se organizou, através da ARPIN-SUL (Articulação dos Povos Indígenas do Sul), sua entidade de luta criada em 2006, para articular e fortalecer as lutas dos povos da região. A ARPINPAN (Articulação dos Povos Indígenas do Pantanal e Região) foi criada em 2007 e representa os povos do estado do Mato Grosso do Sul, Pantanal e regiões próximas, para enfrentar os graves problemas fundiários da região, bem como o suicídio de adolescentes, adultos e idosos e os processos de desnutrição infantil das crianças dos povos em questão.

A ATY GUASSU ou Grande Assembléia Guarani Kaiowá, que já existia como tradição cultural deste povo, mas tem se reunido mais vezes, para problematizar, denunciar e buscar soluções a respeito dos temas relacionados à qualidade de vida de seu povo. A ARPINSUDESTE (Articulação dos Povos Indígenas do Sudeste), foi criada em outubro de 2009 e representa os estados de São Paulo e Rio de Janeiro e atua em forma de aliança com os caciques, lideranças, associações locais e com o Conselho Estadual dos Povos Indígenas de São Paulo (CEPISP).

Todas essas organizações regionais foram fortalecendo suas estruturas próprias, ao ponto de criarem um núcleo central de sua articulação, em nível nacional, exercida atualmente pela APIB (Articulação dos Povos Indígenas do Brasil), criada em

2009. Na medida em que essas organizações vão se estabelecendo e criando uma centralidade para suas ações, as lutas dos povos indígenas vão tendo maior visibilidade, e suas demandas por autonomia, terra e direitos políticos vão aparecendo na atualidade como verdadeiras bandeiras anti-capitalistas, já que as terras indígenas no Brasil hoje representam para os grandes grupos econômicos (agro-negócio, grandes mineradoras e madeireiras), a última fronteira a ser conquistada e explorada. Estas terras são o que resta de reserva de biodiversidade de gentes, animais e plantas, que compõem os diferentes biomas existentes no Brasil. Muitas outras organizações indígenas poderiam ser citadas, dada sua importância local e até mesmo regional, mas as que foram elencadas acima assumiram sua condição de protagonistas das lutas mais gerais em torno dos direitos indígenas nacionais, estando de fato inseridas na constituição da sociedade civil.

E é importante lembrar novamente que essas organizações indígenas formais se constituíram a partir de um modelo “branco” associativo, se igualando a todas as outras presentes na sociedade civil, que existem para fortalecer a construção de suas hegemonias, críticas ou não ao sistema. E como foi visto, precisou um tempo longo de construção, que implicou em aprendizados, erros cometidos, desfechos melancólicos de entidades e a criação de novas. Por isso, reafirmo que as entidades e associações do movimento indígena organizado fazem parte da sociedade civil e desempenham um papel fundamental na movimentação das forças que lutam pela manutenção e ampliação dos direitos sociais destes povos em questão.

5.2. O fazer-se do movimento indígena tem história

O processo gradual de criação das organizações formais indígenas foi sendo construído ao mesmo tempo em que as violações aos direitos indígenas também avançava no país, onde era preciso dar uma resposta imediata, constituir alianças e resistências sólidas, que paralisassem ou atenuassem as disputas por territórios, riquezas minerais e tesouros da biodiversidade das Terras Indígenas (T.I.)¹⁷.

¹⁷ Vou utilizar ao longo deste trabalho a abreviação de Terras Indígenas (T.I), nomenclatura comum dos processos jurídicos, documentos oficiais do estado e também documentos indígenas.

E um fato muito significativo nesta trajetória de luta por direitos políticos dos povos indígenas e seus aliados, foi durante o processo de elaboração da Constituição Brasileira de 1988. A Assembléia Nacional Constituinte (ANC) foi o palco onde, reuniram-se esforços de ordem política, intelectual, de formulação de conceitos jurídicos, sociais, ambientais, de aprofundamento nos eixos de luta do movimento, onde, por sua vez, também revelou os conflitos com o capital agindo por dentro e por fora do estado através das pressões recebidas pelo movimento indígena e seus aliados imediatos durante o trabalho nas comissões e subcomissões. Por isso se faz necessária uma outra digressão histórica, para que se compreenda os fundamentos da luta política indígena no Brasil e de como seus princípios e sua compreensão sobre o mundo não-indígena foram decisivos na construção do texto constitucional mais avançado em relação aos direitos indígenas que se tem no país.

5.2.1. Contexto pré-constituente e a fundamentação dos eixos de luta.

A história do contato da sociedade nacional com os povos indígenas, como já vimos, foi marcada entre outras coisas, por interpretações jurídicas da condição do indígena na sociedade. Do “gentio bárbaro” ao “súdito de Vossa Majestade”, do “silvícola arredo” ao “participante” da civilização brasileira, todos esses conceitos foram estabelecidos a partir da preocupação em dar prosseguimento ao projeto de homogeneidade racial e cultural que as elites dominantes queriam ver implantado no país.

Na Constituição de 1824, outorgada por Pedro I, foi incluído posteriormente o Ato Adicional de 1834, que dizia que às províncias, caberia a tarefa de catequese e civilização dos índios. A partir da Constituição Republicana de 1934, aparece a referência aos “silvícolas” e de como deveriam ser conduzidos à incorporação pela comunhão nacional. Isso foi repetido nas constituições de 1937 (Era Vargas), 1946 e na emenda constitucional de 1969. (Lacerda, 2008).

Nesse caminho legislativo, onde os interesses a respeito dos povos indígenas eram notórios¹⁸, surgiu a lei nº 6001, de 19 de dezembro de 1973, o chamado Estatuto

¹⁸ Os interesses são múltiplos: sobre os territórios, sobre as populações e a possibilidade de se transformarem em mão-de-obra barata, sobre os conhecimentos tradicionais, sobre os recursos do subsolo.

do Índio, que passaria a dispor sobre os processos de proteção e integração dos povos indígenas à sociedade nacional. O estabelecimento do regime tutelar pelo órgão indigenista oficial, a conceituação de quem eram os índios “isolados”, ou “em vias de integração”, ou os “integrados”, foram formalmente ali descritos. Mas por que as referências ao indígena eram tão constantes no aparato legislativo que conduzia a ordenação estatal? Por que era importante ao bom funcionamento do aparelho estatal atestar juridicamente a “incapacidade natural” do indígena? Porque assim, era mais fácil de exercer o controle por sobre um conjunto de indivíduos que possuía saberes diferenciados e vivia num território valioso, para assim se utilizar da sua mão-de-obra. Por isso, uma oportunidade como um processo de elaboração da legislação de um país foi visto pelos povos indígenas e seus aliados, como um momento importante para a articulação e o fortalecimento do movimento indígena, na sua função de defesa dos direitos indígenas, ao mesmo tempo em que apontava para uma possibilidade de mudança no relacionamento dos indígenas com o estado.

Então, toda aquela trajetória das organizações indígenas que foram surgindo junto com construção de alianças importantes para o reconhecimento de sua luta, resultou numa mobilização relevante para o estudo, o debate e a elaboração de uma proposta que ousava apresentar ao Brasil um modo diferente de ver o mundo, a economia, a política e a diversidade étnica tão sufocada ao longo da história.

As questões mais problemáticas e fundamentais que os grupos indígenas e seus aliados (antropólogos, etnólogos, advogados, historiadores, indigenistas, estudantes, etc) chegaram, fruto da reflexão que fizeram nos muitos encontros, seminários e reuniões que tiveram, e que deveriam ser devidamente contrapostas com os novos princípios constitucionais, giravam em torno da:

“ a) manutenção da concepção da incapacidade indígena;

b) disponibilização das suas terras e recursos naturais às pressões econômicas;

c) doutrina de segurança nacional.”(Lacerda, 2008, p.16).

Em cada um desses eixos que eram discutidos nas inúmeras reuniões que ocorreram, foram elencados alguns sub-itens para abranger todos os principais problemas vivenciados pelos povos. Na concepção sobre a incapacidade indígena, foi aprofundado o debate na questão da educação escolar indígena; no quesito da disponibilização econômica das terras indígenas e seus recursos naturais, foram

aprofundados os seguintes elementos: a questão da demarcação das T.I., a construção de estradas, as remoções de aldeias, o garimpo e mineração, a exploração de recursos hídricos, todos elementos que estavam em colapso naquela conjuntura, o que aliás, não deixou de ocorrer em outras épocas, inclusive na atualidade. Em relação ao processo de demarcação das T.I., estava assentado na lei 6001/73, que o órgão indigenista oficial deveria orientar e executar essa ação. Mas por conta de interesses políticos e econômicos do bloco de poder, o processo de demarcação que possuía um tempo determinado, tinha seus prazos alongados, passando por alterações burocráticas que beneficiavam as intervenções dos grupos dominantes, aumentando os obstáculos à conclusão dos processos em trâmite. Os conflitos fundiários se tornavam bastante violentos, o que ocasionou muitas mortes de lideranças.

*“Entre as perdas de lideranças indígenas deste período, destacaram-se as mortes de **Maiká Waimiri-Atroari** (líder da resistência contra a passagem da BR-174 e morto em 1972 provavelmente em decorrência de uma gripe disseminada pelos invasores)¹⁹; **Simão Bororo** (morto a tiros em 1976 numa invasão armada de fazendeiros à Missão Salesiana do Merure, quando também foi assassinado o padre **Rodolfo Luckenbein**); cacique **Ângelo Pankararé** (assassinado a tiros em emboscada, em 1979, em meio a conflito com pequenos posseiros e líderes políticos regionais); **Ângelo Kretã Kaingang** (morto em ‘acidente’ de carro nunca esclarecido, em 1980, em meio a conflitos com madeireira que explorava araucária na Terra Indígena Mangueirinha); e de **Marçal Tupã’i Guarani** (assassinado a tiros em emboscada, em 1983, em meio a conflitos com o fazendeiro invasor da Terra Indígena Pirakuá). (Lacerda, 2008, p.19).*

Nos assuntos relacionados à presença de garimpo, era preciso combater as fortes pressões de garimpeiros apoiados por fazendeiros locais que invadiram as T.I. Yanomami, em Roraima, o Alto Rio Negro, no Amazonas, a T.I. Kaiapó, e o Parque Indígena Tumucumaque, no Pará, cujo subsolo era rico principalmente em ouro. As pressões dos grupos econômicos interessados nas riquezas dos territórios indígenas, levaram o presidente João Figueiredo a decretar em 1983 (Decreto nº 88.985) que as terras indígenas seriam abertas à exploração mineral mecanizada. Por último, outro tema em que era necessária uma preparação especial para o debate, era a questão da exploração dos recursos hídricos, cujos projetos de hidrelétricas afetavam diretamente e de forma muito violenta os povos indígenas. Nessa época (meados da década de

¹⁹ Sobre o caso Waimiri-Atroari, foram descobertos recentemente documentos comprobatórios de que este grupo indígena sofreu violação de direitos humanos. Quem denunciou foi a Comissão Nacional da Verdade, uma comissão brasileira que visa investigar violações de direitos humanos ocorridas entre 1946 e 1988 no Brasil por agentes do estado.

1980), as ameaças aos povos indígenas partiram da construção das hidrelétricas de Tucuruí (PA), Balbina (AM), Itaparica, no rio São Francisco (BA), entre outras.

E nessa longa série de assuntos dentro da temática indígena tão intimamente ligados ao funcionamento do estado, também foi debatido a doutrina de segurança nacional, que se baseava na ação de ocupação das áreas de fronteira com projetos de colonização, apoiados por empresas e com a utilização de mão-de-obra de baixa qualificação. Os militares, defensores desta proposta em aliança com os grupos econômicos, tentavam barrar os processos de demarcação das T.I. em faixa de fronteira, insinuando que os mesmos poderiam se constituir em “nações” independentes, ocasionando um problema grave à comunhão territorial do Brasil.

5.2.2. Ação da UNI e a construção da proposta de “Programa Mínimo de Campanha Pré-Constituinte”.

A União das Nações Indígenas (UNI), que tinha como seus principais coordenadores Ailton Krenak e Álvaro Tukano, estimulada pelos aliados, desenvolveu uma ação de protagonismo diante da conjuntura que se apresentava bastante adversa, conclamando os aliados a centrar forças em torno dos eixos de luta, que marcariam fortemente a tradição e a filosofia do movimento indígena, posteriormente. Ao chamado “Programa Mínimo” deveriam constar: direitos territoriais (demarcação de T.I., garantias territoriais, inclusive do subsolo), direitos culturais (usos, costumes, línguas, tradições, além dos direitos da cidadania brasileira, como educação e saúde); direito ao reconhecimento de sua organização social. Entretanto, este programa mínimo, não chegou a um consenso, por conta de uma divergência conceitual de fundo, capaz de quase prejudicar o bom lobby que até então vinha sendo feito junto aos deputados constituintes, tanto pelo movimento indígena, quanto por seus aliados.

Todo o processo da ANC passava por debates e discussões realizadas nas comissões e sub-comissões, onde através de audiências públicas, os temas de interesse nacional eram debatidos e propostas de texto eram apresentadas. Quando chegou a fase das propostas de “Emendas Populares”, a UNI definiu em seu texto²⁰ que era a

²⁰ Com o apoio da ABA (Associação Brasileira de Antropologia), a CONAGE (Coordenação Nacional dos Geólogos, SBPC (Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência), INESC (Instituto Nacional de Estudos Sócio-Econômicos), entre outros.

sociedade brasileira pluriétnica e não o estado, e que o termo utilizado no texto constitucional deveria ser “populações indígenas”. O CIMI ²¹, discordante, apresentou então uma outra emenda, mantendo sua posição conceitual que já vinha sendo debatida há tempos pela entidade, de que para garantir os objetivos jurídicos mais amplos aos povos indígenas, era necessário que o texto constitucional os tratasse por “nações indígenas”, com plenos direitos políticos de cidadania e territoriais. Foram para a defesa diante do plenário da comissão de sistematização, duas propostas de emendas populares, referentes à temática indígena. Uma divergência que fragilizou não apenas a luta constitucional em si, que se travava naquele momento, mas que deixaram abaladas as relações entre o CIMI e a UNI, a representação do movimento indígena.

Em setembro de 1987, em pleno processo constituinte, o líder Ailton Krenak, que coordenava a UNI, fez uma defesa emocionante da emenda nº 40, das “Populações Indígenas”, em que relatava a experiência inédita que os povos indígenas estavam vivendo, ao participar da elaboração de um texto bastante avançado em relação aos índios. Durante sua fala, pintou o rosto com tinta preta de jenipapo, e falou, altivo:

“Atentem para o que eu digo: não estamos reivindicando nem reclamando qualquer parte de nada que não nos cabe legitimamente (...) Os trabalhos que foram feitos até resultar no primeiro anteprojeto da Constituição significaram lançar uma luz na estupidez e no breu que tem sido a relação histórica do estado com as necessidades indígenas.(...) O povo indígena tem regado com sangue cada hectare dos oito milhões de quilômetros do Brasil. Vossas Excelências são testemunhas disso.(ANC, Atas das Comissões citado por Lacerda, 2008, p.205)

Por sua vez, a emenda popular nº 39, com o conceitual de “Nações Indígenas” foi defendida em um longo discurso pelo advogado do CIMI à época, Julio Gaiger, que fez uma retomada histórica do relacionamento do estado com os índios no Brasil, desde a colonização até o período da superação do autoritarismo que se estava vivenciando naquele momento, com a eclosão do processo constituinte. Dizia o advogado:

“A Emenda Popular nº. 39 afirma, categoricamente, que o reconhecimento das nacionalidades específicas dos membros das nações indígenas não afeta a sua cidadania

²¹ Apoiaram o CIMI, o Movimento Justiça e Direitos Humanos do Rio Grande do Sul (MJDH-RS), a ANAÍ-RS e a OPAN (Operação Amazônia Nativa, ex- Operação Anchieta).

brasileira. E é isto que importa à soberania do Estado: que se mantenha intacta a filiação política. Por outro lado, porém, admitir o caráter plurinacional do Brasil implica renunciar ao colonialismo interno e abdicar da assimilação forçada como destino único a ser oferecido às populações indígenas”.(Idem, 2008).

Ao procurar manter no texto o conceito de populações indígenas, a UNI e seus aliados agiam com cautela, na perspectiva de ampliar o diálogo com um maior número de deputados, conquistando seus votos, já que o grupo do “Centrão” (deputados ligados ao PFL, parte do PMDB e outros ligados à UDR, União Democrática Ruralista), estava claramente trabalhando em defesa de propostas restritivas aos direitos indígenas. Além disso, os militares eram opositores de primeira linha à demarcação de terras indígenas em faixas de fronteira, sob a alegação de que aquelas eram áreas em permanente risco, muito vulneráveis à segurança estratégica do país. Por isso, nas décadas de 1970 e 1980, anteriores ao processo constituinte os governos militares investiram e apoiaram o chamado PIN, Plano de Integração Nacional para a Amazônia, onde seriam construídas rodovias, projetos de colonização e de mineração, garimpos, hidrelétricas, que afetariam com muita violência a vida dos povos indígenas daquela região, contribuindo para a dizimação de muitos povos. Essa mentalidade continuou, defendida por muitos deputados constituintes. Daí o cuidado que a UNI e suas organizações de apoio tiveram ao elaborar um texto que tinha como objetivo, garantir direitos aos índios na “letra da lei” do mundo não-indígena, vencendo obstáculos profundos como dos grupos anti-indígenas. Por sua vez, o CIMI via naquela oportunidade, o momento para trazer à tona o importante aspecto da pluralidade étnica do país, rompendo com a lógica colonial do integracionismo, bem como produzir um efeito de crítica ao autoritarismo vigente.

As duas emendas seguiram tramitando, muitas delegações indígenas (Kaiapó, sobretudo) acamparam em Brasília, enquanto as negociações de bastidores em prol das emendas pró-indígenas aconteciam. No mês de maio de 1988, foi aprovado por um amplo acordo a “emenda-fusão”, que foi comemorada pelos indígenas e seus aliados, apesar de algumas restrições ao texto, impostas pelos grupos anti-indígenas.

Essa emenda-fusão relativa ao capítulo “Dos Índios” foi levada à votação e aprovada em fins de junho de 1988, com 487 votos, no primeiro turno de votações do Plenário da ANC. Durante o segundo turno de votações essa emenda iria “concorrer” com o projeto substitutivo do deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), que segundo

avaliações da época, traziam elementos restritivos graves aos povos indígenas. Depois de muitos acordos políticos, reuniões, pajelanças, peregrinações indígenas em gabinetes, tensões, foi enfim aprovado em plenário, em 30 de agosto de 1988, de forma definitiva, o texto relativo aos povos indígenas do Brasil na Assembléia Nacional Constituinte.

“Apenas Ailton Krenak – que possuía autorização especial para ingressar nas galerias do plenário, conseguiu assistir à votação.(...)Mesmo assim, os índios festejaram. Pela primeira vez na história do país e do constitucionalismo brasileiro, a elaboração da Carta Fundamental havia contado com a participação dos povos indígenas.(Lacerda, 2008, p.139).

A Nova Constituição da República Federativa do Brasil foi promulgada em 05 de outubro de 1988 e estabelece um capítulo específico para o direito dos índios (capítulo VIII) e mais oito artigos que estão distribuídos em outros capítulos. Para Luís Donisete Grupioni,

“a inovação mais importante desta Constituição foi o abandono da postura integracionista, que sempre buscou enquadrar os índios na ‘comunidade nacional’, entendendo-os como uma categoria étnica e social transitória, condenada ao desaparecimento.(Grupioni, 1994, p. 266).

O estado reconhecia então os costumes, línguas, crenças, saberes e tradições dos povos indígenas, bem como reconhecia seu direito à diferença cultural. Essa foi, indiscutivelmente, uma grande conquista; o texto também diz que, ao estado caberia a proteção dos índios. Essa premissa foi importante, para comunidades e povos isolados, e contribuiu na garantia dos direitos adquiridos pelos povos, mas que não encerrou a luta destes para que a letra da lei fosse cumprida. Sabemos que *há distância entre intenção e gesto*, que há distância entre o que diz a legislação e o que ocorre na prática. Por isso, os índios continuaram em movimento depois da aprovação da Constituição Brasileira, como única possibilidade de ver seus direitos reconhecidos e respeitados pelo estado, já que as forças contrárias aos direitos indígenas agiram fortemente durante o processo constituinte, e continuam agindo até os dias atuais.

Toda essa movimentação de forças políticas e seu embate, tanto do lado indígena, como do campo anti-indígena no processo constituinte, demonstrou que qualquer mudança profunda no relacionamento do estado com os povos indígenas não aconteceria facilmente. O bloco histórico, mantenedor de privilégios históricos, não

abriria mão de seus espaços de poder e da forma de enriquecimento ilícito alcançado com a exploração econômica dos territórios indígenas. Os povos indígenas e seu movimento social, por sua vez, após essa conquista importante, empenharam-se em continuar a luta contra a invisibilidade, demonstrando força política na luta por seus direitos originários, mesmo que para isso enfrentasse também conflitos internos, seja entre lideranças indígenas ou com seus aliados mais imediatos. Um exemplo marcante de um conflito envolvendo índios e seus aliados aconteceu na Bahia, no ano de 2000, nos processos de organização da Conferência Indígena durante as festas da oficialidade dos 500 anos de Brasil.

5.3. Conferência Indígena em Coroa Vermelha, BA.

Os ônibus e barcos saíram de várias cidades do Brasil em direção à Porto Seguro, na Bahia, escolhida como ponto geográfico fulcral de todas as comemorações que se organizaram em torno da celebração dos 500 anos de Brasil. Assim foi tratado esse evento pela sociedade política, capitaneada pelo governo de Fernando Henrique Cardoso em abril do ano de 2000: “celebrar” a “descoberta” do Brasil, o “encontro” de mundos e culturas que tanto encheu de cores nossa nacionalidade.

Essa foi a linha adotada pelo estado, que mobilizou recursos, profissionais e autoridades nacionais e estrangeiras para demarcar com grande pompa e circunstância uma efeméride como esta, que obviamente, não passou despercebida pela sociedade civil, que se mobilizou por sua vez, criando condições filosóficas e práticas para apresentar e colocar em discussão um conjunto de idéias-ações que apresentava um contraponto a toda a organização da “festa oficial”, chamada de “Outros 500”. Uma dessas ações que marcou este período foram os protestos feitos em frente aos grandes relógios que a Rede Globo de Televisão construiu, em parceria com o poder estatal em todas as capitais do país. Muitos protestos terminavam com a quebra do relógio, que tinha por objetivo fazer a contagem regressiva até a data limite de 22 de abril. A movimentação, a articulação dos grupos políticos subalternos foi tomando fôlego, como uma “onda contra-hegemônica” cheia de significados, na medida em que se aproximava o dia 22 de abril. Para vários setores sociais este foi o caminho seguido, como por exemplo o MST, o movimento de negros e negras, sindicalistas, punks, igrejas, partidos de esquerda na época, as universidades, e é claro, as entidades

regionais do movimento indígena, sendo que estes últimos, buscaram parcerias para realizar a Conferência Nacional Indígena,²² em Coroa Vermelha, município de Sta. Cruz de Cabrália, na Bahia, reunindo várias das principais lideranças do movimento indígena que desejavam referendar um contraponto para as “comemorações” oficiais.

Representação de vários povos se encaminharam para Coroa Vermelha para participar do que chamavam “o verdadeiro evento” desta data, realizado no período de 17 a 22 de abril de 2000, onde os povos originários debateriam os 500 anos de massacres, descasos e opressão para com as populações tradicionais do país. O chamado “Movimento Outros 500” abriu discussões em todo o Brasil e mobilizou muitos ativistas sociais que para Bahia também se dirigiram. Estava constituído o cenário: o estado da Bahia, 500 anos depois, reviveria os marcos de seu nascedouro; os atores sociais, representantes da nossa mais profunda diversidade e ancestralidade, também se fizeram presentes. E exatamente por isso, o espetáculo que se viu foi a confirmação, por parte do estado, da história da dominação, da violência e do uso dos subterfúgios do poder e do capital para desmobilizar, coagir, cooptar, ferir e derrotar todos os que resistiram em aceitar os 500 anos de invasão dos europeus por sobre as terras, culturas e modos de vida dos povos que habitavam este pedaço de chão, povos originários e donos das florestas, dos rios, das montanhas, dos recursos minerais, da espiritualidade que os unem, de tudo. *“Tudo são índios e tudo é dos índios”*, para lembrar as palavras do padre Antônio Vieira, no século XVIII. Entretanto o que se viu, foi uma triste re-apresentação histórica, onde a força das balas de borracha, bombas de gás lacrimogêneo, cassetetes, entre outros, foi decisiva contra arcos, flechas, bordunas, faixas e cartazes.

5.3.1. Antecedentes políticos de uma festa condenada

Muito investimento financeiro e político foi feito para a comemoração dos 500 anos de “nascimento” do Brasil pelo governo de Fernando Henrique Cardoso. O coordenador da Comissão da Festa dos 500 anos era o ministro do Esporte e Turismo Rafael Greca, que não poupou dinheiro público para, por exemplo construir uma réplica de uma caravela, que deveria navegar de Salvador à Porto Seguro, encenando

²² Aqui, mais uma vez, o CIMI era o principal apoiador, com recursos financeiros e humanos, para o evento em Coroa Vermelha.

a chegada triunfal dos colonizadores. Por falhas técnicas no projeto, isso não aconteceu, e a Nau Capitânea teve que ser rebocada até o local da festa. O ministro Greca, como coordenador da comissão da festa, foi acusado publicamente (Jornal O Globo, de 13/04/2000) de desrespeitar a Constituição, criando um clima de terrorismo contra os índios do sul da Bahia, que estavam construindo um monumento que foi destruído pela polícia militar baiana. Quem o acusou foi presidente da Funai, na época, o advogado Carlos Frederico Marés.

Outro episódio que agregou desconforto ao clima já tenso de toda essa preparação, foi a ação do índio Suruí Henrique Iabaday, em direção ao então presidente do Senado à época, Antonio Carlos Magalhães (PPFL-BA), que ao participar de uma manifestação em Brasília contra as comemorações dos 500 anos,

“conseguiu furar a segurança e empunhando uma flecha a poucos centímetros de ACM, exigiu dele a imediata aprovação do Estatuto das Sociedades Indígenas, que tramita há nove anos no Congresso.”(Jornal Folha de São Paulo, 14 de abril de 2000).

E na capital federal era grande a presença de manifestantes vindos de todas as partes do Brasil e do mundo para acompanhar e fazer parte do evento que o estado fez questão de tornar grandioso. Brasília era o palco para onde se encaminhavam muitas caravanas de povos indígenas que seguiam em direção ao estado da Bahia. E as manifestações do dia 13 de abril na Esplanada dos Ministérios tinham o sentido de dar suporte a uma reunião agendada entre o presidente FHC e 12 lideranças indígenas de várias organizações formais da Amazônia, que mesmo empenhadas em construir a Conferência Indígena cujo significado era fazer um contraponto à festa oficial, ainda assim, buscaram o diálogo com o governo, para fazer a entrega de um documento indígena com as principais reivindicações dos povos originários.

Enquanto por um lado a Conferência Indígena era preparada, a Funai intermediou a reunião com FHC, na perspectiva de que o diálogo com o presidente eliminasse a grande tensão gerada na preparação dos dois eventos: a festa oficial e o protesto paralelo. Segundo o relato de Carlos Frederico Marés numa entrevista dada ao ISA algum tempo depois destes acontecimentos, após sua saída da presidência da Funai, esta reunião foi muito difícil:

“O José Gregori ministro da Justiça já nomeado em substituição ao José Carlos Dias demonstrou um medo desesperador dos índios. Ele tinha medo e não queria mais que

houvesse a reunião dos índios com o presidente.(...)a reunião foi de uma tensão!(...) Foi no Palácio do Planalto, com seguranças, uma sala grande não tinha cadeiras, nada. Os índios paradinhos no meio, os guardinhas nos cantos. (...) Não tinha imprensa, nenhum fotógrafo,nada!”.(Ricardo & Ricardo, 2000, p.115.)

Segundo Marés, aos índios foi dado o tempo de 10 minutos para sua exposição. Lideranças como Orlando Baré, Davi Yanomami, Nailton Pataxó, entre outros se manifestaram e foram distensionando o encontro, ao estabelecer o diálogo e entregar o documento das entidades, prolongando o tempo da reunião. Terminado este encontro, que foi só entre os índios, a Funai, três ministros e o presidente, o clima já era mais cordial entre todos. Mas o ministro Gregori, num ato de vilania, talvez, declarou à imprensa: *“Eu acho que é preferível a gente falar com os índios, do que com os amigos dos índios”*. O desconforto então passou a ser percebido entre alguns aliados (especialmente o CIMI) e o movimento indígena articulado, suas organizações e entidades, que a esta altura tinha como seu braço nacional de articulação o CAPOIB (Conselho dos Povos e Organizações Indígenas do Brasil) que foi criada em 1992, em Brasília, por conta das discussões da proposta do novo Estatuto do Índio no Congresso Nacional e para seu acompanhamento, bem como para estabelecer em suas assembléias os rumos nacionais do movimento indígena.²³

Do dia 13(data da reunião com FHC) até o dia 22 de abril, as pressões e os tensionamentos tomaram novas proporções. Já se instalara um mal estar entre o CIMI, um dos principais articuladores e financiadores da Conferência Indígena, que defendia um ato contestatório à FHC e toda sua política anti-indígena, e que portanto criticava a iniciativa das lideranças que haviam se reunido com o presidente para um último “diálogo” que não avançou muito, como foi visto depois. Por outro lado, as lideranças indígenas, ligadas às organizações do movimento (COIAB, CIR, CUNPIR, FOIRN, CGTT, entre outras) queixavam-se das críticas recebidas, afirmando que estava havendo uma tentativa de direcionamento político do CIMI por sobre a Conferência Indígena. Ou seja: nas entranhas do estado, havia medo, tensão e ações coercitivas em andamento; no campo da sociedade civil, havia desconfianças e divergências, gerando problemas políticos internos. E toda a movimentação de personalidades do mundo

²³ O CAPOIB não sobreviveu aos impactos políticos internos gerados nos acontecimentos relacionados à “festa” do descobrimento. Ele foi dissolvido oficialmente no Acampamento Terra Livre de 2005 e todos seus arquivos documentais foram herdados pela COIAB e mais recentemente pela APIB. Um rico material que merece estudos mais aprofundados.

indígena e indigenista, bem como do aparelho estatal, eram veiculadas na mídia, mantendo a “quentura da fervura”, na medida em que cresciam as informações da chegada das caravanas indígenas e tropas militares na Bahia.

Ainda assim, a Conferência Indígena se instalou em Coroa Vermelha, distante 15 quilômetros de Porto Seguro. Os demais movimentos sociais também foram chegando e se instalando nas redondezas do grande acampamento indígena. O movimento de negros e negras, juntamente com os estudantes e movimento popular ergueram o acampamento chamado Quilombo, onde promoveram debates e discussões de como se efetivaria a sua participação na marcha que os indígenas estavam programando. Enquanto isso, na Conferência Indígena, os debates se avolumavam, feitos por participantes de diversos povos e localidades do Brasil. Por conta das tensões de fora e de dentro, a segurança aumentou e o acesso ao local ficou restrito aos índios e seus aliados mais imediatos. As falas seguiram no caminho de indicar como deveria ser o procedimento daqueles mais de 2000 indígenas que reunidos, desejavam fazer um contraponto a uma festa, em que como principais protagonistas, nem haviam sido convidados. Muitas críticas à Funai, ao governo neoliberal de FHC, à violência contra os povos, à paralisação do processo de demarcação das T.I., tudo isso sendo discutido e colocado no papel, para apresentar como documento final da Conferência. Por um lado, indígenas aguerridos, querendo um protesto forte, querendo marchar rumo a Porto Seguro ao final do evento; por outro lado, um grupo mais adepto da negociação, pensava em fazer um ato lá mesmo em Coroa Vermelha, poupando os povos de uma longa marcha e também de uma possível repressão.

No dia 21, depois de dias de reflexões, discussões quentes ²⁴, celebrações rituais, os participantes da conferência decidiram fazer a marcha até Porto Seguro distante 15 quilômetros de Coroa Vermelha, local da Conferência. A marcha indígena, pacífica, convocada para o dia 22, coincidiria com o ápice das atividades que compunham as comemorações oficiais que seguiam em Porto Seguro, alcançando, portanto, visibilidade diante das autoridades, jornalistas do Brasil e do mundo inteiro que lá estavam presentes. Mas desde a véspera, os sinais de tensão eram cada vez mais evidentes em Coroa Vermelha e entre os participantes da conferência indígena.

²⁴ Um grupo de lideranças indígenas da Amazônia se retirou da Conferência, ao ser vencido na votação cuja proposta vitoriosa foi a da realização da marcha até Porto Seguro. Clima de divergência real, portanto.

Barreiras policiais nas estradas, impedindo de prosseguir os ônibus com manifestantes²⁵; apreensão de faixas e cartazes; vôos rasantes de helicópteros pela manhã e madrugada nas proximidades das tendas que abrigavam a conferência indígena, o acampamento da juventude e o acampamento “Quilombo”. Tinham-se notícias também de que o acesso à cidade de Porto Seguro estava cada vez mais difícil, até para seus próprios moradores, que precisavam apresentar comprovantes de residência para ir e vir. E ainda por cima, existia também um clima de “feriado”, o que levou dezenas de turistas ao local, que só desejavam curtir as praias, a festa na cidade e as possibilidades de experimentar a ebriedade. Os hotéis estavam lotados, com autoridades estatais nacionais e estrangeiras, turistas, jornalistas, políticos e uma grande força coercitiva da polícia militar e civil, para garantir que não haveria “badernas”, que pudessem atrapalhar a festa da oficialidade. E havia muitas informações desencontradas entre os que lá estavam participando.

Ao amanhecer do dia 22 de abril, a repressão policial teve início, quando um grupo de estudantes que se dirigia à conferência, foi impedido pela Polícia Militar de prosseguir. Lançaram ali as primeiras bombas de gás lacrimogêneo para impedir a concentração dos estudantes que estavam saindo em passeata para encontrar os índios. Quem não se dispersou, ficou preso, sentados no chão, debaixo da chuva forte que caía, sob um forte cerco policial, como relataram alguns estudantes da USP, entre os muitos grupos que lá estiveram, na Revista Caros Amigos:

“Acordamos por volta das 5 horas e começamos a desmontar nossas barracas, preparar o café e por toda a bagagem nos três únicos ônibus disponíveis. Aproximadamente, 2.000 pessoas saíram às 6h30, rumo à rodovia, ansiosas para encontrar os índios. Não deu tempo nem para o aquecimento. Ao chegarmos à rodovia, andamos cerca de 400 metros, ocupando a pista da direita. Às 6h45, as bombas de gás pimenta, efeito moral e balas de borracha começaram a rasgar o céu. O corre-corre foi geral, dispersando as pessoas instantaneamente.(...)Após a dispersão, um grupo de aproximadamente 140 pessoas se dirigiu novamente para a rodovia, por volta das 8h, para ser cercado pela tropa de choque de um lado, cavalaria de outro e por centenas de policiais militares. Os manifestantes, literalmente sentaram, imobilizados pela grande quantidade de policiais(cerca de três para cada um). Estávamos presos.(22 de abril, relatos de uma festa. Revista Caros Amigos, Ano IV, nº38, maio de 2000).

²⁵ O MST por exemplo, que se dirigia em marcha à Coroa Vermelha, foi impedido de prosseguir e retido em Eunápolis, distante 62 quilômetros do local da conferência.

As informações da primeira repressão chegavam desconhecidas aos participantes da Conferência. Ainda assim, por volta das 10 horas da manhã, a marcha indígena saiu. Dos demais grupos e movimentos sociais que conseguiram chegar até o local, estes saíram em marcha junto com os índios. Mas um fortíssimo cerco da tropa de choque se posicionou a um quilômetro dali, retendo a marcha, ainda no seu início. Os negociadores foram para a dianteira: políticos, advogados, apoiadores, e até o presidente da Funai, na época, Carlos Frederico Marés, que marchava ao lado dos índios, tentaram, sem sucesso, que a tropa de choque liberasse a passagem da grande marcha.

“Um juiz federal ordenou que os manifestantes fossem liberados, alegando que eles tinham três liminares, garantindo a continuidade dos protestos, inclusive o livre acesso à Porto Seguro. O comandante da tropa de choque, Coronel Muller, disse que ninguém ia atrapalhar a festa e que não liberaria as pessoas. O juiz decretou ordem de prisão ao comandante que, em tom extremamente autoritário e arrogante, deu risada dizendo que ali ninguém mandava nele além de ACM”. (Revista Caros Amigos, maio 2000, p. 15)

E no meio da estrada onde estavam, de um lado o mar e de outro os lindos hotéis da região, o clima esquentou e as bombas de gás lacrimogêneo e de efeito moral começaram a ser jogadas por sobre as pessoas. Correrias. Gritos. Desespero. A tropa de choque avançou, de maneira sempre bem treinada, batendo os cassetetes nos escudos; a fileira da cavalaria avançou, encurralando todos aqueles que correram em direção à praia e aos hotéis. O procedimento padrão era impedir, a qualquer custo, que a marcha prosseguisse. E assim se fez. Por conta disso, gente ferida e violentada ao longo da estrada corria de volta à Coroa Vermelha. Debaixo de chuva forte, índios feridos e sangrando, exatamente como há 500 anos...

Enquanto isso, em Porto Seguro, Fernando Henrique e o presidente de Portugal discursavam na programação oficial e plantavam mudas de pau-brasil. Logo após o discurso, houve uma coletiva à imprensa²⁶, onde os jornalistas, já sabendo da repressão policial à marcha, questionaram o presidente FHC e diante da sua resposta evasiva, de que o estado não poderia deixar que nenhuma desordem ou baderna impedisse o andamento da festa, alguns jornalistas se manifestaram, cantando o hino

²⁶ No vídeo-documentário “O Relógio, a Bomba e os Outros 500” (2000), de Cireneu Kuhn, da produtora Verbo Filmes, estes acontecimentos são bastante detalhados. É possível notar o nervosismo e o constrangimento do presidente da república, que entrou para a história como aquele que atualizou os ditames da dominação estatal, por sobre as populações indígenas e seus apoiadores. Um episódio lamentável.

nacional, numa atitude de solidariedade aos povos indígenas e demais movimentos sociais que acabavam de ser reprimidos com extrema violência pela força coercitiva do estado brasileiro, que negava, por uma segunda vez na história, a importante ancestralidade de seu povo.

Alguns dos resultados deste episódio do dia 22 de abril de 2000, entre outros, foi que o presidente da Funai pediu demissão (coisa rara na história do órgão!), e saiu criticando o governo, expondo todas as mazelas de uma política indigenista estatal que continuava equivocada; notabilizou-se o poderio da força coercitiva do bloco histórico no poder, que destacou para o evento cinco mil policiais mobilizados, 1.300 soldados de prontidão, helicópteros e carros blindados, um excelente contingente de bombas de gás de pimenta e lacrimogêneo, barreiras nas estradas, terrorismo psicológico; ao mesmo tempo em que para o estado da Bahia, dominado pelas velhas oligarquias dirigidas pelo carlismo, uma série de críticas e ações foram se avolumando contra o governo baiano; e o que eu considero o mais importante, o movimento indígena, com suas entidades e organizações, bem como seus apoiadores, experimentou uma derrota política grave, com a imediata consequência de uma fragmentação das forças que construíram a conferência, gerando problemas políticos internos, que deram margem à desconfianças e acusações entre lideranças, discensos e um longo período de avaliação interna do ocorrido.

No início de maio de 2000, o CIMI divulgou uma nota fazendo um balanço dos acontecimentos ocorridos em Santa Cruz de Cabrália e Porto Seguro, e tecendo duras críticas à condução de “algumas lideranças da Amazônia”, dizendo que estas trabalharam para desestabilizar a Conferência Indígena, pois tinham se alinhado ao governo de FHC. Diz um trecho do documento:

“Alguns índios da Amazônia e o cacique de Coroa Vermelha aceitaram fazer o jogo do governo, de olho nos benefícios que conseguiriam de imediato e no futuro. Tentaram destruir a Conferência Indígena. Ameaçaram os participantes, ameaçaram o Cimi como entidade de apoio. Trouxeram a Funai, a Polícia Militar, a Prefeitura de Santa Cruz de Cabrália para dentro da Conferência Indígena. Trouxeram uma jornalista para fazer o trabalho de confundir os jornalistas e atacar o Cimi.(...) A brutalidade foi tanta durante a Conferência Indígena, como no dia 22 de abril, que resultou no oposto do que desejava o grupo palaciano e seu esquema indígena: as lideranças que se retiraram da Conferência ficaram isoladas, suas próprias bases não a acompanharam. Foram desmoralizadas.”(Maldos, Paulo. As muitas faces de uma guerra. Cimi, Maio, 2000.)

As entidades do movimento indígena organizado²⁷, por sua vez, responderam a esta carta, com outro documento datado de 17 de maio de 2000, chamado “*As faces escuras do indigenismo missionário com as modernas formas de dominação colonial*”, onde, além de tecerem comentários sobre a “festa” dos 500 anos, avaliaram duramente a postura do Cimi, uma das entidades de apoio à causa indígena com mais tempo de existência. Entre outras questões avaliadas, o documento ressaltou:

“O desencadeamento dos problemas ocorridos durante a Conferência Indígena, muito distante do que foi colocado pelo Cimi, se deve a uma série de fatores históricos, que devem ser postos hoje, para compreender melhor o movimento indígena, a sua pluralidade e sua vontade política de contribuir para o efetivo respeito dos direitos de todos os povos indígenas localizados no território nacional. (...) Parece ainda não ter sido compreendido pelo Cimi a estratégia dos povos da Amazônia, que há muito tempo ultrapassou os frágeis limites da denúncia e da contestação, prática habitual do Cimi que optou historicamente por uma bandeira de luta que não incorpora a participação, a mudança através da própria vivência.(...) Os problemas ocorridos em Brasília e no decorrer da Conferência, se deram a partir do momento em que as organizações da Amazônia deram-se conta da postura do Cimi em querer manter o controle de todo o processo das manifestações indígenas quanto a sua orientação política.(...) O papel de articulador do Cimi passou progressivamente a ser assumido pelos povos indígenas, que foram definindo novas formas de lutas(...)O embate estava criado, favorecendo as divergências políticas que opuseram o Cimi e o movimento indígena, em função dessa tendência incorrigível em querer ver a organização dos povos indígenas a sua ‘imagem e semelhança’(...) O Cimi continua insistindo em querer ser o porta-voz dos povos indígenas e definir o destino dos índios. Isso é inadmissível”.(Documento das Entidades Indígenas, 17 de maio de 2000.)

Intrigas, divergências, acusações mútuas, racha: nos trechos citados na guerra de versões que foram publicizadas via documentos, percebe-se que uma profunda fenda se colocou entre as entidades do movimento indígena e a entidade religiosa de apoio aos índios. A sociedade civil, como já vimos, não é um todo homogêneo que se movimenta harmonicamente, assim como o estado, que não é um bloco maciço sem divergências. Há muitos grupos diferentes e diferentes interesses que a toda hora se perpassam, ora se misturando, ora se estranhando, ao mesmo tempo em que caminham para a construção de uma nova hegemonia na sociedade. O poder está em toda parte, porque toda relação social guarda em si uma relação de poder. E disputa por ele

²⁷ Assinam o documento as seguintes entidades do movimento Indígena: CAPOIB, COIAB, CIR, CGTT, CUNPIR, CGTSM, FOIRN, COIAT, APOINME, APISC, APBKG, APIO, CICSC, CIX, CONAMI, CONPIB, ASSIF, CIVAJA, UNI-Tefé, UNI-Acre, ASPA, CIM, APIR e OPIMP.

também. Para os demais participantes dos movimentos sociais que por lá estiveram, muito ficou sem se entender, pois ao que parece, algumas lideranças indígenas foram “cooptadas” pela oficialidade estatal, bem como foi detectado que o Cimi desejou controlar muitos dos processos políticos da manifestação, excluindo quem pensava diferente.

Quem deve decidir de fato, a linha política, a ação contestatória e a condução de qualquer manifestação que tenha por sujeitos os povos indígenas? Será que os povos indígenas não possuem firmeza suficiente para conduzir uma ação direta contestatória, precisando de algo ou alguém que sempre os “oriente”? Os indígenas não podem errar nunca? A tutela, criada pelo estado como recurso jurídico para inviabilizar a participação social indígena mais ampla, está entranhada nas profundezas das relações sociais de tal forma que é difícil percebê-la e combatê-la? Todas essas questões, ao meu ver, aparecem quando se olha para a realidade do nosso país, que sempre combateu ou condenou à invisibilidade um conjunto de povos que pensam e agem muito diferente de nós e entre si, ocasionando incompreensões e estranhamentos, gerando impasses como os acima descritos. De um lado, entidades indígenas que se fortaleceram justamente com o apoio de várias entidades, entre elas o Cimi; de outro, um pensamento e ação de tentativa de controlar e dar a direção política a um movimento social muito complexo e diverso, que tem dificuldades em construir a unidade, como qualquer outro movimento social. Essas e outras questões profundas, foram expostas com o desenrolar dos acontecimentos de Santa Cruz de Cabrália e Porto Seguro no ano de 2000. Para os índios, foi um longo o processo de retorno às bases, explicações, justificativas, avaliações. O movimento indígena, suas entidades e organizações demoraram, mas cumpriram esta tarefa difícil. Para as entidades de apoio ao índio, especialmente o Cimi, foi o tempo também de avaliações internas e a busca de novos consensos; para o estado e o bloco de poder que o rege, foi a constatação de sua desastrosa e incompetente política indigenista, bem como de seus gestores, que pode ser exemplificada na declaração do sociólogo e ministro da Cultura à época, Francisco Weffort, que criticou os índios (!), depois de toda repressão sofrida no evento, dizendo que “*foi como se alguém convidado para uma festa de casamento cuspsse no chão da sala*”. (Ricardo & Ricardo, 2006).

Festa estatal encerrada com um vexame inacreditável, presidente da Funai que se demitiu, entidades indígenas e Cimi divergindo publicamente, fragmentação. Por

dois longos anos, o movimento indígena refletiu, avaliou e buscou soluções junto às suas bases para dar continuidade à sua existência. E foi justamente esse período educativo vivido, que os motivou a continuar sua trajetória de lutas, quando o ano de 2002 chegou e com ele, novas possibilidades de intervenção social, descortinadas a partir da corrida eleitoral majoritária, onde um novo presidente da república seria escolhido.

5.4. Seminários, Fóruns, Encontros: os indígenas continuam em movimento

O compromisso de diálogo entre o estado e os povos originários, anunciado durante a campanha eleitoral de 2002 e pelo governo vitorioso de Lula da Silva não se realizou com a velocidade e a presteza de que os povos indígenas necessitavam. A invasão de terras por garimpeiros, madeireiros, a violência a que eram submetidos, a incerteza da demarcação de suas terras, tudo isso continuava acontecendo. Foi nomeada uma nova equipe diretora para a Funai, onde o presidente escolhido foi o indigenista e jornalista Eduardo Almeida. Essa gestão, desde o seu início foi marcada pela instabilidade,²⁸ ocasionando uma crise que destituiu o presidente e sua equipe de trabalho. Eduardo Almeida ficou à frente da Funai por 5 meses apenas, o que gerou muitas incertezas nos povos indígenas e entidades de apoio sobre as reais “boas intenções” do novo governo para com as demandas dos povos originários.

Esses sinais confusos iniciais na gestão Lula da Silva, ocasionaram um dos primeiros protestos de lideranças indígenas de visibilidade nacional. Em junho de 2003, cerca de 50 lideranças dos povos Kaingang, Guarani e Xokleng acamparam diante do Ministério da Justiça para cobrar os compromissos referentes à regularização de várias áreas indígenas na região sul, que foram firmados durante a campanha eleitoral. Essas demandas estavam nos documentos entregues à Lula por ocasião da atividade de campanha realizada em Manaus. Além dos povos do sul, participaram deste protesto 15 lideranças indígenas do povo Krahô-Kanela, do estado do Tocantins. Várias rodadas de reuniões depois, deu-se providência e mesmo assim parcial, para apenas uma das terras (Toldo Chimbangue II) em questão. Mas essa ação notabilizou-

²⁸ No capítulo III desta tese vou analisar com mais detalhes a história da FUNAI e a condução do órgão indigenista estatal no relacionamento com os povos e entidades indígenas durante o primeiro mandato de Lula da Silva.

se como um importante espaço de formação para as bases do movimento indígena que estavam buscando seu fortalecimento, já numa atitude processual de enfrentamento com o estado.²⁹

Diante desse quadro, o movimento indígena, mais renovado, organizado internamente e propositivo, buscou parcerias institucionais e financeiras para demonstrar sua insatisfação diante da morosidade e especialmente da falta de diálogo direto com o novo governo, já que Lula da Silva e sua equipe ministerial organizaram uma agenda de reuniões com vários setores da sociedade civil no Palácio do Planalto, onde se discutia diretamente com o presidente da república as principais reivindicações dos segmentos sociais. Mesmo sabendo que estas reuniões eram simbólicas e figurativas, ainda assim, a representação do movimento indígena queria ser recebida por Lula da Silva. Mas o ano de 2003 já se encaminhava para o final e uma agenda de Lula com os índios não se realizava. Com a mudança do presidente da Funai, o diálogo ficou muito mais difícil, pois assumiu Mércio Gomes, antropólogo, levado ao poder sem nenhum tipo de consulta e “pactuação” feita com os povos indígenas e suas entidades. O que se falava na época era que o novo presidente da Funai estava “blindado” pelo Ministério da Justiça e que ele não sairia do cargo, por mais reivindicações que se fizessem.

5.5. A real luta indígena: Caso T. I. Baú dos Kaiapó no Pará, Caso Raposa Serra do Sol em Roraima e a Mineração na T.I. Cinta Larga em Rondônia.

Três episódios são importantes de serem lembrados neste apanhado da trajetória de luta das entidades formais do movimento indígena neste período, pois explicitaram o embate direto entre os povos indígenas e seus direitos constitucionais conquistados e os grupos anti-indígenas integrantes do bloco histórico, que sempre ameaçaram a garantia desses direitos, por objetivarem o enriquecimento advindo da exploração dos recursos naturais das terras indígenas.

O caso da T.I. Baú do povo Kaiapó, localizada no município de Altamira, no sul do Pará, sempre figurou como alvo da cobiça de empresas mineradoras, produtores

²⁹ Matéria do jornal “O Porantim”, do Conselho Indigenista Missionário, falando sobre o histórico do Acampamento Terra Livre. Ano XXVI, nº 275, Maio-2005.

rurais, políticos da região e da prefeitura de Novo Progresso, município que cresceu graças à comercialização de madeira da floresta. Esses grupos representantes do poder local aliaram-se e passaram a contestar na justiça a demarcação da T.I. Baú, usando para isso o decreto 1.775/96, assinado por FHC, que prevê possibilidades de apresentação do contraditório por partes não satisfeitas com o processo demarcatório de T.I.. Um clima de ameaças à segurança física dos indígenas por parte de seus opositores, bem como a mobilização de várias aldeias Kaiapó para a defesa de seus direitos, explicitavam a tensão na região. A decisão do ministro da Justiça Marcio Thomás Bastos, homem de confiança de Lula da Silva, foi a revisão dos limites da demarcação já feita, diminuindo em 317 mil hectares a terra indígena Baú, tradicionalmente ocupada pelos Kaiapós. Este ato do ministro, porém, só foi possível por conta da participação de um procurador do ministério público no Pará, Nilo Marcelo de Almeida Camargo, que fez a proposição de um *Termo de Conciliação e Ajuste de Conduta*, cuja finalidade está expressa no trecho do documento Procedimento Administrativo nº1.23.002.00014/2002-52 da Procuradoria da República no Município de Santarém/PA, de 02 de outubro de 2003:

“O referido Termo possui, em síntese, a seguinte finalidade: a) rever o limite oeste da Terra Indígena, sendo acordado que esse limite se estenderá por uma faixa média de 03(três) quilômetros ao longo do rio Curuá, e de 15km em frente à aldeia Baú; b) o Município de Novo Progresso, por meio dos Sindicatos e Associações celebrantes do presente termo, repassará à comunidade indígena a quantia de R\$1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil reais) por um período de 10(dez) anos, monetariamente corrigidos, que serão aplicados na forma exclusiva de benfeitorias; c) acerca das benfeitorias a serem feitas na Aldeia Baú, o Município de Novo Progresso ficará responsável pela arrecadação, aplicação e prestação de contas ao Ministério Público Federal, mediante apresentação de documentação, na qual será assistido pela Funai; d) essas benfeitorias serão indicadas pelos índios, assistidos pela Funai, até o último dia útil de março de cada ano.(Procuradoria da República no Município de Santarém, Pará, 2003).

Os produtores rurais e suas associações assinaram o documento; a Funai, representando o estado assinou o documento; as autoridades municipais de Novo Progresso assinaram o documento; as lideranças indígenas assinaram o documento. O resultado disso é que a vida dos Kaiapó ficou mais difícil. Algumas divergências intra-tribais por vários motivos, bem como a municipalização dos recursos dos povos indígenas para que a prefeitura de Novo Progresso realizasse a assistência à aldeia Baú, tornou mais complexo o relacionamento entre índios e não-índios na região.

Além é claro, do gravíssimo precedente aberto, o da diminuição de uma terra indígena que já havia concluído seus processos declaratórios e demarcatórios. A Terra Indígena Baú foi retalhada para acomodar interesses econômicos poderosos de amplos setores inseridos no bloco de poder, presentes na sociedade civil e na sociedade política, sendo que do ponto de vista estatal, a regulação feita por este para a sociedade civil, trouxe prejuízos claros aos povos indígenas. Diz uma nota pública do Cimi, de 10 de outubro de 2003:

“Ao negociar a redução da terra indígena Baú, o governo Lula não só viola a Constituição Federal, como revela-se “eficiente” na aplicabilidade do instrumento jurídico redutor de terra indígena, o Decreto 1775/96, criado por seu antecessor, que, a considerar-se suas promessas de campanha, acreditava-se seria revogado”.

No caso da T.I. Raposa Serra do Sol, desde assinatura deste Decreto 1775/96, de FHC, que introduz o princípio do contraditório no processo de reconhecimento de terras indígenas, permitindo a contestação por parte dos atingidos, a vida os povos indígenas tradicionais da região ficou muito difícil. Muitas ações de produtores rurais (arrozeiros), criadores de gado e autoridades estaduais (governo de Roraima) questionaram na justiça os limites da demarcação. Neste mesmo ano (1996), o ministro da Justiça, à época, Nelson Jobim assinou um documento (Despacho 80) em que recusava todas as 46 ações contestatórias que tramitavam, mas formulou uma proposição para diminuir a T.I. Raposa em 300 mil hectares. A tendência histórica estatal, em se tratando de terras indígenas parece que passa pela premissa de que existe “muita terra pra pouco índio”, daí que é preciso reduzir o território, como primeira solução de continuidade.

Tanto as discussões sobre possível diminuição da T.I Raposa como as denúncias e manifestações contrárias a ela circulavam no contexto sócio-político do período. Em 1998, no dia 11 de dezembro, um novo ministro da Justiça, dessa vez, Renan Calheiros, assinou a portaria nº820, declarando a T.I. Raposa Serra do Sol em área contínua, e dando posse permanente aos povos indígenas da região.

Os povos da Raposa, Macuxi, Wapichana, Taurepang, Ingarikó e Patamona comemoraram essa vitória dentro de sua cultura, com festas e rituais, reunindo todas as aldeias da terra indígena no Centro Maturuca, como é chamado por eles a aldeia de mesmo nome, considerada o coração da Raposa Serra do Sol. Como são muito

organizados política e socialmente, conseguiram aliados que contribuíram para dar continuidade à pressão pela garantia de seus direitos especialmente nesta batalha. Havia também uma bancada no Congresso Nacional que era mais simpática às lutas dos movimentos sociais, e que contribuía para pressionar o executivo. Lá na Raposa, os povos indígenas festejaram também, compondo, cantando e tocando essa vitória importante, como diz a letra da música “Nossa União”, feita especialmente para essa ocasião:

*“Aí sim, valeu nossa união
Junto à organização foi tomada a decisão
Valeu a pena senhor Ministro da Justiça
Com a assinatura da nossa demarcação
Os povos índios comemoram o lindo dia
Os povos com alegria
Gritam e choram de emoção
Filhos da terra somos nós os povos índios
Do rio Mau e Tacutú e Surumu
Rio Miang, rio Contigo que caminham
Suas águas com carinho
E dão água pro povão
A nossa terra AIRASOL nós conquistamos
Com sacrifício dia 11 de dezembro
Em 98, meses e anos foram chegando
Tudo se realizando
O dia da demarcação.” (CD “Caxiri na Cuia. O Forró da Maloca”. Vol.I., 2005)*

A partir deste acontecimento, houve uma longa batalha jurídica entre o governo de Roraima e o CIR (Conselho Indígena de Roraima), prolongada por anos, onde o poder estatal solicitava a anulação da portaria 820/98 que declarou a posse da terra dos povos da Raposa. O CIR, que na sua coordenação jurídica tinha (tem até os dias de hoje), a advogada Joênia Wapichana, desempenhou com bravura e coerência teórica a linha argumentativa em defesa dos territórios indígenas que chegou até o Supremo Tribunal Federal(STF). Em cada vitória do índios nos tribunais, a violência na região

se acirrava. O rizicultor Paulo César Quartieiro, contrário ao processo demarcatório e se recusando a sair da terra indígena, destacou-se por promover ações terroristas na região: atentados contra indígenas; seqüestro de padres e indígenas; queimas de pontes e invasão e destruição por fogo da sede da Missão Surumu; organização de milícias contra índios; tentativa de explosão de uma bomba na sede da Polícia Federal, que foi acionada para proteger os índios da Raposa; cooptação de outros grupos indígenas para demonstrar que não havia consensos entre os índios. Enfim, uma série de acontecimentos que revelaram um embate duríssimo entre os que sempre se beneficiaram com a exploração dos recursos naturais em terras indígenas ganhando altos lucros e os índios, que deixando de lado a condição exclusiva de vitimização, organizaram-se, buscando aliados, elaboraram análises textuais, provas documentais, criaram comissões permanentes de visitas à Brasília para percorrer todas as instâncias que lhe garantissem seus direitos constitucionais.

Em 2003, a COIAB lançou uma campanha nacional em defesa da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, colocando esta como símbolo maior da luta pelos direitos indígenas no Brasil. O CIR, por sua vez, também se empenhou em realizar atividades onde a questão da homologação da T.I era o centro do debate. Assim foi feito no I Seminário Etno-Ambiental Indígena de Roraima, que tinha por objetivo apresentar resoluções à Conferência Nacional de Meio Ambiente. Diz um trecho da sua carta às autoridades no documento final:

“Nós, povos indígenas, praticamos tradicionalmente a conservação e o uso sustentável da natureza em nossas terras, segundo nossas próprias leis. Pelo que vemos, os projetos dos ‘brancos’, na maioria das vezes são altamente destruidores do Meio Ambiente. Com nossos modelos de vida, conservamos rios, lagos, igarapés, fauna, flora, montanhas, o ar, a biodiversidade, o subsolo, através do uso sustentável da natureza. Só podemos continuar conservando o Meio Ambiente, se tivermos nossas terras demarcadas, homologadas e livres de invasores, ou seja, se forem garantidos e respeitados nossos direitos à posse permanente das terras e usufruto exclusivo dos recursos naturais(...)Entendemos que a conservação de nossas terras, que representam 20% da Amazônia Brasileira e mais da metade de suas florestas, tem um valor não só para nós, mas para todos os brasileiros e para o mundo inteiro”.(Documento Final do I Seminário Etno-Ambiental Indígena de Roraima. Boa Vista, RR, 05 a 08 de outubro de 2003).

As entidades formais do movimento indígena foram forçadas a produzir ações substanciais para enfrentar o poder de seus algozes históricos, sejam aqueles presentes

no aparelho estatal, sejam aqueles presentes na sociedade civil. E sempre é bom lembrar que toda essa luta de resistência também histórica se deu e continua se dando por conta dos interesses econômicos que as terras indígenas sempre despertaram nos setores anti-índigenas. Por muito tempo a invisibilidade dos povos indígenas imposta pelo poder estatal ou particular foi fundamental para que alguns privilegiados enriquecessem às custas dos territórios indígenas. Quando os povos indígenas e seu movimento social dizem, como reivindicação, que querem a “*posse permanente das terras e o usufruto exclusivo dos recursos naturais*”, eles inflamam a ira dos que historicamente se apropriaram ilicitamente destes recursos, com apoio legislativo e jurídico, sempre em detrimento dos costumes, tradições, saberes e conhecimentos dos povos indígenas. Aqui, nesse caso, o poder executivo foi de uma morosidade sem precedentes, pois até que se chegasse a uma definição, o Congresso Nacional e o Supremo Tribunal Federal fizeram longos debates, motivados pelas partes (índios e não-índios) em litígio, que elaboraram verdadeiros compêndios sócio-políticos-jurídicos para defender suas teses. Como a violência em Roraima estava sendo insuflada e executada claramente pelo grupo de rizicultores contra os índios da Raposa, bem como apoiada pelas autoridades governamentais locais, o governo federal tomou a medida de disciplinar o conflito, já que o mesmo foi denunciado internacionalmente na OEA (Organização dos Estados Americanos) e na ONU, em relação à sua morosidade de ação.

Mesmo com a assinatura da Portaria 534 de 13 de abril de 2005, pelo ministro da justiça Marcio Thomaz Bastos, que declarou, com ressalvas, a posse permanente dos povos Macuxi, Ingariçó, Wapichana, Taurepang e Patamona, a luta dos povos da Raposa Serra do Sol não se esgotou. Lula assinou a homologação e esta foi publicada no DOU do dia 15 de abril, com as seguintes ressalvas:

“As ressalvas excluam da T.I. Raposa Serra do Sol: I) a área do 6º Pelotão Especial de Fronteira (6º PEF), no município de Uiramutã, no estado de Roraima; II) os equipamentos e instalações públicos federais e estaduais atualmente existentes; III) o núcleo urbano atualmente existente na sede do município de Uiramutã, no estado de Roraima; IV) as linhas de transmissão de energia elétrica; V) os leitos das rodovias públicas federais e estaduais atualmente existentes. A portaria determina que os ocupantes não indígenas deverão ser retirados no prazo de uma ano”. (Notícias Socioambientais, ISA, 2008).

As mediações aparentemente conciliatórias das partes que o estado brasileiro patrocinou no caso da T.I. Raposa Serra do Sol, motivaram ainda muitas tensões na região, como por exemplo a recusa dos invasores de saírem da terra indígena, entre outras ações de violência aos direitos dos povos. Não foi em área contínua a homologação, além de ser preciso que uma grande operação da Polícia Federal (Upakaton) fosse deflagrada na região um pouco depois da publicação do decreto presidencial. Por isso, a luta pelos direitos dos povos da Raposa reconhecidos muito antes da chegada de Lula ao poder, foram abraçados pelo movimento indígena de forma bastante incisiva, sendo constante na pauta de reivindicações dos eixos de luta das organizações indígenas durante a mobilização nacional do Acampamento Terra Livre. Esta aliás, foi a principal bandeira de luta do primeiro acampamento Terra Livre realizado em 2004, um ano antes da assinatura da homologação, exatamente por conta do silêncio temeroso do estado brasileiro sob o governo de Lula da Silva, diante de tantos fatos graves em relação às ameaças aos direitos territoriais dos povos originários.

Por último, é importante comentar aqui o caso das disputas pelos diamantes de altíssima qualidade provenientes da T.I. Roosevelt, do povo indígena Cinta Larga, em Rondônia, que ganharam notoriedade na mídia nacional entre os anos de 2001 e 2004, inclusive, por conta do intenso conflito entre garimpeiros, incentivados e patrocinados por grandes mineradoras e pelo poder público local e o povo Cinta Larga. Assassinatos de indígenas, de garimpeiros, ação sensacionalista da imprensa local desfavorecendo os índios, invasão de não-índios por seguidas vezes à T.I. Roosevelt, constrangimento imposto aos estudantes indígenas na cidade de Espigão do Oeste, no estado de Rondônia, enfim, uma situação gravíssima, envolvendo mortes, força coercitiva estatal e da mídia local contrária aos índios, e também apoio aos índios manifestado pelo movimento indígena formal, o órgão indigenista oficial (que lutou junto aos Cinta Larga) e organismos nacionais e internacionais que foram acionados em defesa dos índios. Caso interessante para análise, pois congrega uma diversidade de entendimentos e ações em relação aos conflitos em territórios indígenas vivenciados pelo estado brasileiro e a sociedade civil.

Em 2003, quando assumiu a nova equipe da Funai comandada por Eduardo Almeida, foi nomeado o indigenista Walter Blós para comandar um Grupo-Tarefa cujo objetivo era a implantação de um plano emergencial de auxílio ao povo Cinta Larga.

Este povo, que à época tinha aproximadamente somente 30 anos de contato com a sociedade nacional, experimentou relações bastante desiguais com o mundo “branco”, sobretudo, na negociação e venda da madeira nobre de sua reserva aos madeireiros, o que levou a virtual extinção do mogno na região. E com a descoberta de uma jazida considerável de diamantes na área, as disputas pelo mineral só se acirraram.

“Ocupando uma área de 2,6 milhões de hectares nos estados de Rondonia e Mato Grosso, A Terra Indígena Roosevelt possui um raro kimberlito –rocha vulcânica onde é encontrado o diamante – que segundo estudo da Companhia de Pesquisa e Recursos Minerais (CPRM), do Ministério de Minas e Energia, é o único do país, podendo gerar uma mina industrial de diamante de gema, com capacidade para produzir, no mínimo, um milhão de quilates de pedras preciosas por ano.(...)A concentração das jazidas de diamante na região do Parque Aripuanã, abrange a T.I Roosevelt”.(Relatório Senado Federal, abril de 2004).

Constatada essa informação pela instituição estatal, o poder público local passou a pressionar as lideranças indígenas, que outrora já haviam feito acordos de exploração do mogno com os não-índios, para que se permitisse que outras pessoas, além dos índios, explorassem o garimpo. Com os conflitos daí resultantes, já que se caracterizava como uma atividade de exploração ilegal, a situação foi ficando insustentável na região.O Grupo-Tarefa da Funai, durante o ano de 2003 fez várias operações de retiradas de garimpeiros da terra indígena. Em junho deste mesmo ano, após uma solicitação do Instituto Socioambiental (ISA), o relator titular para o Direito Humano ao Meio Ambiente, Jean-Pierre Leroy, membro da DHESC Brasil (Plataforma Brasileira de Direitos Humanos, Econômicos, Sociais e Culturais) denunciou o caso e em novembro realizou uma missão no estado de Rondônia para verificar a situação do povo Cinta Larga. Diz um trecho do relatório:

“Os 1.300 sobreviventes Cinta Larga continuam resistindo e enfrentando imensas dificuldades para garantir e resguardar a posse de suas terras e assegurar suas tradições e o respeito à cultura de um povo ameaçado há muitas décadas e reduzidos demograficamente, em menos de 30 anos, a menos 20% de sua população original. Hoje, a maior pressão que sofrem tem origem na exploração ilegal de recursos naturais, em especial de diamantes, através de investidas de intermediários de empresas de mineração e representantes do governo de Rondônia.(....) Entre os muitos exploradores, a Equipe Tarefa da Funai identificou durante a desintrusão em janeiro/03, máquinas do próprio delegado de Espigão do Oeste, de prefeitos, madeireiros, ex-senadores, políticos locais, agentes de polícia civil, militar e federal. Entre os contrabandistas, havia madeireiros

que já exploravam os Cinta Larga em anos anteriores”.(Leroy, Jean-Pierre. Relatório Dhesca Brasil, 16 a 18 de novembro de 2003).

O movimento indígena acompanhou de perto esta missão, fazendo parte da comitiva que visitou a área. Crisanto Rudzo Tseremey'wá, do povo Xavante, vice-presidente da Coiab e Antenor Karitiana, coordenador da CUNPIR (Coordenação da União das Nações e Povos Indígenas de Rondônia, Noroeste de Mato Grosso e Sul do Amazonas), puderam averiguar in loco as graves denúncias que as lideranças do povo Cinta Larga fizeram aos madeireiros e autoridades do governo, além de apoiar a ação do órgão indigenista oficial na execução da força-tarefa indigenista na região. Os Cinta Larga por sua vez, se pronunciaram através de Nacoça Piu Cinta Larga, presidente da Associação Pamaré do Povo Indígena Cinta Larga, dizendo em documento entregue à comitiva da Dhesca:

“Por quatro vezes, como já foi dito, interditamos os trabalhos de exploração do minério em nossas terras, onde trabalhavam índios e brancos . O mesmo não aconteceu com o branco ao perceber que não mais entraria em nossas terras para explorar nossas riquezas, ficaram furiosos, fizeram manifestação, fecharam estradas federais (BR 364) e estaduais impossibilitando o trânsito de nossa gente, a entrada de alimentos e combustíveis, fizeram (e ainda fazem) ameaças contra nossas vidas e contra a vida dos funcionários que ocupavam os postos da barreiras nos limites de nossas terras.(...) Nós, Cinta Larga, decidimos que não queremos mais trabalhar clandestinamente, exigimos do governo brasileiro a garantia do usufruto exclusivo de nossas riquezas”. (Documento Associação Pamaré do Povo Cinta Larga, janeiro, 2003).

Aqui temos uma situação bastante inusitada em se tratando desse relacionamento entre povos indígenas e estado, mas não incomum: de um lado, setores da sociedade civil (garimpeiros, madeireiros) e do estado (governo de Rondônia) que desejam se apropriar dos recursos minerais em terras indígenas não legalizados pela Constituição Federal, que é o único instrumento que pode fazê-lo; de outro lado, os povos indígenas, suas entidades do movimento social e o estado (Funai regional e de Brasília), apoiando e lutando pela integridade física e cultural dos Cinta Larga.

É possível perceber o espaço onde se dão as disputas no estado, que em instâncias superiores, mantém a afinação com o bloco de poder historicamente constituído, onde o poder coercitivo, o poder econômico e o poder político estão alinhados e nas mãos de uns poucos. Em outro nível, o estado, na atuação de um e outro membro da institucionalidade, mantém independência de ação, promovendo e

executando o plano de apoio aos povos indígenas. Quando Gramsci fala do estado ampliado, que abarca as relações sociais tanto do aparelho de governo, quanto das organizações privadas da sociedade civil e quando vemos um acontecimento histórico como este acima descrito, percebemos aí o grau de complexidade que estas relações podem alcançar, onde o marxista sardo já havia chamado a atenção para a existência dessas complexidades que se manifestam simultaneamente. Obviamente não analisou no nível da riquíssima e imbricada cultura indígena na sua histórica relação com o estado brasileiro, outro lugar de estranhas associações e divergências, mas apontou perspectivas para pensar nas complexidades das fronteiras entre uns e outros grupos sociais e sua trajetória de construção e constituição de hegemonias. As ações diferenciadas dos sujeitos sociais se pautam em suas íntimas e profundas compreensões e também nos interesses que cada um possui para lidar com uma situação limite como essa.

O movimento indígena organizado então, analisando com muito cuidado todos essas acontecimentos e registros de violência contra vários povos indígenas no Brasil, resolveu buscar mecanismos e instrumentos para dar respostas aos ataques do estado e dos setores anti-indígenas da sociedade civil à sua integridade cultural e social. Trazer à público discussões antes internas do movimento indígena, sua análise, visão de mundo e principalmente, sua contribuição para uma mudança de rumos da política indigenista brasileira foi começando a se descortinar através das idéias contidas no projeto etno-político dos povos originários, tornado mais claro à medida em que os seminários, fóruns e encontros entre os indígenas iam acontecendo com mais frequência. Foi o que aconteceu em novembro de 2003.

5.6. Mudança de rumos do movimento indígena

As entidades do movimento indígena então, com o protagonismo da COIAB e estabelecendo suas parcerias, organizaram o I *Fórum Permanente dos Povos Indígenas da Amazônia. Políticas Públicas do Estado Brasileiro, na visão dos Povos Indígenas*. Entre seus objetivos principais estavam o diagnóstico e análise das políticas públicas do estado brasileiro voltadas para os povos indígenas e a formulação e a proposição das políticas públicas que os índios queriam. Nos objetivos também constava a defesa pela imediata homologação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol,

dos povos Wapichana, Macuxi, Taurepang, Ingarikó e Patamona, em Roraima, escolhido como símbolo maior de todas as demais reivindicações por terras, justiça e autonomia para os povos indígenas do Brasil. O *Fórum* aconteceu em Manaus, onde ficava a sede da COIAB e se desenrolou por quatro dias: de 03 a 06 de novembro de 2003. Com apoio da Oxfam (Brasil), The Nature Conservancy (TNC Brasil); Movimento de Cooperação Internacional (MCI), bem como ministérios e outras entidades locais, esse evento reuniu autoridades indígenas e governamentais, apoiadores, observadores nacionais e estrangeiros, que presenciaram um efetivo protagonismo indígena na condução dos trabalhos, na coordenação das mesas de debate, na pressão que fizeram no representante do governo, César Alvarez, Sub-Secretário da Presidência da República que se fez presente e ouviu, durante mais de três horas, as críticas e demandas dos intelectuais do movimento indígena, lideranças experientes do movimento, bem como as novas lideranças emergentes.

Com a representação de 60 povos diferentes e um total de 280 participantes indígenas, o *Fórum* contou ainda com dois momentos especiais: o primeiro foi a realização de uma noite cultural à beira do lago do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia – INPA, com os lançamentos do vídeo-documentário “Pisa Ligeiro”, de Bruno Pacheco, do CD de músicas tradicionais dos povos Ticuna e Saterê-Mawé, “União dos Povos” e do livro “Adoradores do Sol”, de Lúcio Flores Terena. O segundo foi o ato público de encerramento do *Fórum* e lançamento da “Campanha Nacional e Internacional em Defesa dos Direitos Indígenas: Terra, Justiça e Autonomia”, cujo ápice, foi a queima simbólica de uma réplica de 8 metros do documento “Compromisso com os Povos Indígenas” do programa de governo da coligação Lula Presidente. É possível observar que a programação montada pelos índios quis expressar tanto os aspectos da politização do movimento, bem como o caráter lúdico-cultural dos povos, que em proximidade à natureza, comeram, cantaram e celebraram o encontro entre suas diferenças étnicas, sem perder de vista os objetivos de sua aliança para alcançar as mudanças pretendidas.

Essa ação do movimento indígena, que foi anunciada desde o início, gerou polêmica no núcleo dirigente do estado. O representante da Sub-Secretaria da Presidência da República, César Alvarez, ao passar pela “sabatina” dos índios, manifestou preocupação e procurou argumentar, na tentativa de alterar o ato de

encerramento do *Fórum*. Em um trecho de sua fala, transcrita no relatório final, ele diz:

“eu já estou com vinte minutos aqui, eu quero guardar estes últimos cinco minutos para dizer a vocês que eu me preparei pouco para vir aqui, me preparei para escutar, não me preparei para falar. Sou da Secretaria Geral, uma secretaria da presidência, que tem justamente esse papel, o papel do diálogo(...) e quero aqui escutar e entender melhor o ato do dia seis, onde simbolicamente será queimado uma força que os índios tem, e vocês sabem mais do que ninguém, isso de rasgar e queimar em praça pública o programa eleitoral(...) eu quero dizer que não farei aqui qualquer atitude premeditada, mas quero dizer que não é possível isso(...) Eu não vou substituir o Dr. Mércio da Funai, não vou substituir o Ministro Márcio Thomaz Bastos, não vou substituir a Ministra Marina, não vou substituir o Ministro Ciro Gomes, mas quero dizer que sou do Ministério Jurídico da Presidência da República e justamente tenho o papel de coordenação e discussão das diferenças de classe(...) é duro, dói saber desta decisão de vocês, ao mesmo tempo esperar que minha presença aqui seja para dizer que o diálogo jamais foi interrompido...”.(Relatório I Fórum da COIAB, Manaus, 2003, p.54)

Além desse, outros esforços foram sendo feitos, no sentido de demover a idéia indígena de queimar a réplica do documento de Lula da Silva enquanto se desenrolava o evento, através de telefonemas diretamente do Palácio do Planalto aos assessores que estavam em Manaus. A presidência do PT estadual, também buscava, sem sucesso, conversar com as lideranças para que fosse realizada só a passeata, sem queimar nada. Por outro lado, a Secretaria Nacional de Movimentos Populares do PT nacional incentivava essas ações. Apesar das divergências, os indígenas estavam decididos.

Ao final dos debates, das muitas conversas políticas com todas as forças presentes, das atividades culturais, do registro das presenças internacionais, dos encaminhamentos precisos feitos por cada grupo temático de discussão, no fim da tarde do dia 06 de novembro, todos os presentes se dirigiram à Praça D. Pedro II, no centro de Manaus e deram início à passeata e ao ato público de encerramento.

Pela primeira vez se via uma atividade política desta envergadura ser coordenada do início ao fim por indígenas. Estavam de fato, imprimindo novos rumos ao movimento indígena, bem como sinalizando aos aliados sua necessária e educativa campanha por autonomia: no pensar, nas ações, na direção política de suas atividades.

As frases das faixas, as camisas que todos os participantes receberam, as falas duras dos dirigentes indígenas em cima do carro de som, a confecção da réplica do documento de campanha de Lula, a atenção do cordão de isolamento que protegia os manifestantes do caos provocado no trânsito, tudo, tudo mesmo tinha a força, a intenção, a direção e a visibilidade dos índios. Eles e elas se manifestavam com vigor, sabedores de que era um ato de coragem, de visibilização de suas lutas históricas, de retomada do protagonismo dos índios e de seu movimento social de fato, mantendo a boa relação com seus aliados, mas tomando à frente da ação como agentes políticos da sociedade civil. Era uma retomada de confiança na própria capacidade de ação desses sujeitos, que desde o abril de 2000, em Coroa Vermelha na Bahia, não experimentavam a sensação vitoriosa de pautar uma discussão, de estabelecer e emplacar uma agenda própria do movimento indígena.

Para além da emoção e o contentamento de ter participado desse episódio, observo que este acontecimento social sedimentou a idéia de que o movimento indígena como articulador dos diferentes povos, poderia ser o proponente, o protagonista principal, das várias forças sociais que historicamente sempre estiveram como aliados dos povos indígenas. Às entidades indigenistas, parceiras e irmãs do movimento, caberia apoiar as decisões e deliberações dos índios e índias, contribuindo na reflexão política, mas nesse novo momento histórico aqui inaugurado, quem teria a última palavra sobre todas as coisas, era o movimento indígena, suas entidades e organizações. Na mídia nacional, nem uma linha do ocorrido no dia 06 de novembro de 2003. Mas em todos os jornais de Manaus, foram estampadas fotos e matérias sobre o dia em que os índios pararam o trânsito na cidade, reivindicando seus direitos. Esta foi uma ação direta política importante, que sedimentou o novo caminho escolhido pelos povos indígenas do Brasil.

5.7. O primeiro Acampamento Terra Livre e a Ocupação do Congresso Nacional

A notícia do Jornal Folha de São Paulo do dia 3 de janeiro de 2004, página A8, e ainda no calor das repercussões do ato público realizado em Manaus no final do ano anterior, trazia em sua manchete e sub-título: “*Sob pressão, Planalto propõe diálogo a índios. Após um ano de críticas, governo marca para o final deste mês, reunião de alto escalão com os indígenas*”.

O teor da matéria do jornalista Rubens Valente apontava no sentido de que o governo Lula dava os primeiros sinais de abertura para o diálogo com os povos indígenas, depois de um ano marcado pelo aumento da violência contra esses povos, do assassinato de 25 lideranças por conta dos conflitos fundiários, da crise entre indígenas e garimpeiros em Rondônia, da postergação da homologação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol/RR e da continuidade de um perigoso silêncio do estado diante de fatos tão graves. O ato de Manaus, onde o programa de governo Lula da Silva para os índios foi queimado em praça pública, ainda ecoava nos corredores do Planalto como uma pauta negativa para o governo; por conta desse incômodo, o ministro Luiz Dulci, então responsável pela Secretaria Geral da Presidência, agendou reuniões do alto escalão do governo com a representação das entidades indígenas. Foi mais uma rodada de reuniões, onde se pediu aos índios um pouco mais de paciência para a solução dos problemas, já que no caso da homologação de Raposa Serra do Sol, muitas ações na justiça haviam sido iniciadas pelo grupo dos rizicultores-invasores destas terras indígenas, que estavam em claro movimento anti-indígena no estado de Roraima e pressionando o governo e sua base aliada para obter ganhos políticos e econômicos.

As entidades do movimento indígena, entretanto, não se convenceram e continuaram os processos de mobilização de suas bases. O CIR, Conselho Indígena de Roraima organizou mais uma de suas tradicionais assembléias, ponto alto da organização interna daquele grupamento de povos. Na aldeia Maturuca, no coração da T.I Raposa Serra do Sol, os anfitriões Macuxis, Taurepangs, Wapichanas, Ingarikós e Patamonas receberam um conjunto de lideranças indígenas, apoiadores, aliados, o Ministério Público Federal, bem como ministérios e o presidente da república em pessoa, em fevereiro de 2004, para denunciar as atrocidades que o grupo dominante local, chefiados por Paulo César Quartieiro, líder do agonecício de arroz na região, cometeu contra as aldeias indígenas. A escola indígena foi incendiada, os professores indígenas foram espancados e alguns feitos reféns, e as pontes de acesso à aldeia Maturuca também foram queimadas dias antes da assembléia tradicional do CIR ter seu início. Portanto, uma grave situação de ameaças aos direitos indígenas foram registradas.

Como a lentidão do governo Lula na resolução das questões indígenas se devia aos acordos “de sangue” feito com o bloco histórico que agia por dentro e por fora da

instituição estatal, nada foi resolvido, as decisões todas sendo jogadas para o campo do judiciário, e por conta disso, sujeitas às temporalidades diferenciadas desse órgão. Na administração da força e consenso, que é característica do estado no pensamento gramsciano, essa era uma posição bastante óbvia: a postergação das resoluções dos conflitos. Os povos e entidades indígenas continuaram a pressão e no mês de abril de 2004, instalou-se um acampamento no mesmo local da Esplanada dos Ministérios em Brasília em que os precursores povos do sul haviam feito seu protesto:

“200 lideranças de 33 povos indígenas de todas as regiões do País repetiram o feito, acampando entre os dias 14 e 22 de abril. Esta seria a primeira mobilização nacional no governo Lula. Como bandeira símbolo de suas lutas, as lideranças indígenas escolheram a solidariedade à luta dos povos de Roraima, pela homologação da terra indígena Raposa Serra do Sol. O nome com o qual foi batizado o acampamento fez referência à Assembléia do Conselho Indígena de Roraima, que, mesmo sem o decreto de homologação, proclamou Raposa Serra do Sol como ‘Terra Livre!’ de todo tipo de interesse do capitalismo predatório”(Jornal O Porantim, maio, 2005. p.9)

Seguiram-se dias de debates e reflexões políticas, no anoitecer e amanhecer de frio e chuva fina naquela imensidão da Esplanada. Uma coordenação totalmente indígena foi escolhida para encaminhar as ações: Leonardo e Maurício Guarani; Aniel Pripá Xokleng; Vicente Kaingang; Rildo Kaingang; Marcos Xucuru; Galdino Macuxi; Joênia Wapichana; Julio Macuxi; Davi Kopenawa Yanomami; Jecinaldo Saterê-Maué; Agnelo Xavante; Agnaldo Pataxó Hã Hã Hãe; Valdelice Tupinambá; Acari Pataxó; Sebastiana Tapuia; Ramão Terena e Torobairí Karajá. Nessa coordenação, estavam representadas as regiões e sua diversidade de saberes, culturas, conhecimentos sobre o mundo “branco”, tempo de contato, participação na política. E ainda assim, teve um funcionamento exemplar.

Foram esses líderes que coordenaram o acampamento, participaram de reuniões ministeriais, ordenaram uma das primeiras passeatas de indígenas nas largas ruas da Esplanada e elaboraram minuciosamente a cartada final do movimento na pressão ao governo Lula. As principais lideranças do movimento articularam-se com parlamentares e solicitaram uma audiência pública na Câmara dos Deputados, em comemoração ao Dia do Índio, 19 de abril. Conseguida a audiência, os mais de 300 participantes atravessaram os gramados da Esplanada e se dirigiram ao Plenário da

Câmara dos Deputados. Fizeram uma entrada solene, entoando seus cantos guerreiros, todos e todas devidamente ornamentados com cocares, e com suas pinturas rituais, seguindo os traços característicos de cada povo, balançando vigorosamente seus maracás. Ocuparam as cadeiras destinadas aos deputados e deputadas, que obviamente estava vazio de parlamentares. A “Casa do Povo” foi ocupada pelos mais de 300 indígenas que participavam do acampamento, sem a presença daqueles que vindo dos estados, se reúnem para elaborar o conjunto de leis que regem a “nação”. Mas esses mesmos legisladores, que fazem parte do estado, não se apresentaram para participar do ato político de um dos grupos que formou a sociedade brasileira.

A audiência pública durou cerca de 2 horas, pois foram muitas falas de lideranças, bem como das entidades indigenistas de apoio. A Deputada Perpétua Almeida (PCdoB-AC) presidiu a sessão e quando a parlamentar encaminhou o encerramento da mesma, Julio Macuxi, da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, tomou o microfone e decretou que nenhuma daquelas lideranças iria se retirar do plenário, se não fosse marcada uma audiência dos índios com o presidente Lula!

Confusão, discussões entre parlamentares e índios, seguranças acionados, nervosismo, os líderes do movimento indígena pressionando e sendo pressionados, pois a sessão do dia iniciaria às 14:00 e o relógio já marcava 13:00h! Deputados da base aliada do governo faziam várias tentativas de convencer os índios a sair do plenário, dizendo que estavam ligando para o Palácio do Planalto, para tentar agendar a reunião com Lula. Mas o tempo continuava correndo e a solução não vinha....

Estavam a negociação e o conflito aí instalados, quando as lideranças indígenas cederam e saíram do plenário, permanecendo, entretanto, no Salão Verde onde cantaram, dançaram toré, fumaram seus cachimbos e deixaram em polvorosa o Congresso Nacional. Uma comissão paritária de parlamentares e indígenas foi imediatamente formada e seguiram-se as negociações, telefonemas e acordos.

A ocupação durou nove horas. Entre tantos cantos, repetia-se muitas vezes o hino-provação: *“Pisa ligeiro, pisa ligeiro. Quem não pode com a formiga, não assanha o formigueiro!”* Depois desse longo período, os negociadores indígenas conquistaram, com sua ousada ação, a data e a promessa de apoio institucional para preparar a primeira audiência do movimento indígena com o presidente da república e

uma das conquistas mais importantes para o movimento indígena: a promulgação da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho,

“que consiste em um importante marco normativo nas relações dos Estados Nacionais e os Povos Indígenas, em vigor internacionalmente desde 5 de setembro de 1991. A convenção tem por objetivo o fim do integracionismo e sua substituição pelo respeito ao pluralismo étnico-cultural dos Povos Indígenas e a garantia da participação destes povos nas decisões referentes às questões que lhe dizem respeito.”(Jornal O Porantim, maio, 2005. p.9).

A desocupação do congresso foi pacífica, todos voltaram para o acampamento com o sentimento de dever cumprido, mas com a atenção redobrada para cobrar das autoridades estatais os compromissos assumidos. Naquela noite fria de abril, muitas rodas de conversas e pequenas fogueiras foram vistas no acampamento, que confraternizava e elaborava os próximos passos na sua *persistente convicção* de ser indígena no Brasil.

5.8. Constituição da “Mesa de Diálogo” e a Audiência com Lula da Silva

A ocupação do Congresso Nacional pelo movimento indígena acionou a luz amarela nos gabinetes dos dirigentes estatais. O movimento indígena estava organizado e isso iria requerer uma maior atenção do estado, a fim de coibir outras tentativas de protestos-surpresas.

Por conta disso, o aparelho de governo sinalizou que gostaria de estabelecer várias rodadas de reuniões, antes da audiência com o presidente da república, a fim de melhor diagnosticar as questões mais urgentes a serem resolvidas, na visão dos povos indígenas. Essa movimentação do estado foi uma aparente tentativa de solucionar e dar encaminhamento ao enorme volume de questões, dúvidas e demandas que foram feitas à autoridade governamental que esteve presente no I Fórum de Manaus. Criando a chamada “Mesa de Diálogo”, a Secretaria Geral da Presidência, queria demonstrar para os indígenas e o conjunto da sociedade que o governo Lula estava vocacionado

para lidar com a diferença, que desejava construir um processo de transformação social.³⁰

Logo após o primeiro Acampamento Terra Livre terminar, esta “Mesa de Diálogo” foi instalada. Algumas reuniões foram realizadas no Ministério da Justiça, onde as lideranças indígenas apresentavam as demandas e debatiam com funcionários de terceiro escalão estatal. Como se pode imaginar, estas primeiras reuniões não alcançaram nenhum consenso, muito menos encaminhamentos práticos resolutivos. O movimento indígena, nesta época, protagonizado pela COIAB, cobrou mais empenho do governo, exigindo uma reunião que fosse de fato, deliberativa. Em 28 de abril de 2004, convocou-se uma reunião no Palácio do Planalto, das 10:00 às 19:00h, cuja a pauta foi: Conflitos em Terras Indígenas; Programa Bolsa Família para os Índios; Bolsa de Ensino Superior; Segurança em área de fronteiras e a preparação da audiência com Lula da Silva

Os “intelectuais orgânicos”³¹ do movimento indígena foram os proponentes desta pauta e preparam suas questões, para esses que eram assuntos graves que uma nova política indigenista de fato renovada, precisava solucionar. E o que de fato aparecia como novidade, era o caráter propositivo e protagonista dos povos indígenas e suas organizações formais, que se posicionaram apresentando seu modo de pensar e as possíveis soluções para as complexas questões envolvendo os múltiplos interesses por sobre seus territórios tradicionalmente ocupados.

Mas também se discutiram maneiras de efetivar a participação dos indígenas nos programas assistenciais do governo. Inserir adequadamente os povos indígenas dentro dos programas de transferência de renda, como o Bolsa Família nunca foi uma

³⁰ É importante ressaltar que o estado e o grupo que assumiu o governo em 2003 sempre souberam quais eram as demandas e os principais problemas das populações indígenas do país, afinal de contas tinham assumido formalmente o documento e os resultados que o comitê indígena elaborou durante a campanha eleitoral, que continha um diagnóstico e as principais possibilidades de resolução para as questões. Ao que parece, houve o que se pode chamar de “encenação político-ideológica” do governo Lula diante do movimento indígena, onde se pretendeu ganhar tempo para desmobilizar, cooptar lideranças e tentar enfraquecer aqueles que estavam fortes. Poucas das muitas ações “dialogadas” nesta reunião foram colocadas em prática.

³¹ Uso entre aspas esta expressão, pois se trata de uma referência superficial à expressão gramsciana e uma associação a ação política das lideranças do movimento indígena que neste momento estavam totalmente motivadas para cumprir com as importantes tarefas que se apresentavam ao conjunto do movimento, problematizando as questões da forma empírica e teórica. Para afirmar essa associação, são necessários estudos mais profundos, entretanto.

tarefa fácil. Na ata da reunião sobre este tema,³² o diálogo entre o representante do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) e as lideranças indígenas foi o seguinte:

“os projetos que temos no ministério querem trabalhar de maneira diferenciada com os índios aldeados e não-aldeados.(...) Funai e Funasa ajudam na identificação destas famílias”.(Ata da Mesa de Diálogo, 28 de abril de 2004).

A que se seguiu a intervenção das lideranças:

“que critérios são esses que vocês chegam para dizer o que são índios aldeados e desaldeados?(Dourado Tapeba)

O Fome Zero na nossa região só doou 06 carroças para as comunidades indígenas. (Wilson Terena)

Na minha região, foram feitos sorteios de cestas básicas. (Albari Kaingang)”. (Idem)

A lógica organizacional do programa, funcionava relativamente bem para uma população empobrecida urbana, mas o que dizer das famílias indígenas residentes nas aldeias? Os custos de deslocamento dessas famílias até a cidade mais próxima, por vezes eram iguais ou superiores aos valores a serem recebidos. Além, é claro, da obrigatoriedade do uso do sistema bancário, dos cartões magnéticos, etc. O governo, pensando a partir dos elementos da burocracia estatal e distante da realidade social e cultural dos povos indígenas, informava que desejava atender as populações indígenas de forma diferenciada neste programa, mobilizando a Funai e Funasa para proceder no cadastro das famílias aldeadas e não-aldeadas. Mas, na prática, o discurso de longo alcance deste programa de transferência de renda, não conseguiu se estabelecer diante do Brasil profundo e diverso de que fazem parte os índios. Algumas famílias indígenas foram cadastradas, a uns foram doadas cestas básicas, outros grupos receberam carroças para o transporte, o aprendizado do uso do sistema e dos cartões bancários foi sendo feito na pressão e assim, as populações indígenas entraram nas estatísticas gerais de beneficiamento de renda. Atendimento diferenciado? Nenhum. E neste dia da reunião, as lideranças do movimento indígena, trazendo as demandas de suas bases, de suas aldeias, já apontavam uma série questões problematizando este tema, que não foi solucionado pelo aparelho estatal, ao que tudo indica, por falta de vontade política

³² Entre as fontes históricas que utilizo nesta pesquisa, está a ata da reunião da mesa de diálogo do dia 28/04/2004, que registra as presenças, e as manifestações e falas de cada participante da reunião, relacionadas aos temas específicos.

e de um verdadeiro comprometimento em mudar os rumos da política indigenista do estado.

Só para comentar mais um dos temas que fez parte dessa pauta de reunião, a questão da segurança em áreas de fronteira, pelas forças armadas segundo consta no Decreto 4412/02, assinado por FHC, no apagar das luzes de seu mandato presidencial, e que foi mantida pelo governo Lula da Silva, sempre trouxe uma série de problemas para os povos indígenas. Construção dos quartéis muito próximos às aldeias, estupro de mulheres indígenas por militares, entre outras denúncias, sempre foram feitas pelas organizações de base do movimento. Com a chegada de Lula da Silva ao poder, uma das reivindicações destes agentes políticos e seus aliados era pela revogação deste decreto. Por isso, este tema fez parte da pauta desta reunião preparatória à audiência com o presidente da república. O Tenente-Coronel Rubens Rios e a assessora Ana Paula, do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), presentes a esta reunião, foram explícitos quando disseram que o presidente Lula não iria abrir mão das forças armadas em áreas de fronteira e que não revogaria este decreto. As lideranças indígenas presentes sentiram o “peso” simbólico da força coercitiva estatal com esta decisão. Mas também se manifestaram, como diz um trecho da ata da reunião da Mesa de Diálogo:

“Não gostamos de algumas coisas que os militares falam e fazem. Nas bases, as relações com os militares às vezes são muito ruins. Por isso a questão da desmilitarização das áreas de fronteira foi trazida por nós em alguns documentos, por conta dessa situação de relacionamento difícil. Foram feitas discussões no Planalto e não chamaram as organizações indígenas. Houve um desgaste na relação. Mas os indígenas estão dispostos ao diálogo.”(Ata da Reunião da Mesa de Diálogo, 28/04/2004)

Os militares, por sua vez também se posicionaram:

*“a mídia e que faz a ‘caveira’ do movimento indígena. Há uma relação muito amistosa a respeito da visão de T.I. Não é visto como contrária. O decreto 4412 vai nos ajudar na defesa e na soberania. Queremos ouvir os índios a respeito da localização dos quartéis”
(Idem)*

Os índios pediram então, que fossem respeitados as mulheres e homens dessa e de qualquer outra região onde existisse presença indígena e que novas decisões como estas fossem tomadas mediante a participação indígena no processo de discussão.

Muitos foram ainda os debates e conversas nesta reunião da mesa de diálogo. Mas o último ponto de pauta foi acertar o detalhamento da audiência com a presidência da república. O sub-secretário Cesar Alvarez estabeleceu os limites:

“a reunião terá a duração de uma hora, com somente 3 a 4 intervenções, o número de lideranças que participarão com passagens pagas pela Presidência fica em 25 pessoas, com a preocupação de garantir uma certa representatividade brasileira”.(Ata da Mesa de Diálogo, Brasília, 2004.).

E assim se fez. As lideranças do movimento indígena aceitaram, com a condição de que chegariam à Brasília dois dias antes, para que pudessem também se reunir e preparar o tão ansiado encontro com o presidente da república. Nos dias 08 e 09 de maio, reuniram-se os 25 líderes no Laguna Plaza Hotel, no Núcleo Bandeirantes, que possuía na época uma das diárias mais baratas de Brasília, aí incluídos café da manhã, almoço e jantar, bem como o uso do auditório para as reuniões. A representação da COIAB e do CIR em Brasília encaminhou toda essa negociação com a Casa Civil e a Secretaria Geral. No dia 10 de maio, às 14 horas, um micro-ônibus foi até o hotel apanhar as lideranças, que agora já eram 32 pessoas, além dos convidados das entidades de apoio. A audiência começou pontualmente às 15:00h.

O cerimonial foi organizado da seguinte forma: Jecinaldo Saterê-Mawé apresentou as lideranças; pela região norte falou Jacir Macuxi, coordenador do CIR; pela região nordeste, Maninha Xucuru-Kariri, coordenadora da APOINME; pela região Sul, Rildo Kaingang; pelo centro-oeste, Ramão Terena; como representante dos parlamentares indígenas, falou Agnaldo Pataxó, que era vereador pelo PT em Pau Brasil, na Bahia; e como representante das lideranças tradicionais do movimento, deveriam falar um cacique e um pajé, respectivamente, Akiabôro Kaiapó e Davi Kopenawa Yanomami. Jecinaldo entregou o documento que o movimento indígena em dois dias de conversa elaborou, de acordo com suas demandas históricas, o presidente Lula da Silva falou em seguida e por último, a homenagem ao presidente: a entrega, por Dourado Tapeba, de um cocar tradicional.

Aqui cabe uma digressão para comentar: O teto de tempo da audiência estourou logo, pois nenhuma das lideranças falou dentro dos 4 minutos que lhes foram destinados; o grande e ilustre líder Davi Yanomami foi impedido de falar, criando constrangimento e uma certa tensão entre as lideranças, por conta das pressões dos

assessores presidenciais em virtude do tempo, pois queriam encerrar logo o evento; Lula tinha avisado anteriormente sua assessoria, que não colocaria o cocar que os índios lhe entregariam³³. Sabedores disso, Dourado Tapeba foi mais rápido e depositou o cocar em Lula, num momento de distração deste. Ele aceitou, um tanto constrangido, mas impediu qualquer registro fotográfico. A audiência encerrou-se, com algumas lideranças abraçando o presidente. Outras dando-lhe as costas, porque, afinal de contas, a frustração do movimento indígena era tamanha, naquele encontro em que o presidente Lula, junto com seu staf de assessores ministeriais e diante de tão graves questões apresentadas, pediu *paciência* aos representantes da ancestralidade do país.

Para o bloco histórico e suas frações de classe que se fazem presentes na estrutura estatal, a movimentação dos povos indígenas pode soar ameaçadora, diante da necessidade do capital de acumulação de bens, recursos naturais, incluindo aí, os relacionados à biodiversidade e a transformações destes em dinheiro, em lucros máximos possíveis no qual os territórios indígenas sempre foram fornecedores. Quem ganha tempo então, quando o dirigente máximo da nação pede paciência aos representantes de um dos grupos mais subalternizados da sociedade brasileira?

Uma outra pergunta feita é: como essa orientação mais ampla do sentido do capitalismo aparece por dentro do governo Lula da Silva, em seu primeiro mandato, envolvendo a luta pelos direitos indígenas e a manutenção de uma ação estatal que beneficiou os dominantes? Pois especialmente neste período foram verificados tanto movimentos de negociação e ruptura pela sociedade civil em relação ao aparelho estatal, como ações do bloco social e político dominante no estado para garantir sua hegemonia. É o que veremos melhor no capítulo três deste trabalho.

³³ Existe uma crendice popular em Brasília, de cunho preconceituoso, de que nenhum político deva colocar um cocar indígena, sob a pena de perder o mandato, ou cargo que ocupe. Essa ação pode atrair má sorte.

5.9 Imagens e Fontes

6. Capítulo III: O governo Lula, a Funai e os povos indígenas em movimento

Analisando o texto “*O papel do governo Lula e do PT na estabilização das instituições e da hegemonia*”, onde consta boa análise teórica sobre o período e falando do governo Lula, suas políticas e sua imagem pública, diz Almeida:

“o governo Lula foi eleito para mudar a política econômica e a situação social do país, mas a continuidade da política anterior passou a ser sua principal característica em 2003. Por outro lado, as políticas sociais acabaram sendo focalizadas e essencialmente compensatórias. Apesar disto, a imagem do governo, no seu primeiro ano era principalmente positiva e muito semelhante à de FHC no seu primeiro ano de governo. 2004 se inicia com uma tendência de queda nas avaliações do governo (...) 2005 trouxe de volta notícias negativas na economia, que voltou a concretizar baixos índices de crescimento, mantendo-se uma política social compensatória (...) além disso, o segundo semestre foi palco da crise do chamado ‘mensalão’. Em 2006, apesar da manutenção da macropolítica econômica, a pequena melhora do crescimento do PIB acabou ajudando a criar representações sociais favoráveis à reeleição de Lula”.(Almeida, 2008, p.15).

Ajudada por essa reflexão, quando o autor diz que “*Lula foi eleito para mudar a política econômica e a situação social do país*”, observo que, ao meu ver, esse foi um pensamento e uma vontade geral da população. Ou seja, os dominados, os subalternos acreditaram que o governo Lula foi eleito para implementar mudanças profundas na sociedade. Era um sentimento generalizado na sociedade. E os povos indígenas também acreditaram nisso. Esse também era o pensamento de grupos mais à esquerda dentro do Partido dos Trabalhadores (PT), que colocando à frente a trajetória histórica do partido, não podia deixar de atender demandas como a defesa e as lutas em favor do “povo”. Entretanto, para viabilização da vitória de Lula da Silva na campanha de 2002, se configurou um alinhamento do partido e de seus dirigentes ao bloco de poder pré-existente, mudando toda a compreensão de que transformações profundas aconteceriam. A aliança eleitoral com o PL (Partido Liberal)³⁴, por exemplo, demonstrou de forma clara que o pacto político realizado traria muitas decorrências à manutenção das forças que sustentariam o governo.

³⁴ No Anexo deste trabalho consta a íntegra do documento “Compromisso com os Povos Indígenas”. No final, na parte do expediente, todos os envolvidos na elaboração da campanha Lula da Silva estão lá citados. E entre outros, está lá o nome de Valdemar da Costa Neto, deputado federal do PL, condenado no julgamento do “Mensalão” em 2013.

Na verdade, Lula e seu partido se inseriram no bloco histórico dominante na sociedade e no estado, realizando o que Almeida (2008) chama de “*uma reconfiguração e estabilização da hegemonia política burguesa no Brasil*”, onde se justificaram as políticas neoliberais refletidas nos índices e andamento da política macro-econômica do governo. Portanto, o anseio e a esperança de mudanças, seja da política econômica ou da vida social, pensada pela parcela majoritária da população foram frustrados. A generalização das transformações sociais ficaram restritas ao discurso. Enquanto que, aqueles que compartilham do poder no bloco histórico dominante, fizeram acordos, pactos, conchavos, compromissos entre si e com quem quisesse e demarcaram a trajetória da era Lula da Silva na sociedade brasileira.

Muitos estudiosos e analistas do período compartilharam essas impressões a respeito das características que o governo Lula da Silva assumiu dentro da máquina estatal: ao chegar ao poder, ele não construiu uma outra hegemonia, depois de uma vitória eleitoral mediante a uma instabilidade da hegemonia burguesa crônica, mas adentrou à lógica burguesa: Lula da Silva fez os desejos do bloco de poder acontecer, pois foi cooptado pelo bloco burguês, mediante o que Gramsci chama de “transformismo político”, ou seja, “*um método para implementar um programa limitado de reformas, mediante a cooptação pelo bloco no poder de membros da oposição*”.(Cadernos do Cárcere, 2003, v.3, p.396).

No programa de reformas neoliberais do governo Lula da Silva, esse sim de mudança profunda de princípios e de ideologia do que fora o PT, verificou-se a manutenção de uma política econômica estatal de caráter neoliberal, que favoreceu a realização de grandes obras de cunho desenvolvimentista, estabeleceu um discurso conservador no que diz respeito a minimizar o conflito entre classes, principalmente por implementar uma política, onde no geral foi implementada a retirada de direitos dos de baixo e no campo internacional submeteu-se aos interesses monopolistas das grandes potências. Como já foi dito, Lula “*deixou fluir uma hegemonia pré-existente à sua chegada ao governo*”.(Almeida, 2008). Esse conjunto de características sobre o *modus operandi* do governo Lula ao se instalar no poder do estado e sobre qual tenho acordo, são importantes para nortear os caminhos analíticos ao se observar empiricamente a decorrência dos acontecimentos envolvendo os povos originários e suas entidades do movimento indígena nacional.

Como então esse conjunto de mudanças foi percebido e recebido pelos povos indígenas e seus aliados? Que caminhos tomou a política indigenista estatal na era Lula da Silva diante de uma conjuntura de continuidade da política neoliberal “herdada” de FHC?

Para responder essas questões é preciso que se volte um pouco no tempo para perceber como se deu a movimentação dos vários atores sociais, ainda no período da campanha eleitoral de Lula da Silva e de como o órgão indigenista estatal (FUNAI) reverberou as mudanças iniciais ocorridas na troca de gestão.

6.1 A campanha de Lula chega a Manaus, AM: encontro com os índios

O período eleitoral teve início no ano de 2002 e trouxe novas perspectivas de participação para as populações indígenas, pois o candidato Luiz Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores (PT), já alcançava um certo reconhecimento por parte de um grupo de lideranças indígenas, já ambientadas com os processos eleitorais, bem como por algumas entidades do movimento, afinal, Luiz Inácio Lula da Silva havia sido deputado constituinte, tendo participado daquelas lutas que foram muito significativas para o período. Com o início da campanha para a presidência da república, o candidato percorreu quase todo o país, estabelecendo alianças e buscando eleitores e apoiadores. Esse movimento criou, por sua vez, para o conjunto dos povos indígenas e suas entidades, uma nova possibilidade de apresentar suas demandas, discutir questões específicas dos povos e contribuir para visibilizar novamente a luta do movimento indígena, que estava vivendo um período “siberiano” na sua autoconstrução, por conta de várias questões, inclusive os acontecimentos de abril do ano de 2000 na Bahia³⁵.

Com a campanha na rua, todas as engrenagens partidárias (as secretarias do PT) intensificaram seu trabalho de construção e sustentação da candidatura de Lula. A discussão da temática indígena, neste momento, era coordenada pela Secretaria Nacional de Movimentos Populares (SNMP-PT). A assessoria desta secretaria entrou em contato e articulou vários setores sociais ligados à questão indígena, para criar uma atividade de campanha exclusiva de Lula com os povos indígenas. Muitas reuniões

³⁵ Me refiro à Conferência dos Povos Indígenas realizada em Coroa Vermelha, na Bahia, no ano de 2000, em meio ao Movimento “Outros 500”, tema já tratado no capítulo II deste trabalho.

foram feitas³⁶, até no sentido de convencer os dirigentes majoritários petistas de que era importante garantir atividades de campanha diferenciadas com vários setores da sociedade civil e a partir disso, elaborar documentos de compromisso do candidato com estes setores. E nessa perspectiva, uma agenda de campanha com os índios foi se consolidando. Até aqui, parece que se mantinham os princípios partidários e a preocupação com a inclusão de todos os segmentos sociais num eventual futuro governo.

Em 23 de agosto de 2002, Lula e seus assessores desembarcaram em Manaus, para um encontro com a COIAB, a organização local que tentava liderar as ações de âmbito nacional, motivada pelo processo eleitoral. É importante dizer que COIAB acabava de passar por uma reestruturação de seus quadros, após um período de intervenção por conta de denúncias de malversação de recursos. Esta intervenção foi realizada por uma comissão composta de outras organizações indígenas de base, também da Amazônia. Portanto, nesse momento esta entidade do movimento indígena organizado também enfrentava dificuldades internas na sua auto-construção.

O lugar escolhido para a atividade foi o auditório do Parque do Mindu, lugar agradável e de natureza exuberante. Foram garantidas as falas das lideranças indígenas e de Lula e, ao final foram entregues ao candidato documentos com as demandas específicas dos indígenas para a construção de uma nova política indigenista para o estado brasileiro. Evento com tempo marcado (1 hora), registrado pelas câmeras de Duda Mendonça, o marqueteiro da campanha, mas que não utilizou nenhuma das imagens captadas, ao longo dos programas eleitorais, por ter faltado “o exótico colorido dos índios”.

Nos bastidores deste evento, entretanto, muita coisa aconteceu. Um exemplo disso foram as ameaças de cancelamento da atividade por parte da direção de campanha do Partido dos Trabalhadores, por entender que era impossível chegar a um *consenso* no meio indígena em termos de propostas para um futuro governo³⁷, bem como o encarecimento de uma atividade que envolvia deslocamentos, alimentação, hospedagem de indígenas e seus apoiadores para o estado do Amazonas. O movimento

³⁶ Para essa análise, contei com um acervo de fontes documentais da SNMP-PT, bem como, com cadernos de registros e atas das reuniões realizadas, além de registros fotográficos.

³⁷ Esse é um argumento muito utilizado por inúmeras frações de classes anti-indígenas por dentro e fora do estado que responsabilizam os povos indígenas por sua dificuldade em alcançar consensos. Aí estão embutidos velhos preconceitos de origem étnica e tutelar.

indígena, por encontrar-se num momento de fragilidade política, principalmente na relação com seus aliados históricos, como por exemplo o CIMI, por conta dos acontecimentos registrados na Conferência Indígena em Coroa Vermelha na Bahia e já tratados aqui no capítulo II. Outras entidades como o ISA, o CTI (Centro de Trabalho Indigenista) e a própria Funai mantinham-se cautelosos em apoiar grandes atividades propostas pelas entidades e associações do movimento indígena formal, em especial as que envolviam agremiações partidárias. Ainda era presente entre os indígenas a crítica que mesmo estando próximos aos índios e discutindo cotidianamente a questão indígena, por muitas vezes, as entidades indigenistas se proclamavam os interlocutores por excelência, e em alguns momentos na história destas entidades, cometeram o equívoco de “falar em nome dos índios”. Essas entidades, nesse momento estavam numa linha crítica, em relação à atuação das organizações indígenas, que estavam às voltas com problemas internos gerados por várias questões, entre elas, aquelas ligadas à erros em prestações de contas dos projetos de manutenção das organizações indígenas.

A COIAB queria uma agenda exclusiva com Lula. Outras lideranças indígenas que não estavam ligadas às organizações regionais também queriam encontrar Lula. As ONG's indigenistas olhavam a situação com um seguro distanciamento, avaliando cada passo dessa construção de agenda. Mas queriam estar presentes como observadores. E outros setores do próprio PT, desconfiavam do sucesso da articulação da SNMP para a questão indígena. Como se pode ver, a negociação e a possibilidade do conflito iminente estavam o tempo todo presentes nesta relação dos não-índios com os representantes dos povos indígenas, onde cada qual dispunha de um tanto de intenções e interesses diferenciados neste encontro.

Como a atividade foi bem sucedida, acabou por ser um elemento de fortalecimento para todos os envolvidos, que se motivaram em dar continuidade ao processo de intervenção na campanha, construindo um consenso nas idéias (enfim!) que iriam nortear um documento escrito, onde Lula se comprometeria em transformar a política indigenista do estado, caso eleito.

6.2 Um documento e muitas mãos: *Compromisso com os Povos Indígenas do Brasil*

Passada a única atividade de campanha de Lula da Silva com os índios, a luta agora era garantir a publicação da síntese de todos os documentos recebidos pela equipe diretiva de campanha, tanto na atividade realizada em Manaus, como pelas lideranças indígenas “avulsas”, preocupadas que estavam com esse momento importante da conjuntura nacional. As entidades indigenistas, percebendo a seriedade destas movimentações, também se interessaram em dialogar mais com a articulação petista, no caminho de contribuir na composição do documento-síntese.

Muitas reuniões, estudos, consultas às lideranças indígenas e indigenistas e conversas foram realizadas para que se formatasse um documento que apresentasse um consenso entre as principais questões que envolviam a temática indígena e a elaboração de uma nova política indigenista para o estado brasileiro. Depois desse processo de elaboração a várias mãos, chegou-se a um texto que apresentava, na primeira parte, um diagnóstico (situação fundiária dos povos, legislação, direitos, violência, saúde, educação e uma análise preliminar da FUNAI), e na segunda parte, o que se chamou de *“Novas diretrizes e pontos programáticos propostos para uma política democrática em relação aos povos indígenas no Brasil”*, onde muitos pontos foram propostos, entre os quais destaco: que fosse feita uma ampla consulta aos povos numa conferência nacional indígena, para de fato, demarcar uma radical mudança na política indigenista estatal; que se apoiasse o fortalecimento e a autonomia das organizações indígenas; que se criasse um Conselho Superior de Política Indigenista, com significativa participação indígena e com apoio do Ministério Público Federal capaz de supervisionar e propor ações para a política indigenista oficial. Diz um trecho do documento:

“Nesse sentido, faz-se imprescindível difundir o debate sobre as questões e propostas de diretrizes, e assim construir um processo incluyente em que os Povos Indígenas e outros setores interessados possam aprofundar e consolidar bases maduras e plenamente democráticas para a nova política indigenista brasileira, em evento – Conferência Nacional de Política Indigenista, precedida de discussões nas aldeias indígenas – que deverá ocorrer, de preferência, no primeiro ano do novo Governo”.(*Compromisso com os Povos Indígenas, Coligação Lula Presidente, setembro, 2002, p.12*).

Estas questões que foram sintetizadas no documento eram de fato muito avançadas, em se tratando da política oficial do estado para os povos indígenas, que sempre teve caráter tutelista e assimilacionista. Na proposta de campanha de Lula, a intenção era construir um “*novo modelo político, social e econômico para o país*”, dizia Antonio Palocci (que era dirigente petista, tornou-se ministro)³⁸ na apresentação do documento, onde a questão indígena era um aspecto importante na transformação da sociedade. Não foi à toa que em torno desta proposta, muitos se debruçaram. Afinal, era de fato inovador o aparelho estatal propor uma consulta ampla aos povos e sobretudo, reconhecendo a autonomia das organizações indígenas neste processo.

Com o texto na mão, com as lideranças indígenas e indigenistas em acordo, com a referência da boa atividade de campanha realizada em Manaus, a publicação definitiva do documento ainda demorou um pouco, pois começou a esbarrar nos entraves políticos que uma proposta avançada como essa causou no conjunto de forças que controlavam a campanha majoritária de Lula da Silva. O chamado “núcleo duro petista” da campanha, composto por Antônio Palocci, José Dirceu, o próprio Lula, José Genoíno, Luiz Dulci, Luiz Gushiken, Paulo Okamoto, entre outros, desconfiou do sucesso que a articulação dos setores sociais ligados às questões indígenas alcançou, por via da Secretaria de Movimentos Populares. Decidiram então implementar ações mais restritivas, ou seja, diziam que era melhor publicar um panfleto, com parte do documento, com a desculpa de não onerar ainda mais os custos (já altíssimos) da campanha. Duda Mendonça, que tinha apoiado a idéia de uma atividade de Lula com os índios, por conta de boas imagens que poderia utilizar nos programas de TV, como já disse, não se interessou pelo material coletado; ou seja, todos os demais setores sociais (mulheres, negros e negras, juventude, cultura, educação, transporte, saúde, pessoas portadoras de deficiência, economia), que foram mobilizados durante a campanha e elaboraram seus documentos, foram contemplados com a publicação-padrão, que consistia em um caderno com as demandas específicas destes setores.

Foi necessário realizar uma certa pressão por parte dos setores pró-indígenas de dentro do partido, ao núcleo de poder da campanha. O Secretário Nacional de

³⁸ O mesmo Antônio Palocci, ministro da Fazenda, depois foi afastado do governo sob acusação e comprovação de corrupção e formação de quadrilha, além de escândalos sexuais, sendo denunciado por um trabalhador humilde, um caseiro da mansão em Brasília aonde aconteceram os episódios posteriormente relatados.

Movimentos Populares chegou a enviar uma carta a todos os dirigentes da campanha petista, assim se referindo à situação:

“Não estou entendendo o que está acontecendo em relação ao programa dos indígenas. Inicialmente a idéia era termos um programa de governo sobre a questão indígena. Desenvolvemos o processo mais amplo possível, diante de nossa inadimplência com a questão e da inexistência de um setorial funcionando. E realizamos um encontro nacional que aprovou diretrizes programáticas gerais consensualmente; estimulou muitos companheiros e companheiras indígenas e indigenistas(...) Depois em conversa com Dulci, que vinha acompanhando todo o processo, este ponderou que seria melhor apresentar o documento na forma de uma carta compromisso de Lula. Fizemos todo o esforço para preparar a entrega do documento, em ato formal e público, o que foi realizado em Manaus. Agora somos informados pela companheira Clara Ant que teremos apenas um folheto em forma de folder.(...)No ato de Manaus, Lula não fez nenhuma referência ao documento programático dos petistas.(...) Isto foi notado como incompreensível pelos companheiros e companheiras que participaram de sua elaboração. Agora surge a idéia de abandonar o documento em troca de um folheto. O motivo desta minha carta é o de solicitar que seja mantida a publicação integral do documento, conforme vínhamos encaminhando, agregando a ele os outros textos que as lideranças indígenas entregaram a Lula em Manaus”.(Secretaria Nacional de Movimentos Populares – PT, 16 de setembro de 2002)

Como se pode notar, as movimentações e decisões da campanha presidencial de Lula da Silva estavam subordinadas a um núcleo dirigente que era alvo de críticas por parte de outros grupos partidários que estavam mais próximos aos setores sociais subalternizados; estes, por sua vez, pressionavam e demandavam o partido para que se cumprissem os compromissos de campanha. Assim como o estado e a sociedade civil, o partido político (que faz parte dela) também é atravessado por lógicas e interesses diferenciados, revelado aqui, nas divergências a respeito do entendimento da questão indígena. Desde essa época, já se configurava na instância partidária petista portanto, um pensamento que via a questão indígena e a busca de soluções para ela, através da elaboração de uma política indigenista estatal transformadora, como algo muito complexo.

Depois de mais consultas, debates e reuniões, bateram o martelo e finalmente publicaram o documento bastante progressista intitulado *“Compromisso com os Povos Indígenas do Brasil”*. Ficou evidenciado, entretanto, mais um sinal de que este grupo, vencedor das eleições e que chegou ao poder de estado, pretendia ser um controlador

absoluto do processo de transformação social que a sociedade civil, no caso a parcela indígena, suas entidades e seus apoiadores, gostaria de ver implementado com a chegada de Lula da Silva ao governo. Em setembro de 2002 foi finalmente publicado o “*Compromisso...*”, com uma tiragem de 2000 exemplares³⁹, distribuídos às organizações indígenas, indigenistas, apoiadores e demais membros da sociedade. Um documento histórico, que desde o seu nascedouro, foi marcado pelos vieses da diversidade étnica, da política e das diferentes visões de mundo aí envolvidas.

6.3 Uma transição em grande estilo

Lula da Silva vence as eleições e assume o poder, daquilo que se chamou governo de transição. Foi montado um escritório que funcionava na Fundação Cultural Banco do Brasil, em Brasília, para que se realizassem as centenas de reuniões e acordos políticos entre os membros do governo FHC, que saía e a equipe de Lula, que começava a ser montada. Mas não era só isso. Todos os setores sociais que foram mobilizados durante a campanha, também deram continuidade no acompanhamento das questões propostas e no seu encaminhamento, diante da vitória do candidato petista.

Para a questão indígena foram escolhidos como coordenadores Márcio Meira, antropólogo paraense e Gilney Viana, parlamentar do MT, ambos quadros petistas e responsáveis, respectivamente pela articulação e elaboração pelos documentos de campanha da Cultura e do Meio Ambiente. Eles convocaram lideranças indígenas, indigenistas, profissionais acadêmicos, organizações e entidades indígenas, para debater e fazer um balanço e uma condensação dos principais documentos recebidos durante o processo político eleitoral e imediatamente posterior à vitória. Foram reunidos uma série de 15 documentos, oriundos dos mais diversos setores que compuseram o debate indígena, que cito a seguir:

1. Compromisso com os Povos Indígenas – Programa de Governo Lula;
2. Documento da COIAB - entregue ao candidato Lula em Manaus;

³⁹ Como se trata de um documento esgotado, achei importante ele estar na íntegra ao final do trabalho como anexo.

3. Plano de Ação e desenvolvimento para as comunidades indígenas – Davi de Oliveira Terena;
4. Proposta de Decreto – Abaixo assinado de índios Xinguanos encaminhada por Ianaculá Rodarte e Guiomar de Melo;
5. Por uma terra sem males – propostas iniciais para a política indigenista do Governo Lula – CIMI;
6. Carta ao presidente eleito – Sebastião Manchineri (coordenador geral da COICA);
7. Ao Conselho Indigenista – Documento da ABA (Associação Brasileira de Antropologia);
8. Resultados do Seminário “Índios e Parlamentos” – Brasília, 18 e 19 de novembro de 2002;
9. Propostas Básicas para a Transição e o Governo Lula sobre políticas relacionadas aos Povos Indígenas – Setorial Indígena/SNMP/PT;
10. Proposta Indígena – grupo de lideranças indígenas participantes do seminário “Índios e Parlamentos”;
11. A Nova Política Indigenista que queremos – documento manifesto dos trabalhadores da causa indígena. Grupo de funcionários da FUNAI;
12. A Construção do Subsistema de Saúde Indígena no Brasil – COIAB, CUNPIR, URIHI, OPAN e outras 9 organizações indígenas;
13. Propostas para os 100 primeiros dias do governo. Saúde Indígena – UNIFESP;
14. Documento Final da Pré Bienal dos Povos Indígenas das Américas;
15. Uma proposta de Direitos e Políticas Públicas para as Mulheres Indígenas – Documento do Encontro de Mulheres Indígenas realizado em Brasília, em novembro de 2002.

Como se pode notar, a equipe de transição recebeu documentos de setores amplos da causa indígena e indigenista, de diferentes naturezas, composições e

matizes políticos. Em uma análise inicial destes textos, evidenciou-se a recorrência de temas comuns em todos os documentos, como por exemplo: o encaminhamento para a aprovação do novo Estatuto dos Povos Indígenas; a efetivação imediata da homologação/regularização das terras indígenas demarcadas; a reestruturação e fortalecimento do órgão indigenista oficial; a promoção e valorização dos profissionais indigenistas; o fortalecimento do movimento indígena e a ênfase para programas de etnodesenvolvimento e segurança alimentar dos povos.

Ou seja: o movimento indígena e suas várias instâncias e segmentos aliados se mobilizaram realmente para propor, discutir e participar, do que para eles, seria o governo da diferença em relação à história do relacionamento entre povos indígenas e o estado brasileiro. Os responsáveis pelo grupo de trabalho indígena também deixaram por escrito seus compromissos:

“Diante deste quadro constitucional o novo Governo se propõe a dialogar diretamente com os povos indígenas através de suas lideranças, legitimadas segundo seus costumes, para discutir, pactuar e implementar a nova relação entre esses e o Estado”.(Relatório Executivo do Grupo de Trabalho Questão Indígena/FUNAI, Brasília, dezembro de 2002. p.1).

E assim a transição do governo FHC para o governo Lula se fez, com gestos mútuos de cordialidade, compromisso, de esperança de mudanças significativas e sobretudo, com o discurso por parte das novas forças políticas que chegaram ao poder, de que a consulta e a boa recepção aos anseios e demandas dos povos indígenas e seus apoiadores seriam a partir daquela data, a marca, o símbolo do novo governo da mudança.

O escolhido para presidir a FUNAI na nova gestão estatal (início de 2003) foi o indigenista e jornalista Eduardo Almeida⁴⁰, que em sua trajetória profissional, sempre defendeu os processos políticos inclusivos para os povos indígenas. No seu discurso de posse, ratificou que aquele precisava ser um novo tempo para o órgão indigenista estatal, pois:

⁴⁰ Eduardo Aguiar Almeida também foi membro fundador da Sociedade Brasileira de Indigenistas (SBI) e participou da ANAÍ (Associação Nacional de Apoio ao Índio). É natural do Rio de Janeiro. Na década de 1980, como técnico indigenista, foi servidor cassado da Funai. Depois de um longo processo, obteve a anistia, atuando posteriormente como assessor da presidência da Funai no ano de 2000; foi também consultor no Ministério do Meio Ambiente. (Fonte: www.sociambiental.com.br).

“Tratar os povos indígenas, de fato como etnias, conforme já prevê a Constituição Brasileira desde 1988, será uma baliza, base da mudança que tanto desejamos. Tanto a legislação ordinária como, sobretudo, o dia-a-dia das políticas e dos procedimentos reais do Estado em relação aos povos indígenas precisam o quanto antes, ajustarem-se ao que preconiza a Constituição e a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), um órgão das Nações Unidas (...) Consolidar uma nova política – de forma amplamente democrático-participativa, incluindo a realização de uma Conferência Nacional a curto-médio prazo(...) Da mesma forma, entendemos que o Estado deve apoiar as articulações e iniciativas políticas e organizativas dos povos indígenas, reconhecendo e garantindo assim uma interlocução e um protagonismo indígena perante a Comunidade Brasileira.(Discurso de posse de Eduardo Almeida, Auditório da Funai, 04 de janeiro de 2003).

Sintetizo aqui neste trecho escolhido, três aspectos bastante relevantes no que diz respeito a essa nova perspectiva da condução da questão indígena já apresentada no documento da campanha presidencial: o presidente da Funai ao tomar posse expressou a preocupação em consolidar uma nova política onde as principais referências seriam a Constituição Brasileira e a Convenção 169 da OIT, que apontasse para o diálogo com as organizações indígenas plenamente reconhecidas pelo órgão indigenista e que este se preocuparia em realizar uma conferência nacional dos povos. Ou seja: uma mudança bastante radical em todos os pressupostos que até então tinham conduzido a política indigenista do estado brasileiro, que sempre se pautou primeiramente pelos processos de emancipação, integração, passando pela constituição da ação tutelar do estado por sobre os índios, chegando até as políticas de enfrentamento e cooptação de líderes. Os primeiros discursos e ações do novo governo da FUNAI apontavam para uma virada importante de página na história do indigenismo estatal, onde o aspecto que se destacou foi uma sinalização para o diálogo permanente com as organizações formais do movimento indígena.

Mas as mudanças que pretendiam ser imediatas, foram prejudicadas pela intolerância dos segmentos anti-indígenas atuando por dentro e por fora do estado, que fomentaram um processo de desestabilização da gestão de Eduardo Almeida à frente da FUNAI: como ele tinha, por um lado, o apoio de entidades indígenas e indigenistas, por outro lado, foi perdendo apoio dentro do Ministério da Justiça e dentro da Casa Civil, exatamente por considerar que medidas extremas deveriam ser tomadas em relação aos direitos territoriais indígenas, entre outros aspectos, o que ocasionou um enorme desconforto nos setores sociais ligados ao latifúndio, a monocultura agro-

exportadora (também chamada de agro-negócio), os lobbys dos grandes mineradores e madeireiros, estes historicamente interessados nos lucros obtidos com o garimpo e a retirada ilícita de madeira dos territórios indígenas.

As pressões políticas da classe dominante e nesta, os setores anti-indígenas da sociedade, provocaram as transformações que puderam ser sentidas nas várias ações do governo que sinalizaram para uma reorganização das diretrizes da política indigenista estatal: redução do orçamento da Funai; a falta de apoio da bancada petista ao processo de “fritura” que o presidente Eduardo Almeida cotidianamente sofria dentro do Congresso Nacional pela bancada ruralista, as declarações públicas na mídia acerca da insatisfação de Marcio Thomaz Bastos com sua gestão e na Casa Civil, as cobranças para que a Funai oferecesse ao estado uma pauta “positiva” ao estado, marcada pelas divergências internas, momentos de tensão⁴¹ e a falta de entrosamento na nova equipe diretiva, composta por profissionais liberais, indigenistas de carreira, antropólogos, indígenas. O último ato de fôlego para tentar se manter na gestão, foi a organização do seminário interno da Funai, “*Por uma nova política indigenista*”, que reuniu lideranças indígenas e suas organizações do movimento social, entidades indigenistas, antropólogos, indigenistas de carreira, estudantes, vindos de todo Brasil para diagnosticar os principais problemas e elaborar propostas que efetivassem as mudanças que estavam propostas em pauta.

Este seminário da Funai foi realizado nos dias 22, 23 e 24 de julho de 2003, nas dependências da Escola Fazendária em Brasília-DF e teve por objetivo construir mecanismos de ação que possibilitassem a realização da I Conferência Nacional de Política Indigenista – compromisso de campanha do Governo Lula para com os Povos Indígenas – a partir de acordos e compromissos entre os diversos atores envolvidos na questão. Participaram aproximadamente 120 pessoas, entre lideranças e representantes de organizações indígenas; representantes de organizações não governamentais envolvidas com a questão indígena; e representantes da Funai e de outras instituições públicas envolvidas com políticas para a população indígena. A programação do seminário contemplou dois dias de trabalhos em grupo, tendo como temas: a) Desenho

⁴¹ Entre esses momentos destaco uma “xavantada”, aquele em que um grupo de xavantes pegou o presidente Eduardo Almeida e o forçou a descer as escadas levando-o até a rua, “destituindo” simbolicamente sua autoridade do comando do órgão indigenista. No mesmo instante, um outro grupo xavante o levou de volta ao gabinete da presidência. Mas o abalo na imagem do presidente já havia sido feito. E um outro episódio bastante grave foi o incêndio na Loja Artíndia, que ficava no térreo do prédio, e que pela investigação preliminar da época, ao que tudo indica, teria sido criminoso.

da Conferência Nacional de Política Indigenista, no dia 23/07; b) Constituição de Parcerias, no dia 24/07. A tudo isso se seguiu a Plenária Final.

O seminário, bem preparado pela equipe de Eduardo Almeida, mostrou-se muito dinâmico e bastante objetivo, contando com a coordenação de uma facilitadora, especialmente contratada para a função. Estavam ali reunidos lideranças dos diversos grupos sociais que possuíam alguma interface com os povos indígenas: além dos próprios povos originários, estavam indigenistas de carreira e servidores da Funai, antropólogos da UNB e membros das entidades indigenistas, como Cimi, ISA, INESC, representantes de ministérios, entre outros.

O seminário foi pautado nas seguintes questões: “quantas devem ser as conferências preparatórias? Quais devem ser os critérios de participação? Como deve ser a mobilização para garantir uma participação ampla? Quais devem ser os grandes temas discutidos? Como se dará a consolidação de parcerias para a realização da conferência?”⁴² Ou seja: o seminário, ao chegar ao final, tinha um desenho de toda conferência, bem como definiu os caminhos, os parceiros, a operacionalização de todo o processo.

Mesmo com todo esforço da equipe diretiva e o sucesso da empreita, que produziu um detalhado relatório final, no último dia do seminário, em evento público, o então chefe de gabinete do Ministério da Justiça, Sérgio Sérvulo, anunciou que haveria uma mudança no comando do órgão indigenista estatal para breve, deixando toda a platéia surpresa. A trajetória de Eduardo Almeida como presidente da FUNAI, iniciada em 03 de fevereiro de 2003, terminou em 15 de agosto deste mesmo ano, depois de breves 6 meses e 12 dias de gestão. Em entrevista concedida após sua saída, atribuiu sua demissão às fortes pressões de setores anti-indígenas da política nacional, citando diretamente os senadores Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), Romero Jucá (PMDB-RR) e dos governadores Blairo Maggi (PPS-MT), Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE) e Luiz Henrique da Silveira (PMDB-SC).

A substituição ainda levou um tempo para ser costurada com os novos aliados do governo Lula e os partidos de sua base de apoio. O nome escolhido foi de Mércio Pereira Gomes, antropólogo, ex-diretor do IPARJ (Instituto de Pesquisas

⁴² Relatório do Seminário “Por uma Nova Política Indigenista”. Funai, 22 a 24 de julho de 2003 realizado na Escola Fazendária em Brasília, DF.

Antropológicas do RJ), membro efetivo do diretório estadual do PPS (pertencente à base de apoio de Lula da Silva) e que tinha publicado um artigo à época contendo críticas ao PT e ao governo Lula. Por mais incrível que possa parecer, este foi o presidente que ficou à frente do órgão estatal por 3 anos e 6 meses, um tempo relativamente longo, se observarmos a histórica inconstância do cargo. No dia de sua posse, em evento restrito realizado no Ministério da Justiça, houve protestos de um grupo de lideranças do movimento indígena que reivindicavam a revisão da nomeação de Mércio Gomes e a substituição por uma liderança indígena.⁴³

Mércio Gomes em seus discurso de posse, se disse “*honrado em chegar em tão almejado cargo, o ápice da carreira que um antropólogo pode almejar*”(Vianna, 2003)⁴⁴. Elogiou os antigos indigenistas e sertanistas, especialmente o trabalho dos irmãos Vilas Boas e se referiu ao Brasil, como um país que tem uma longa história de honra, ao compromisso de incluir o índio na nacionalidade, que remeteria, não apenas à agência precursora da Funai — o republicano Serviço de Proteção aos Índios (SPI), de 1910 —, mas a políticas, leis e preocupações que começaram a se instalar ainda no período monárquico de Dom Pedro II. Pelo teor de suas primeiras declarações, se percebeu que uma outra tendência política assumia o poder no órgão estatal, valorizando elementos e ações de um indigenismo bastante questionado, ultrapassado até, passível de inúmeras críticas por parte do movimento indígena, como já esbocei aqui anteriormente.

Todos esses acontecimentos, falas, conflitos, tensões, momentos distintos da história do indigenismo oficial no Brasil, ocorridos na troca de presidentes da FUNAI em 2003, são detalhes que ajudam a compreender como se deu explicitamente a mudança de rumos da política indigenista do governo Lula da Silva, passando de um discurso de compromisso e transformação social e até de algumas poucas sinalizações positivas para os povos indígenas no que se refere aos seus direitos políticos conquistadas com muita pressão, para um completo distanciamento proposital de ações inclusivas e resolutivas, em relação aos principais problemas enfrentados pelos povos indígenas e seu movimento social organizado. Eu diria mais: o governo Lula da

⁴³ O nome de Antônio Apurinã, que exercia o cargo de Diretor de Assistência da gestão de Eduardo Almeida ganhou força após a demissão deste último. As entidades indígenas organizadas fizeram alguma movimentação para instalar na presidência da Funai o primeiro indígena, mas não obtiveram resultados significativos.

⁴⁴ Fernando Fedola Vianna, assessor do Instituto SócioAmbiental à época, escreveu artigo no site do ISA sobre a cobertura da posse de Mércio Gomes. www.socioambiental.com.br

Silva expressando os interesses da classe dominante sinalizou em definitivo como dirigente majoritário, que as classes dirigentes é que comandaram o seu governo. A direção foi da classe burguesa, onde Lula foi um agente dela. Naquilo que foi chamado de “garantia da governabilidade”, os povos indígenas viram amargar seu empenho e motivações em ver seus direitos constitucionais ampliados e até garantidos. Uma ameaça real e um duro golpe para os que acreditaram que a esperança venceria o medo.

6.4. FUNAI: diversidade de gentes, de interesses, de assuntos, de histórias...

A Fundação Nacional do Índio é uma das instituições mais emblemáticas que faz parte do aparelho estatal brasileiro. Um organismo institucional criado para ser responsável pela interlocução, o contato, o diálogo, a proteção dos povos indígenas no Brasil é de fato, relevante, merecendo ainda ser melhor estudado, com os aprofundamentos necessários para que se chegue próximo de sua essência, que ao meu ver, é profundamente marcada pela existência de múltiplas abordagens e experiências interétnicas. No órgão estatal existem vários interesses que disputam a FUNAI: os índios, os indigenistas, as pressões dos grupos econômicos de fora dela, que convergem, tensionam, enfim, vivenciam um embate de hegemonias, para saber quem detém o controle sobre o conhecimento de estado da população indígena no Brasil, tema este complexo, mas importante e estratégico para o país. Afinal, a questão indígena sempre foi uma questão importante para o estado.

É possível perceber também a partir de alguns acontecimentos de sua história recente, como esta instituição funcionou como um termômetro dentro do governo Lula da Silva em seu primeiro mandato, na verificação do caminho que foi escolhido pelo estado brasileiro para a manutenção de uma política indigenista com poucos avanços, no que diz respeito aos direitos políticos e sociais dos povos indígenas, dando prosseguimento à hegemonia burguesa neoliberal iniciada no governo anterior. O discurso inicial progressista de mudança não se sustentou, pois foram muitas as pressões para manter o órgão e a política indigenista estatal dentro do controle das forças anti-indígenas que dominam o capital nacional, dentro da sociedade civil e do próprio estado. Por isso que furar esse forte bloqueio, tem sido uma tarefa difícil para os povos indígenas e seu movimento organizado.

Mas, o que é a Funai? De onde ela se origina? Qual sua filosofia? Por que se teme, se ama, se apedreja a Funai, como uma Geni Indígena, que guarda em seu interior a redenção e a perdição dos que por ela passam?

Fazendo um breve recuo no tempo, podemos dizer que a Funai é herdeira direta do Serviço de Proteção aos Índios e Localização dos Trabalhadores Nacionais, criado em 20 de junho de 1910, por força de um decreto (8.072), cujos objetivos eram organizar a proteção aos índios e estabelecer regras para a localização dos trabalhadores nacionais que seriam os construtores de fato, do “Brasil Grande”. Como essência programática deste órgão indigenista estatal que nascia, estavam as seguintes regulações:

“o programa reunia os ‘Apontamentos’ de José Bonifácio, as suas experiências pessoais, a concepção positivista da história(...) Nele porém, há uma contradição evidente: propunha que os povos indígenas fossem tratados como nação, ao mesmo tempo em que deixava aberta a possibilidade de interferir na sua soberania territorial, transferindo-os de seu espaço natural, para outro concedido pelo governo” (Gagliardi, 1989, p.192)

Como já apontado em outra parte deste capítulo, no período de criação do SPI, houve muita agitação política na imprensa, orquestrada pelos positivistas que detinham o controle de muitos jornais e revistas republicanos, onde essas idéias circulavam. Também o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro foi palco destes debates a respeito do indígena, bem como o Apostolado Positivista do Brasil (fundado em 1881), a Sociedade de Etnografia e Civilização dos Índios, entre outros, que, ao analisar os acontecimentos da conjuntura, principalmente as violências cometidas contra as populações indígenas por conta das disputas territoriais, iam formulando também o conceito, a filosofia e a ideologia que fundamentaria a ação indigenista estatal.

Em meio a este quadro, a figura do então Tenente-Coronel Cândido Rondon ganhou força e prestígio, exatamente por sua atuação na construção das linhas telegráficas, oportunizando à Rondon e sua equipe de militares que adentravam nas áreas estratégicas do país, o contato com diversos grupos indígenas. Ele fez amizade com estes grupos, mediante a entrega de presentes industrializados (facões, painéis de alumínio, espelhos, etc), conseguindo provar que era possível levar o progresso adiante, sem fazer guerra ao índio. As autoridades republicanas prestaram atenção nele, e quando os muitos debates e discussões a respeito da criação de um órgão estatal

que cuidasse da questão indígena tomou corpo, o nome de Rondon foi o escolhido para chefia-lo. O SPI tinha como função:

“Respeitar e fazer respeitar as tribos indígenas, seus usos, costumes e tradições; proteger os índios dentro de seu próprio território; proibir o desmembramento da família indígena em nome da catequese e da educação, prática que separava os filhos dos pais; garantir as terras indígenas, sendo sua posse de caráter coletivo e inalienável; amparar pessoa do índio, assegurando-lhe todos os direitos previstos em lei e atribuindo-lhe deveres segundo seu estágio de aculturação ou de integração”(Demarquet, 1986, p.56)

Essa filosofia “rondoniana” (humanista-positivista, de espírito desbravador, nacionalista) foi capaz de atrair muitos adeptos que se lançavam às mais distantes regiões na tarefa da pacificação e defesa dos índios, vivendo entre eles, mas contrários às práticas de catequese e educação hegemônicas pela igreja católica, que retirava as crianças das famílias, para que estas fizessem seus aprendizados sobre a sociedade nacional de maneira mais “eficaz”. Os chamados sertanistas, como foram Roquete Pinto, Francisco Meireles, os irmãos Villas Boas (estes últimos, ganhando uma cinebiografia recente), entre outros, criaram uma cultura particular no trato com a questão indígena, enfrentando toda sorte de vicissitudes nos confins do Brasil, mas construindo experiências inimagináveis no contato com uma população indígena transpassada pela diversidade étnica. Não se pode esquecer que eles estavam à serviço dos interesses do estado sobre as populações indígenas. Os sertanistas, e posteriormente os indigenistas seus imediatos sucessores, colecionavam histórias incríveis de contato, na linha da pacificação, aculturação e integração das populações originárias à comunhão nacional, que viam seus dias de autonomia cultural e territorial ir desaparecendo aos poucos.

O SPI, entretanto, mergulhou no caos, dividiu-se, enfraqueceu-se pelas disputas internas ⁴⁵, falta de verbas, denúncias de corrupção e pela falta de pessoal qualificado para fazer cumprir a lei indigenista. A extinção foi o caminho escolhido pelas autoridades do estado, nessa época sendo governado pelos militares. Segundo João Pacheco de Oliveira (1998), a grande atuação do SPI, que foi durante muito tempo considerada como a idade do ouro da proteção oficial, nada mais realizava do que *“ante o choque das frentes pioneiras com os grupos indígenas, parece ter sido a*

⁴⁵ Essa me parece uma tendência que transformou-se numa permanência histórica, ao se pensar as características do órgão indigenista estatal.

de estabelecer de imediato uma área reduzida como terra reservada aos índios, assegurando logo tais direitos pela demarcação e, paralelamente, livrando para a ocupação pelos brancos as demais faixas de terra”

A Funai nasce em 1967, a partir dos métodos e princípios rondonianos desenvolvidos pelo SPI, com o diferencial de ser regida pelas diretrizes da Convenção de Genebra nº 107, que orientaram a elaboração da Lei nº 6001 de 19 de dezembro de 1973, o Estatuto do Índio. E é aqui, neste aparato legal que se fundamentou a premissa da **tutela**, em que os indígenas ainda não integrados à comunhão nacional ficariam sujeitos ao regime da lei, que estabelecia que os mesmos não possuíam plena capacidade de regência de seus atos civis, e que portanto, ao órgão indigenista oficial caberia a função de reconhecer ou não ao índio essa capacidade.

A legislação entretanto, deixava claro que qualquer indígena poderia requerer sua liberação do regime tutelar, onde o índio poderia mudar de condição,

“investindo-se na plenitude da capacidade civil, desde que preencha os requisitos seguintes: I: idade mínima de 21 anos; II: conhecimento da língua portuguesa; III: habilitação para o serviço de atividade útil, na comunhão nacional e IV: razoável compreensão dos usos e costumes da comunhão nacional”.(Lei 6001, de 19 de dezembro de 1973).

Ou seja: nenhum indígena abaixo dos 21 anos , ou que não falasse o português, ou que não fosse “útil”, ou que não compreendesse pelo menos um pouquinho da cultura dominante, teria plena capacidade civil. Esse é um exemplo clássico dos usos do aparelho de coerção estatal, aplicado pelo poder jurídico por sobre grupos culturalmente diferenciados, que atravessou décadas em sua aplicação e que mesmo com a Constituição de 1988, avançada na temática indígena, é a normatização do Estatuto do Índio que ainda faz parte das concepções políticas de muitos ideólogos do sistema, que defendem a superioridade cultural, jurídica, econômica, social e política dos “brancos” em detrimento dos índios.

6.5 O indigenismo da Funai da década de 1970: mudança de rumos?

A estrutura administrativa da Funai espalhava-se por quase todo o país, além da sede em Brasília. No Boletim Informativo da Funai nº 5, de 1972, tem-se notícia que nas capitais, ficavam as chamadas Delegacias Regionais (09 estados), seguidas

das Ajudâncias (05 estados), a administração dos Parques Indígenas (aqui incluindo-se o Parque Nacional do Xingu) e algumas Bases Avançadas na Transamazônica. Para suprir de material humano toda essa extensão administrativa, a partir da década de 1970, a Funai passou a realizar concursos públicos anuais em todo Brasil para a contratação de Técnicos Indigenistas que ocupariam a função de Chefe de Posto Indígena em todo o país (Schiavini, 2006). Exigindo a escolaridade mínima de segundo grau (hoje chamado ensino médio), os jovens realizavam provas de Matemática, Português e Conhecimentos Gerais; a Funai oferecia cursos teóricos e práticos aos aprovados. Nos treinamentos realizados em Brasília, aprendia-se noções de antropologia e etnologia, desenvolvimento comunitário, legislação indigenista, administração pública, primeiros socorros e operação de rádio comunicação, esta última, utilizada em larga escala e na maioria das vezes, sendo o único recurso comunicacional dos indigenistas em campo com a sede do órgão estatal durante muitos anos. Os estágios eram realizados em Postos Indígenas espalhados pelo Brasil; ao final deste período, era necessário apresentar um relatório que deveria reunir informações sobre o território, as condições culturais, sociais, bem como o potencial econômico da região do estágio. Ou seja, um mapeamento preliminar que tinha uma função estratégica ao órgão indigenista oficial. É também muito revelador o editorial do mesmo boletim, fazendo referência a uma entrevista que o presidente da Funai na época, general Jerônimo Bandeira de Melo deu no jornal “O Globo”, de 21/11/1972, onde ele pergunta e ao mesmo tempo responde: *“porque impedir o índio de ter acesso à sociedade? (...) a aculturação do índio, como de qualquer civilização primária por outra convivente de mais alto nível, corresponde a uma fatalidade histórica”*. (Boletim Funai, Ano II, nº5, 1972).

Mas ao chegarem ao seu novo lugar de trabalho, esses jovens indigenistas, conheceram uma realidade muito especial, onde tinham que lidar com as obrigações de um órgão que exigia a produção de informações e um controle efetivo sobre os índios, sob o aspecto legal da tutela, ao mesmo tempo em que na sua maioria, eram jovens que estavam em desacordo com o processo político imposto pelos militares, que comandava o Brasil e a Funai. Alguns desses rebeldes homens teriam elaborado um processo de questionamento crítico junto aos povos, realizando trocas de informações sobre os direitos territoriais, sociais e políticos, bem como se abrindo a um aprendizado inevitável ao modo de vida e aos costumes dos indígenas, que possuem

múltiplas capacidades de convencimento para suas causas. O indigenista Fernando Schiavini afirma:

“Os indigenistas da Funai da década de 1970, aliados a outros seguimentos sociais, mudaram substancialmente os paradigmas do indigenismo governamental brasileiro, transformando-o em defensor prioritário dos interesses indígenas e não do estado brasileiro”(Schiavini, 2006, p.24)

Ao que parece, essa mudança na intencionalidade indigenista daqueles que estavam nas frentes de trabalho foi se fortalecendo, tanto em nível teórico, quanto empírico, ao ponto de, na década seguinte, haver um empenho por partes destes homens em fundar a Sociedade Brasileira de Indigenistas (SBI). A reunião foi articulada via rádio (a comunicação mais usual entre os indigenistas) da maneira mais discreta possível, pois não poderia levantar suspeitas, já que ainda vigorava a proibição de formação de agremiações de classe pela ditadura. Era um período onde do ponto de vista econômico, o governo militar investia todas suas fichas na realização de grandes projetos, como por exemplo, a construção da Transamazônica e das usinas hidrelétricas de Tucuruí e Balbina. Um tempo de muitas pressões por sobre os territórios indígenas.

Dentro da Funai, as disputas políticas se tornavam mais explícitas, entre os chamados “sertanistas”, partidários de um indigenismo que cumpria as normas e metas do governo, e que estavam no setor dos Índios Isolados; e os demais indigenistas, que trabalhavam nas frentes de atração, nos povos que já tinham contato com a sociedade nacional. Eram divergências muito profundas, pois tratavam, no fim das contas, do modo diferenciado de “aculturação” dos próprios indigenistas, em relação ao povo ou etnia a que estavam ligados por laços muito profundos de sociabilidades. Ou seja: para um grupo de funcionários da Funai, que estavam na chefia de postos importantes, as normas recebidas eram cumpridas, já que

“os militares exploravam o patrimônio indígena – ouro, madeira, gado, arrendamento de terras e continuavam a transferir os recursos auferidos para a ‘Renda Indígena’, um fundo do qual ninguém tinha informações sobre sua real destinação”.(Schiavini, 2006, p.82).

Em contrapartida, havia aqueles que discordavam desse enriquecimento ilícito feito pelo aparelho estatal às custas da exploração dos territórios indígenas.

A referida reunião realizada em princípio dos anos 1980, de fundação da SBI expressou essa tensão trazida de dentro do órgão oficial, gerando outras tantas nos três dias em que passaram reunidos, ao ponto de chegarem ao limite, gerado por um impasse, onde se discutiu se a entidade que estava nascendo aceitaria ou não a filiação de antropólogos e de pessoas de fora do quadro da Funai. O racha foi fulminante e a tentativa de organizar politicamente os indigenistas de estado numa associação da sociedade civil, morreu em seu nascedouro.⁴⁶

Um último aspecto, deste período, que é importante ser sinalizado e que faz parte do conjunto das memórias relatadas no livro do indigenista Fernando Schiavini, *De longe, toda serra é azul (2006)*, é que ele justifica essa dissidência permanente entre as diferentes tradições de indigenistas de dentro da Funai, dizendo:

“os indigenistas acabam absorvendo muitos dos aspectos das culturas e dos modos de agir dos povos com os quais convivem mais intensamente. Assim, um se transforma em ‘meio’ Kaxinawá, outro ‘meio’ Yanomami, outro ‘meio’ Xavante. Acabam se tornando então muito diferentes entre si na forma de pensar e agir. Absorvem essa autonomia e auto suficiência que cada povo indígena possui, pois assim é o modo tribal” (p.83).

Este, acima, é um aspecto muito interessante que pode ser usado na tentativa de compreender a concepção de um indigenismo de estado que atravessou os tempos sendo perpassado por conflitos geracionais, de diferentes visões de mundo e que foram centralizadas pela rigidez imposta pela ditadura militar no Brasil.

6.6 Funai e a gestão Lula da Silva entre 2003 e 2006: experiência e cotidiano

Esta digressão acima foi importante também pois ajuda a pensar as situações de negociação e conflito experimentadas no cotidiano mais recente da história do órgão indigenista oficial, já relatadas anteriormente no que diz respeito a transição entre os presidentes Eduardo Almeida e Mércio Gomes, em que se percebeu a manutenção de uma tradição de divergências respaldada no passado, sempre no sentido da existência de pelo menos duas correntes de interpretação em relação ao trabalho com índios: uma, que se preocupava com mudanças que ampliassem os direitos indígenas e seus

⁴⁶ Poucos indigenistas se livraram da punição de demissão por participar desta reunião. Aproximadamente 68 indigenistas foram demitidos, entre eles Fernando Schiavini, Odenir Pinto e Eduardo Almeida, que depois da anistia compuseram a primeira gestão da Funai do governo Lula da Silva em 2003.

processos de autonomia e outra, de caráter mais retrógrado, apoiada numa relação de paternalismo burocrático estatal, sem o reconhecimento do protagonismo indígena na constituição de suas associações e entidades da sociedade civil.

Fazendo um balanço, portanto desse período, percebo que, da campanha política à vitória eleitoral em fins de 2002, da transição “pacífica” realizada em parceria com FHC à chegada ao poder de fato, a chamada “Era Lula da Silva”, no que se refere à política indigenista estatal criou metáforas de ações, programas, diálogos. A proposta inicial de transformação na condução do órgão gestor estatal, a Funai, com a escolha de Eduardo Almeida para ocupar a presidência, foi a sinalização necessária naquele momento, para o conjunto de entidades dos movimentos sociais, indígenas e indigenistas que ouviram com simpatia a notícia da mudança, deram-lhe apoio, por saber que as diretrizes desta proposta de uma nova política indigenista de estado estavam firmados no documento *Compromisso com os Povos Indígenas do Brasil*.

Nos seis meses tensos da gestão Eduardo Almeida, a equipe de trabalho lidou com uma diversidade de temas e problemas que careciam de resoluções, como por exemplo: denúncias de corrupção de administradores regionais e chefes de posto; trocas tensionadas de gestores regionais da Funai; apoio a realização de festas-rituais de vários povos, especialmente os xinguanos; crise interna de relacionamento na equipe, com o pedido de demissão da chefe de gabinete; acompanhamento da difícil investigação interna dos casos de biopirataria em T.I.; disputas internas entre os indigenistas de carreira; a busca de solução para o problema que se transformou a hospedagem dos índios que chegavam à Brasília e se instalavam nas pousadas da W3 Sul; a difícil relação com o Ministro da Justiça, Marcio Thomaz Bastos e nenhum diálogo com Lula da Silva; o orçamento reduzido destinado às ações da Funai, sobretudo aquelas relacionadas aos assuntos fundiários (demarcações de T.I.). E as caravanas de indígenas, de vários povos, especialmente do nordeste que chegavam semanalmente para falar com o novo presidente, denunciar os problemas da região e solicitar as resoluções para suas demandas. Em outras vezes, entretanto, os “pedidos” passavam pela tentativa de extorsão direta, sob ameaças de arcos, flechas, bordunas. Isso se dava por conta dos muitos grupos indígenas que não tinham nenhum compromisso com a coletividade do movimento indígena, defensores de uma ação tutelar que respondesse apenas a interesses particulares, que não agiam numa perspectiva do interesse do conjunto dos índios.

Eram esses os tipos de demandas e situações que índios, indigenistas, antropólogos, servidores de carreira e dirigentes experimentavam cotidianamente nos corredores da Funai. Assim era constituída a substância da política indigenista de estado: total proximidade e mistura com a diversidade de povos, de formas de pensar, de interesses, de intenções. Em todas as gestões que a Funai teve⁴⁷, entre governos militares e civis, os temas e os problemas tratados passaram por esta minuciosa interface com o mundo indígena. A cada dirigente cabia uma forma de agir relacionada com o contexto sócio-ambiental e político da época.

Passado o tempo de Eduardo Almeida, chegou a vez do antropólogo Mércio Gomes, como o segundo presidente da Funai da era Lula da Silva. E o ritmo e estilo dessa gestão provocou manifestações, muita crítica na imprensa e na literatura específica, como por exemplo, esta, do professor Antônio Carlos de Souza Lima, pesquisador do Museu Nacional do Rio de Janeiro, onde, ao analisar a participação indígena no contexto dos governos Lula, diz a esse respeito que:

“A escolha do antropólogo Mércio Gomes, que ocupou a presidência da Funai de setembro de 2003 a março de 2007, em seguida à demissão de Eduardo Almeida (fevereiro a agosto de 2003), primeiro presidente da Funai no governo Lula, representou a vitória das alianças interpartidárias contra os compromissos assumidos pelo PT e por Lula ao longo da campanha. Isso acarretou no retorno de perspectivas pró-tutelares, com direito inclusive a comemorações efusivas de trinta anos do caduco e inconstitucional Estatuto do Índio(Lei 6.001/1973), e na total quebra de diálogo com o movimento indígena” (Souza Lima, 2011).

A gestão Mércio Gomes notabilizou-se por todos estes aspectos acima colocados, com o agravante de ter total acordo e apoio do núcleo dirigente máximo do país. Não haveria transformações substanciais na política indigenista do estado brasileiro na era Lula da Silva. Simbolicamente poderia se dizer que o *Compromisso com os Povos Indígenas do Brasil*, o documento que balizou todo o processo da campanha eleitoral, que obteve um relativo consenso entre indígenas e indigenistas e suas entidades na sua feitura, fora abandonado pelas autoridades estatais.

Mas o que se pode dizer desta nova configuração “filosófica” para a política indigenista estatal neste novo momento político? Onde poderia se localizar esta

⁴⁷ Segundo o Instituto Sócioambiental (ISA), de dezembro de 1967 a julho de 2011, foram 32 presidentes que passaram pela Funai, demonstrando a alta rotatividade do cargo.

mudança de paradigma, de intencionalidade em relação às ações políticas elaboradas e desenvolvidas dentro do aparelho estatal para o conjunto da população indígena no Brasil? Uma possível resposta para isso é trazer à tona um documento, a Portaria nº 15 – CH/GSI, de 11 de maio de 2004, do Ministro Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, que designou no âmbito da Câmara de Relações Exteriores e Defesa Nacional, do Conselho de Governo, a criação de um Grupo de Trabalho que se encarregaria de elaborar e propor uma nova política indigenista para o estado brasileiro. O Conselho de Governo que existe para assessorar o presidente da república nas formulações de diretrizes de sua ação governamental, conta com inúmeras “Câmaras”. Entre elas está a de Relações Exteriores e Defesa Nacional (Creden), que entre outras atribuições como por exemplo, segurança e defesa e a integração das fronteiras, trata também das populações indígenas e direitos humanos. Ora, é notório o caráter da militarização da temática indígena, assim tratada desde o governo de Fernando Henrique Cardoso, quando o mesmo promulgou o famoso Decreto nº 4412, de 7 de outubro de 2002, que dispunha sobre a atuação das Forças Armadas e da Polícia Federal nas terras indígenas. A composição da Creden se deu da seguinte forma:

“A Câmara passou então a ser composta pelos Ministros de Estado da Casa Civil da Presidência da República, da Justiça, das Relações Exteriores, da Defesa e do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, garantindo-se a participação, nas reuniões, dos Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica (...) Sete meses após o início do governo Lula, a Creden passou por nova regulamentação(...) acrescentando(...)os ministros do Planejamento, do Orçamento e Gestão, do Meio Ambiente e da Ciência e Tecnologia”.(Lacerda, 2004).

Neste artigo da assessora jurídica do Cimi à época, já se colocava a preocupação com os caminhos ortodoxos que a política indigenista do governo Lula da Silva, na gestão Mércio Gomes tomava. E a referida Portaria nº15, que criou o grupo de trabalho dentro desta câmara setorial do conselho de governo, elencava em seu artigo 1º, os temas que seriam objeto de análise, na formulação para uma nova política indigenista:

“ I - estudos regionais sobre os interesses de Governo e os das populações indígenas, nas Terras Indígenas;

II – exploração de recursos naturais em Terras Indígenas;

III – questões relativas à existência de Terras Indígenas em faixa de fronteira e a defesa do território nacional;

IV – modificações legislativas que se fazem necessárias no Estatuto do Índio;

V – implicações do crescimento demográfico das populações indígenas;

VI – novo papel da Fundação Nacional do Índio – Funai; e

VII – soluções possíveis para municípios criados em terras indígenas”. (Portaria CH/GSI, Presidência da República, 07 de maio de 2004)

Temos aqui uma pequena mostra de como se processa o movimento por dentro do estado das forças contrárias aos direitos constitucionais dos povos indígenas conquistados duramente, como vimos no capítulo dois deste trabalho. Falo assim, por se tratar de explícito novo direcionamento de viés político na condução do que até então se vinha discutindo e tentando aplicar. Para este grupo elaborador, como diz o item 1, a política indigenista estaria pautada nos interesses do governo nas terras indígenas, o que é, no mínimo, um enorme retrocesso político. Aqui se demonstra a idéia de que, desde o passado colonial, a questão indígena é uma questão de estado, exatamente pelo que ela pode lucrar para alguns. Além de colocar como antagônicos do estado, os interesses dos próprios índios nos seus territórios, já que, pela letra da lei constitucional aos povos indígenas são garantidos o direito de viverem livremente em suas terras, conforme seus costumes e modos tradicionais, sem a interferência de terceiros. Este primeiro ponto e o segundo, portanto, confirmam a tradição da hegemonia do capital por sobre os povos originários: exploração dos recursos naturais e exploração de mão-de-obra.

O ponto 3, sobre as faixas de fronteira e as T.I., que é um discurso muito repetido desde tempos imemoriais, expressa, no meu entendimento, um preconceito e um medo: é um medo, porque traz a idéia de que um possível “inimigo contrário”, que o ameace, possa ser neutralizado; e é um preconceito, porque marca como “suspeitos” de qualquer coisa, povos que habitam e circulam em suas terras tradicionais, independente das fronteiras “artificiais” estabelecidas por marcos legais. Esta postura, obviamente, impede ações demarcatórias de vários povos em faixa de fronteira, se aplicando aí forte conteúdo militarista. Discursos de que: “querem internacionalizar a Amazônia!”, ou “os indígenas são separatistas!”, ou ainda, “índios na fronteira é um risco à soberania!”, são repetidos, até se instalarem como idéia-força dos grupos anti-indígenas, que como vemos, atuam por dentro e por fora do estado.

O ponto 4 é emblemático. Fala-se em “modificações legislativas que se fazem necessárias ao Estatuto do Índio”. Ora, mas a discussão sobre a validade e eficácia desta lei 6001 vem sendo feita desde o processo constituinte, nos idos de 1987. As entidades organizadas do movimento indígena já apontaram suas contribuições de revisão para uma questão-chave desta lei, que é a tutela; entidades indigenistas dos mais diferentes naipes, bem como muitos profissionais universitários sempre se posicionaram em defesa da autonomia dos povos indígenas. Existe um projeto de lei, o “Estatuto das Sociedades Indígenas”, que tramita há mais de 20 anos na Câmara Federal, que apresenta novas abordagens para a legislação indigenista do estado. Mas está parada, porque não há vontade política para fazê-la avançar. Mas, neste grupo de trabalho estatal, da era Lula da Silva, a indicação feita foi de manutenção da lei 6001/73, apenas com algumas modificações, esta que se confronta diretamente com a Constituição Federal e com outras leis, de qual o Brasil é signatário, como a Convenção 169, da Organização Internacional do Trabalho (OIT)⁴⁸.

O ponto V, trata do positivo crescimento demográfico das populações indígenas no Brasil, como já demonstrado aqui pelos dados do IBGE de 2010, depois de um período de mortandade de crianças, de velhos, de lideranças políticas, de epidemias, etc, onde a preocupação estatal é tamanha, pois usa o termo “implicações” para demonstrar este movimento. Quanto mais índios, mais territórios precisam, mais assistência do estado, maior previsão na demarcação das terras indígenas. E se isso é visto como “preocupação” pelo estado, é porque há total discordância de idéias, interesses e saberes com o movimento indígena.

“Um novo papel para a Fundação Nacional do Índio?”. Mas, e as entidades do movimento indígena organizado há muito constituídas? Nenhum diálogo, para ouvir deles o que os mesmos esperam da Funai? Ou sempre esperaram? Aqui mantém-se órgão, com a mesma estrutura, e pelo menos durante toda a gestão de Mércio Gomes, não houve diálogo algum com as entidades indígenas.

O ponto 6, atenta contra a Constituição também, pois no artigo 231, § 6º, diz que “*são nulos os atos que tenham por objeto a ocupação, o domínio e as posse de terras indígenas*”. Como buscar “soluções possíveis”, diante da grilagem de terras indígenas, da não homologação de terras já demarcadas, da expulsão de aldeias

⁴⁸ O Brasil tornou-se signatário desta lei em 2005.

inteiras pelo latifúndio através da judicialização da questão, da criação forçada de sedes de municípios em terras indígenas? Penso na concordância que tenho com Rosane Lacerda, quando a mesma conclui, ao olhar para estes dados da conjuntura:

“Este conjunto de temas, por si mesmo e a considerar quem o elaborou (o Gabinete de Segurança Institucional – GSI), indica sem sombra de dúvidas que o atual governo pretende imprimir não só pontualmente, mas à própria política indigenista, uma perspectiva baseada na ingerência militar e na exploração das terras indígenas e seus recursos naturais. Ou seja, controlar as terras indígenas e transformá-las em fonte de exploração econômica, passarão a ser, segundo se depreende dessa iniciativa do GSI, os pontos centrais da política indigenista”. (Lacerda, 2004)

Me parece difícil garantir uma certa sutileza acadêmica diante de um movimento tão radical em direção oposta ao que se discutiu durante a campanha presidencial de Lula da Silva, da criação dos consensos na transição, na entrega ao governo de diversos documentos das entidades da sociedade civil sobre o tema, enfim, os movimentos propositivos que fizeram os índios e seus apoiadores. Por isso, a legislação anti-indígena daí advinda, bem como as ações no executivo, principalmente à execução de grandes projetos econômicos em T.I. que se verificam nos dias atuais e com perspectivas alarmantes de continuidade, são o movimento subsequente deste grupo de trabalho estatal que apresentou uma nova-velha fórmula para se pensar e agir sobre a questão indígena no Brasil. Este documento trouxe o detalhe. É no detalhe que mora a compreensão do movimento das coisas...

6.6.1 Reação dos índios e seus aliados: criação do FDDI

Diante de um posicionamento estatal tão explícito, na direção oposta dos anseios, necessidades e urgências apresentadas pelos povos indígenas, suas entidades do movimento organizado e seus apoiadores, uma nova onda de debates, reuniões, seminários foram se realizando pelo Brasil, entre organizações indígenas e não-indígenas, já que mais uma vez o órgão indigenista oficial recuou totalmente em sua ação.

Os povos indígenas, suas organizações e seus aliados, membros da sociedade civil portanto, também processaram informações, promoveram debates, produziram acordos e resoluções que propunham uma ação mais coordenada destes grupos, já que

as forças contrárias aos direitos indígenas estavam bem “afiadas” e avançavam por sobre os territórios e as riquezas do sub-solo das T.I em ofensiva. Forças contrárias estas localizadas dentro do Executivo, Legislativo, Judiciário e das Forças Armadas.

O resultado de uma articulação política que se fazia necessária naquele momento, foi uma ação do movimento indígena organizado, que, através da COIAB e do CIR e posteriormente a APOIMNE, convidaram para formar um fórum conjunto, as seguintes entidades: ISA, CIMI, CCPY, ABA, CTI, e a Frente Parlamentar Indígena da Câmara dos Deputados, criada em início de 2005, sob a coordenação do Deputado Federal Eduardo Valverde, do PT de Rondônia. E muitos outros apoiadores não oficiais como o Ministério Público Federal, o INESC, a Secretaria de Movimentos Populares do PT Nacional, a CNBB, que se reuniram com o objetivo de uma ação coordenada para garantir a visibilidade da questão indígena, denunciar os graves casos de violência aos direitos indígenas constitucionais e propor significativas mudanças à política indigenista estatal. Em 23 de junho de 2004, no auditório JK da Procuradoria Geral da República, às 10:00h, era lançado o Fórum em Defesa dos Direitos Indígenas, FDDI.

Em seu Manifesto de lançamento, o FDDI expressava:

“As organizações indígenas e indigenistas avaliam que, após um período de significativos avanços, assistem hoje uma real ameaça aos direitos indígenas. Antigos conceitos e pré-conceitos que balizaram as relações entre Estado e índios, voltam a ser reivindicados por alguns setores do Estado e do governo, amparados nos mesmos argumentos ultrapassados, e como dantes, em interesses privados. Os resultados desse retrocesso já são visíveis no acirramento de conflitos, no aumento da violência contra indígenas, no incremento de posturas racistas e preconceituosas, e na iniciativa de agentes do estado em cercear a aplicação dos direitos indígenas”. (Manifesto do FDDI, 23 de Junho de 2004).

Desde sua criação portanto, o FDDI cumpriria com seu objetivo de estabelecer as discussões e debates a respeito da temática indígena, bem como acompanhar as políticas públicas relacionadas aos povos, criando uma instância de proposição, articulação e de formulação de políticas, como por exemplo a criação de um Conselho Nacional de Política Indigenista, proposta que vinha sendo discutida há muito tempo pelo Movimento Indígena e seus aliados, instância por onde passaria toda a discussão da questão indígena de estado, e muitas de suas deliberações, para além do seu caráter

consultivo. Uma ação forte, que buscava criar um novo espaço de debate e proposição, saído da sociedade civil, para fazer parte da engrenagem do estado, pois se o Conselho Nacional de Política Indigenista (CNPI) fosse instalado, seria dentro do governo, ligado ao Ministério da Justiça. Sociedade civil e suas instâncias estatais, elaborariam então o pensamento e a ação a respeito da política indigenista brasileira. Obviamente, uma proposição desta foi duramente debatida, entre o estado e as organizações formais do movimento indígena. Mas em cada ação protagonizada pelo Fórum, mais ele se afirmava como um articulador das demandas dos povos indígenas que não estavam sós nessa árdua batalha.

O ano de 2005 foi de muitas ações políticas articuladas pelo FDDI, na qual destaque, por exemplo a Sessão Solene na Câmara dos Deputados, no dia 19 de abril, onde a mesa foi composta pelo presidente da casa, à época, Dep. Severino Cavalcante; os deputados federais Chico Alencar, Perpétua Almeida e Eduardo Valverde; e as autoridades indígenas Gersen Baniwa, Dionito Macuxi, Jecinaldo Saterê-Mawé e o grande Raoni Menktutire. Nesta sessão, que teve a participação de muitas outras lideranças indígenas e indigenistas, parlamentares, etc, debateu-se sobre a assinatura da homologação da T.I. Raposa Serra do Sol, em 15 de abril, quatro dias antes da sessão, celebrando a decisão, mas ao mesmo tempo não baixando o tom de preocupação com outras questões graves como as ameaças dos segmentos anti-indígenas no Congresso Nacional cada vez mais concretas, ou a judicialização da questão indígena, além da preocupação com a letargia governamental a respeito da regularização de todas as terras indígenas, das quais, a T.I. Raposa Serra do Sol recém homologada, era um dos símbolos fortes dessa luta.

Depois dessa sessão solene, o FDDI conseguiu articular uma reunião importante, no mesmo dia com o ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu; o Secretário Geral da presidência, Luis Dulci; o presidente da Funai, Mércio Gomes e um assessor do Ministério da Justiça. Todas as entidades que compunham o FDDI estavam presentes, mais algumas lideranças indígenas importantes como Luis Titiah Pataxó Hã Hã Hãe, da BA, Aniel Priprá Xokleng, de SC, e Chico Preto Apurinã, do Acre. Foram apresentados os pontos fundamentais da reivindicação indígena: a criação do Conselho Nacional de política Indigenista (CNPI); regularização das terras indígenas, as ameaças dos setores anti-indígenas no Congresso Nacional, entre outros temas. A pauta foi colocada pelo movimento, mas os representantes do governo, ao

que parece, estavam preocupados apenas em cumprir a agenda, rapidamente. O ministro José Dirceu teve que se retirar, mal a reunião se iniciou. Com aparente simpatia, elogiou a objetividade das lideranças presentes. Mas de fato, ele e também o ministro Luis Dulci implementaram a política dominante, contrária aos direitos indígenas. O ministro Dulci que permaneceu na reunião, tentou considerar e rebater as críticas feitas pelas lideranças ao governo e sua articulação com setores anti-indígenas: aliados imediatos do governo, como o senador Romero Jucá, por exemplo, era considerado um dos mais eficazes inimigos dos índios, pelo movimento indígena, suas entidades e organizações. Esse é um exemplo de uma das inúmeras contradições presentes no governo da era Lula da Silva, no que diz respeito às questões indígenas: se tornou explícita a aliança com o grande capital, com o setor de mineração, das grandes empreiteiras, todos estes com seus representantes dentro do parlamento brasileiro, como é o caso do Senador Romero Jucá (PMDB-RR), que foi líder do governo, e que tem um histórico anti-indígena consolidado na sociedade brasileira, tornou inviável muitas das tentativas de estabelecer uma participação efetiva das populações indígenas nas decisões de estado que lhes diziam respeito. O senador Jucá, como forte aliado de Lula da Silva no Congresso, colecionava indiciamentos e acusações de corrupção desde quando presidiu a Funai, no período de abril de 1986 a setembro de 1988. Em 1995, o Ministério Público acatou a denúncia e instaurou o inquérito policial nº 90.0008456-3, da Procuradoria da República do Distrito Federal, em que consta:

“O primeiro denunciado, Romero Jucá Filho, foi presidente da Fundação Nacional do Índio(...) Durante sua gestão, uma série de atos criminosos foi praticada, sob suas ordens ou com sua conivência, em detrimento do patrimônio florestal das reservas indígenas localizadas em Mato Grosso e Rondônia (...) criou uma sistemática cartorial e clientelista centralizada em sua pessoa, de modo que os insaciáveis madeireiros tivessem que procurar a ele ou a seus representantes, todos identificados na presente denúncia, para obter o beneplácito oficial, visando à exploração de madeira de lei nas reservas indígenas, sem serem incomodados pela fiscalização”.(Inquérito Policial contra Romero Jucá, Procuradoria da República no Distrito Federal, nº 004/95 – JV PR-DF).

Mesmo com este histórico, ainda assim, o ministro Dulci elogiou e defendeu o aliado do PMDB, nesta reunião diante das lideranças do movimento. Pequenos detalhes que se somam ao quadro mais geral de alinhamento da gestão Lula da Silva com o bloco de poder dominante, em se tratando da questão indígena. Como resultado

desta reunião, as lideranças avaliaram, à época, que o governo sentiu-se pressionado, até porque estava sendo engendrada a idéia de um novo acampamento na Esplanada, em Brasília, daí terem recebido as lideranças para negociar as reivindicações apresentadas. A idéia de criação de um conselho nacional dos povos indígenas funcionando dentro da instância governamental ganhava corpo e se fortalecia, na medida em que o movimento indígena ia recebendo o apoio e a adesão de outros grupos da sociedade civil.

As articulações e ações realizadas pelo FDDI conseguiram tornar visível uma realidade das populações indígenas no Brasil em permanente movimento de negociação e conflito com o poder estatal, revelando dados, realizando denúncias, cobrando posições das autoridades, enfim, lutando pela implementação de novos rumos para a política indigenista estatal. O Fórum, coordenado pelas entidades indígenas Coiab, Cir e Apoimne, liderou a organização da chamada Mobilização Nacional Indígena, convocando os povos indígenas a estarem presentes em Brasília e acampar na Esplanada dos Ministérios, transformando aquele espaço em um território indígena por uma semana, uma verdadeira Terra Livre. Este evento, amplamente noticiado nos jornais impressos e televisivos, notabilizou-se como um marco da luta dos povos indígenas no Brasil. Com o apoio político e econômico das entidades que compunham o FDDI, o Acampamento Terra Livre, do qual trataremos com detalhes mais adiante, aconteceu em meio aos conflitos patrocinados pelo latifúndio e o estado de Roraima, que se negavam a aceitar a homologação da T.I. Raposa Serra do Sol. Fortalecidos por essa decisão, o movimento indígena, suas entidades e aliados, protagonizaram, com vigor um evento que deixou profundas e significativas marcas no processo de elaboração e construção das lutas de resistências e das ações contestatórias desses povos originários.

6.6.2 O ano de 2006: estado e índios medindo forças...

Depois da demonstração de firmeza e organização que o movimento indígena deu no ano anterior, nas cobranças precisas ao aparelho estatal, no poder de articulação alcançado entre os povos indígenas e os não-índios, a gestão de Mércio Gomes à frente da Funai foi contestada duramente pelas lideranças, acusada de não dialogar com o movimento indígena. Por isso, órgão indigenista oficial procurou dar como

resposta a organização de uma conferência nacional indígena, totalmente governamental, onde foi seguido o modelo de outras conferências governamentais já realizadas, como a do meio ambiente, da educação, das mulheres. Seguida de etapas regionais, municipais e estaduais, foram retirados delegados e delegadas que se credenciaram a participar da Conferência em Brasília. Cabe lembrar que a realização de uma conferência indígena já constava como proposição no documento de campanha “*Compromisso com os Povos Indígenas do Brasil*”, fruto de antigas reivindicações do movimento indígena.

Tudo isso seria muito bem vindo, se não fosse pelo fato de que esta conferência realizada pela Funai de Mércio Gomes, não reconheceu como imediatos interlocutores as entidades do movimento indígena, suas lideranças e seus apoiadores históricos, na elaboração da mesma. Podemos dizer também que aqui de fato, houve um trabalho de gestão continuada. O desenho da conferência, o modo de fazer, a forma de participação, enfim, todas as etapas para se preparar um evento como este, já estava pronta desde a gestão Eduardo Almeida, quando se realizou o seminário “Por uma Nova Política Indigenista”. Ao que parece, a gestão Mércio Gomes obedeceu o modelo, como diz a matéria “Vozes em ascensão”, da revista Brasil Indígena da Funai:

“ A conferência Nacional dos povos indígenas foi o resultados de 17 meses de articulação, desde os encontros regionais, que reuniram, juntos, mais de três mil participantes. Pela primeira vez na história, o Governo Federal convidou os índios para debater temas que estão ligados a dificuldades para garantia de seus direitos.(...) Todos os delegados das regionais e a própria coordenação da etapa nacional foram eleitos pelos índios, o que permitiu direito à voz e influência direta nas decisões do encontro”(Revista Brasil Indígena – FUNAI. Ano III, nº2, maio/junho de 2006, p.14).

A conferência da Funai aconteceu de 12 a 19 de abril de 2006, em Brasília, e contou com a participação de 800 líderes de 220 etnias, segundo dados da Revista da Funai de maio/junho de 2006. Toda essa movimentação do estado brasileiro, através de seu órgão indigenista oficial, que em tese, estava cumprindo com os compromissos de campanha de Lula da Silva, não foram suficientes para desarticular a organização do terceiro Acampamento Terra Livre, que ocorreu, praticamente simultâneo à Conferência do governo. Diferente da mega organização do acampamento de 2005, este não contou com o apoio de algumas entidades da sociedade civil, ficando mais a cargo das entidades indígenas as despesas com o evento. As lideranças indígenas se

dividiram, na busca de participação nos dois eventos; muitas lideranças foram cooptadas para trabalhar com remuneração na preparação da conferência do governo, com o compromisso de não participar do acampamento, onde estariam as lideranças do movimento indígena organizado nas entidades. Houve muita tensão, acusações de traição mútuas entre lideranças, desconfianças geradas entre os aliados, enfim, aqueles componentes das divergências internas tão comuns aos grupos que fazem parte da sociedade civil.

E em meio aos povos indígenas, agentes políticos na construção de sua cidadania, e especialmente durante estes dois eventos, foi possível perceber uma frente que estava controlada pelo governo e outra mais crítica, que divergiam sobre a permanência ou não da tutela estatal, sobre a manutenção ou a desintegração da Funai, sobre se já era ou não a hora de um presidente índio na Funai, sobre as táticas de luta, onde a contestação e negociação mais recuada eram o tema, sobre as divergências nos eixos de luta comuns como a luta pela demarcação de terras, educação e saúde indígena diferenciadas enfim, uma série de questões que demarcaram as micro-diversidades existentes na negociação subalterna. A conferência da Funai foi aparelhada para contribuir com a divisão, com a desmobilização daqueles que estavam na agenda indígena da Acampamento Terra Livre. Dois eventos, onde se visualizou a tendência de que, para alguns, a solução é a luta pelos direitos. Para outros é a espera do que o governo pode fazer. Os povos e as entidades indígenas não formam um bloco maciço, uno: são diferentes as experiências de contato e de interpretação sobre a sociedade nacional. E até os debates a respeito da etnogênese ainda estão restritos a alguns grupos indígenas, mais fortemente representados nas organizações indígenas. São lentos e graduais esses processos e estão em continuidade.

Mesmo com o grau de tensão verificado, ainda assim, os participantes dos dois eventos indígenas não desperdiçaram a oportunidade do encontro e do debate e apontaram em seus documentos finais questões relacionadas aos eixos de luta do movimento indígena, como a demarcação e homologação dos territórios, a educação e a saúde diferenciadas. Mesmo a conferência da Funai tendo mantido em seus debates e diretrizes sobre o Estatuto dos Povos Indígenas o conceito da tutela, agora visto como uma “proteção especial”, esta mesma conferência aprovou a criação de um Conselho Nacional de Política *Fundiária* Indígena, que garantisse participação direta e efetiva nos temas governamentais de interesse indígena.

6.7. Mobilização Abril Indígena Terra Livre 2005: firmeza política e organização.

“À 01:00h da manhã do dia 25 de maio as delegações chegaram na Esplanada e imediatamente começaram a construir mais de 30 casas ou barracas de palha ou lona com armação de bambu, acomodando mais de 600 lideranças de 92 povos indígenas de todo o Brasil, de modo que até as 05:00h da manhã do mesmo dia todo o acampamento já estava montado, inclusive o grande circo que serviria para realização das plenárias. A parte mais difícil foi a instalação de banheiros, água e luz, que só foi normalizado ao final do dia 25, ocasionado por várias razões, mas principalmente porque o governo do Distrito Federal e o Ministério da Cultura haviam negado autorização para a instalação do acampamento. (Relatório do FDDI sobre a Mobilização Abril Indígena Terra Livre, de 25 a 29 de abril de 2005).

E assim começou o Acampamento Terra Livre: na extra-oficialidade e rompendo a madrugada, um grupo grande descarregou um caminhão de bambu e outro de palha, dividiram os facões, foices e martelos no uso e davam início à construção das malocas improvisadas. Trabalho intenso e rápido, com uma certa tensão, pois levantar um acampamento a 200 metros do Congresso Nacional não é permitido por aqueles que dizem que um ato assim pode atentar contra a segurança nacional. O ruído mais forte era do martelo de ferro nas vigas que prenderiam a lona colorida do circo, local da assembléia, de propriedade de um grupo de artista de Brasília, palhaços profissionais. E a cada maloca que ia sendo erguida, as artes dos povos indígenas também se manifestava: estilo triangular ou até circular, como ficou a maloca xavante. Tudo feito com lona, bambu e palha. Todos e todas trabalharam com afinco e depois de receberem seus colchonetes e cobertas, já com o dia amanhecendo, descansaram para o início da semana de luta por visibilidade e direitos dos povos indígenas na capital federal.

No documentário *Acampamento Terra Livre: memórias de 6 anos de luta*”, dirigido pelo corretíssimo Bruno Pacheco, de 2010, pude notar nos inúmeros depoimentos de lideranças indígenas de quase todo o Brasil, que todos conheciam a história do acampamento; que todas as lideranças vivenciaram o acampamento; que todos e todas estavam abertos às trocas. Trocas para somar e impulsionar a luta.

Na definição de Uiton Tuxá, da Apoimne, que também dá seu depoimento, diz que *“Esse encontro dos povos, é a grande assembléia Geral dos povos indígenas do*

Brasil.” De fato, é de se admirar o que foi visto por lá: o clima de assembléia permanente, a atenção e a seriedade dos participantes, o local exótico (porque acampar em pleno centro do poder político estatal é para poucos!), os fortes motivos da questão indígena que os fizeram estar ali, além dessas mesmas lideranças poderem contar com uma infraestrutura básica e minimamente confortável para se alimentar, tomar banho e dormir. Foi sim, uma grande assembléia em que se pensou, se discutiu e debateu os rumos do movimento social indígena e seus aliados, diante das ineficiências estatais no que diz respeito à política indigenista. Os processos e ações da etnogênese indígena estavam em movimento.

6.7.1. Chegando em Brasília: o bunker é Luziânia

As delegações indígenas foram chegando à capital federal e se dirigindo para uma casa de encontros administrada pelo Cimi, em Luziânia, entorno de Brasília. Enquanto as delegações chegavam e iam se acomodando na chácara, as entidades do FFDI se ocupavam em resolver tanto as questões da infraestrutura do encontro, como a alimentação, o provimento de lonas, bambus, palhas, colchonetes, cobertores, como também estavam atentos às movimentações das autoridades governamentais. Muitas reuniões prévias foram realizadas pelos membros do Fórum para organizar toda a logística de um evento como esse, fato conseguido a partir da divisão de tarefas por entidade: o transporte das delegações, por exemplo, foi distribuído entre várias entidades do FDDI, pois como o Acampamento Terra Livre tem a característica de assembléia permanente, não há limitação para a participação. Existem reuniões nas comunidades, momentos de mobilização regionais para que se chegue à Brasília com um mínimo de informação acumulada. Por isso, o transporte que se consegue disponibilizar, funciona também como critério de participação. Então, de ônibus (a grande maioria), de carro, de avião, de barco, os povos indígenas chegaram das mais diferentes regiões do país. Participaram mulheres, crianças, homens, jovens, adultos e velhos, lideranças tradicionais e novas lideranças, que na chácara do Cimi se reuniram antes de se dirigirem para a Esplanada.

Neste ATL de 2005, um outro fator que gerou investimento grande foi a alimentação dos participantes. Em anos anteriores, os indígenas comiam um alimento previamente preparado, que era transportado até o local, a chamada “quentinha”, que se, por um lado, tinha a praticidade da distribuição e entrega, por outro acarretava

inconvenientes, como reclamações pela quantidade, temperatura e até por distúrbios alimentares provocados pela deteriorização do alimento. Por conta disso, no ano de 2005, inaugurou-se no Acampamento Terra Livre a aliança entre o movimento indígena e o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), ao contratar os serviços da cozinha itinerante deste importante seguimento da sociedade civil. Eles tem experiência em cozinhar para grandes eventos, com uma equipe especializada, todo aparato logístico e material e capacidade de mobilidade e instalação, organizando uma cozinha que serviu três refeições diárias, feitas no local, para a tranquilidade dos participantes de atividades que envolvem grandes mobilizações.

Esse funcionamento em conjunto das entidades do FDDI, coordenado pelas entidades indígenas, numa gestão colegiada, foi a metodologia utilizada para superar dificuldades relacionadas ao poder de decisão de qualquer ação política ocasionada durante o acampamento. Os índios estavam no comando e as entidades indigenistas apoiavam aquela iniciativa, colaborando com o que fosse necessário, dentro do poder econômico e político de cada uma.

6.7.2 Debaixo da lona colorida, muito trabalho...

A abertura oficial da Mobilização Abril Indígena Terra Livre teve início às 9:00h do dia 25 de abril no circo do acampamento com a presença de todos os representantes das entidades membros do Fórum em Defesa dos Direitos Indígenas. O secretário executivo do FDDI, Gersen Baniwa, abriu os trabalhos, dando boas vindas às delegações indígenas e explicando resumidamente os principais objetivos da Mobilização:

“discutir e aprofundar os grandes desafios enfrentados pelos povos indígenas do Brasil na atualidade diante de uma conjuntura política nacional desfavorável e ameaçadora aos direitos indígenas conquistados na atual Constituição e apresentar propostas claras e concretas às autoridades do país e delas cobrar respostas e soluções igualmente claras e concretas”. (Relatório da Mobilização Abril Indígena Terra Livre, FDDI, abril, 2005).

A metodologia de trabalho daquela semana foi explicada e contou com a apresentação de palestras, trabalhos em grupo, atividades externas ao acampamento, audiências com ministros, entrevista coletiva à imprensa, elaboração de documentos, presença de autoridades não-indígenas no acampamento e também com atividades culturais noturnas. Os temas que foram explanados se referiram à análise de

conjuntura e a questão fundiária, às ameaças aos direitos indígenas no congresso nacional, gestão ambiental, saúde e educação e o tema de maior destaque, que foi a explicação e busca de consensos intra-indígenas para a criação do Conselho Nacional de Política Indigenista, proposta muito antiga do movimento indígena e também contemplada no documento da campanha eleitoral “*Compromisso com os Povos Indígenas do Brasil*”. Temas que exigiram uma grande capacidade interpretativa e resolutiva dos povos indígenas em movimento, pois a legislação e as decisões do executivo referentes à política indigenista estatal é feita de muitos meandros, especificidades, armadilhas.

Faço um destaque para relatar a manhã do dia 26 de abril, quando ocorreu uma audiência no auditório do Supremo Tribunal de Justiça (STJ), em que deu-se o enfrentamento entre os grupos da sociedade civil (lideranças indígenas tradicionais, entidades indígenas e indigenistas) e a representação estatal, através dos órgãos governamentais por onde passa a política indigenista. Estavam presentes, o advogado geral Álvaro Augusto, da Advocacia Geral da União (AGU), que se manifestou apresentando um discurso que foi altamente questionado pelas lideranças presentes, pois se dizia favorável ao evento, sem contudo conseguir responder nenhum dos sérios questionamentos feitos pelos índios:

“vimos aqui para ouvir, não para falar.(...)a política do governo Lula por determinação dele mesmo, é esta: o advogado não pode trabalhar sem ouvir.(...)Isso porque a AGU é a advocacia da União e dos índios”.(Relatório do FDDI, abril, 2005, p. 12).⁴⁹

Também compareceram Débora Duprat, da 6ª Câmara do Ministério Público Federal, Mércio Gomes, presidente da Funai, Rolf Rachenbach, presidente do Incra e as demais autoridades indígenas e seus povos, que lotaram o auditório de 800 lugares.

Além da beleza plástica registrada pelas câmeras fotográficas de toda a riqueza de cores, formas, trajes, pinturas e adereços indígenas ali reunidos, estava presente também a materialização de um protagonismo dos povos, a cada pergunta feita às autoridades estatais, a cada cobrança, a cada denúncia e em cada manifestação contrária ou a favor das falas. Não existia ameaça de violência por parte de nenhum dos grupos que estavam se enfrentando, mas sim argumentos, testemunhos e depoimentos por um lado, e tergiversações e tentativas de desvios por outro. A

⁴⁹ Fazendo uma atualização histórica, de 2005 para 2013, muita coisa tem mudado em relação à política indigenista estatal. Um dos casos emblemáticos é que em julho de 2012 foi editada uma portaria pela mesma AGU que contém evidentes inconstitucionalidades e ilegalidades, pretendendo revogar dispositivos constitucionais relativos aos direitos dos índios. É a Portaria nº 303, de 16 de julho de 2012. O jurista Dalmo Dallari se manifestou contrário a ela em artigo na Revista *Índio*, Ano 2, nº 1, de 2012.

explicitação da negociação e do conflito histórico entre sociedade política e sociedade civil. E os índios falaram muito! De todas as regiões do país, os representantes dos povos originários se manifestaram, trazendo à luz suas realidades sempre em contínuo processo de invisibilização social. E disseram coisas do tipo:

“O povo Karitiana de Rondônia teve suas terras diminuídas, os cemitérios estão fora da área homologada (Lucio Karitiana); Ao todo são 60 terras que precisam ser regularizadas só no estado do Pará. A Funai está muito lenta(Lucio Tembê);Até hoje nenhuma resposta tem a Funai sobre a criação de GT's no RS para reconhecimento das terras. Palavra de autoridade do branco não vale nada. A gente apresenta documento e ele fica no fundo da gaveta(Maurício Guarani M'bya); O governo do estado de SC é contra o povo indígena. Um juiz de Joinville parou a demarcação(Aniel Xokleng); Três eixos precisam funcionar junto: antropologia, jurídico e político. A política que funciona no país é dos banqueiros, latifundiários, grandes empresários(Anastácio Guarani-Kaiowá); Aldeia Sucuri foi homologada em 29 de março(?), mas qual o prazo para os fazendeiros serem retirados? Se crianças estão morrendo no MS é porque não tem terra. Se os homens estão sendo explorados na usina de cana é porque não tem terra para trabalhar(Léa Kaiowá-Guarani);O Incra faz assentamento ao lado de áreas indígenas sem consultar os índios e o Ministério das Minas e Energia está em conflito com os índios (Makupá Kaiabi); No Mato Grosso o agronegócio está ameaçando a integridade das terras indígenas. O governo Lula não vai conseguir demarcar as terras, só vai fazer isso se tiver pressão(Debora Bakairi); Tiraram nossos galhos e frutos, mas deixaram as raízes, que são os povos indígenas vivos até hoje (Caboquinho Potiguara); Em Alagoas não tem nenhuma terra demarcada, o que é uma vergonha. A Funai até agora não se manifestou sobre a transposição do rio São Francisco, que vai afetar mais de 25 comunidades indígenas(Orivan Truká); Há 23 anos a área Pataxó se encontra sub-júdice no STF, e 18 lideranças já foram assassinadas nesse tempo na luta pela terra. 85% do território está nas mãos de 0,7% dos proprietários(Agnaldo Pataxó Hã Hã Hãe)(Relatório FDDI, Abril/2005, p.16).

Muitos temas e muita realidade exposta pelos próprios índios e índias que conhecem bem sua própria história e a história do contato com a sociedade nacional, marcada por violências físicas e jurídicas, por muitas tentativas de cooptação e corrupção de líderes, pela procrastinação estatal de decisões urgentes em benefício dos povos indígenas, enfim, pela dominação das diversas classes e frações de classes que passaram pelo poder de estado no Brasil. Tudo dito e repassado diante das autoridades estatais de terceiro escalão, pois os ministros e o presidente da república foram eleitos para governar, à distância, este país de contradições profundas.

Este foi um dia especial para os povos e lideranças indígenas ali presentes. Estes puderam exercer sua cidadania ao mostrar que possuem saberes e olhares cheios de desconfiança e criticidade para as ações estatais contrárias a seus direitos. À noite, uma grande fogueira foi acesa na Aldeia Esplanada, houve cantos tradicionais e rituais entoados pelos muitos pajés presentes. Quando estes se recolheram para descansar, a juventude tomou conta da lona colorida e cantou e dançou ao som do forró da T.I. Raposa Serra do Sol, composto e cantado pelos próprios índios, no cd “Caxiri na Cuia: o Forró da Maloca”. Dançaram, brincaram de “Correio Elegante”, jogaram futebol no fim da tarde. Espíritos em luta e alimentados pela interculturalidade que faz parte da constituição do povo brasileiro. E no encerramento, foi realizada uma marcha até a Praça dos Três Poderes, onde em frente ao Supremo Tribunal Federal foi queimado um boneco que representava o maior inimigo dos povos indígenas, assim determinado pelas lideranças consensuadas no acampamento: o Senador Mozarildo Cavalcante, de Roraima, autor de inúmeros projetos legislativos, muitos em tramitação até hoje, que atentam contra os direitos indígenas legalmente constituídos.

O boneco foi sentado no “colo” da estátua da Fortuna, representação da justiça e foi flechado, espancado e queimado com vigor pelos povos ali presentes. Para os que acompanharam de perto, percebia-se uma sensação de regozijo e satisfação pela participação e o protagonismo dos povos na realização de uma agenda política concebida do início ao fim, pelas entidades indígenas. Todos os telejornais noticiaram o ato público indígena naquela noite; os jornais impressos também deram destaque em suas coberturas; no Senado Federal, os alvos das críticas indígenas manifestaram-se indignados. E assim, os povos e suas entidades do movimento tornaram-se absolutamente visíveis e empoderados diante da sociedade, numa demonstração de força e organização interna, caracterizada como um dos mais emblemáticos e significativos acontecimentos históricos dos povos originários na atualidade, onde o protagonismo indígena esteve na centralidade.

6.7.3. O “despertar” de um povo: o caso Guarani-Kaiowá

Em meio aos 800 participantes dos 92 povos diferentes que estiveram presentes naqueles dias de luta na Esplanada dos Ministérios, um grupo pequeno chamou a atenção por sua extrema concentração, por cantar e rezar de forma incansável, pela simplicidade de alguns de seus adereços: falo da representação do povo Guarani-

Kaiowá, do Mato Grosso do Sul, cuja história de contato com a sociedade nacional está marcada pela intervenção estatal anti-indígena mais visceral. O povo Guarani-Kaiowá foi alvo da política integracionista do estado do antigo SPI, quando este demarcou as reservas indígenas ao lado das cidades, para que os indígenas pudessem “assimilar os valores” da cultura dos brancos mais rapidamente. E quanto mais a população indígena crescia e demandava por terra, mais reprimidos ficavam diante do crescimento das cidades ao redor e mais eram combatidos e expulsos pelo latifúndio que se utiliza da terra como valor de troca.

“Os fazendeiros da região vinham tentando expulsar um grupo de indígenas da área conhecida como Pirakuá, no município de Bela Vista(MS) e essa perseguição fora denunciada por Marçal de Souza, liderança guarani que residia ali próximo(...) Em 25 de novembro de 1983, Marçal foi assassinado por pistoleiros a mando dos fazendeiros da região, crime pelo qual, após anos de luta na justiça, ninguém foi responsabilizado. Como reação à ampla repercussão da morte de Marçal, ganhou força o movimento indígena na região. A ação no Pirakuá, meses depois garantiu mais tarde que a área fosse a primeira a ser demarcada para os Guarani-Kaiowá desde os anos 20. Foi ainda um dos estopins para a organização do movimento Aty Guassu”.(Revista Índio:história, cultura e política, Ano 2, nº1, 2012, p. 18)

A grande assembléia dos Gurani-Kaiowá, Aty Guassu, foi a forma de organização política encontrada pelos índios para combater uma das mais terríveis violações de direitos humanos já sofridos pelos povos originários: a perda da terra e o confinamento em “reservas” mínimas. Essa violência gerou a onda de suicídios que se abateu sobre várias comunidades deste povo, o que os tornou muitas vezes conhecidos na mídia como “índios suicidas”. Segundo relatório do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), entre os anos de 2003 e 2011 foi registrado 43 casos de suicídio em outros estados, e o Ministério da Saúde encontrou 555 casos em Mato Grosso do Sul, quase todos entre os Guarani-Kaiowá. Tônico Benites, que é Guarani-Kaiowá, mestre e doutorando em Antropologia Social no Museu Nacional do RJ, explica essa forte ligação deste povo com a terra:

“A compreensão dos espaços territoriais por eles tem uma concepção cosmológica específica(...)Eles tem uma ligação e conexão direta com os territórios, e o consideram humano. Possuem um forte sentimento religioso de pertencimento ao território específico, fundamentado em termos cosmológicos, sob a compreensão religiosa de que os Guarani-Kaiowá foram destinados em sua origem como humanidade a viver, usufruir

e a cuidar deste território, de modo recíproco e mútuo, portanto eles podem até morrer para salvar a terra”.(Revista Índio, Ano 2, nº 2, 2012, p. 46).

No Acampamento Terra Livre em 2005, eles estavam presentes, como os demais, para trazer visibilidade para as lutas em sua região e para demonstrar sua afirmação como povo indígena, numa representação de homens, mulheres e crianças, incansáveis nas rezas e cantos rituais⁵⁰, que só eram interrompidos para as plenárias, as refeições e o descanso noturno. Eram os primeiros a acordar, antes do raiar do sol, para iniciar os rituais do dia em torno de uma cruz de bambu com palhas que fincaram no chão, e em volta da qual realizavam sua dança circular, ao lado da lona de circo colorida. Para muitos que acompanharam de perto, eles demonstravam alto grau de religiosidade e poucas falas, mas traziam as marcas de sua trajetória de sofrimento, juntamente com a valorização da importância de suas lutas, que teve que se reinventar para acompanhar os novos tempos, ocupando os espaços da política no mundo dos brancos, ao estar junto aos “parentes” e se reconhecer como agentes de um grupo da sociedade civil que, apesar da pluriculturalidade, estavam ali, em conjunto, elencando eixos comuns de lutas, comunicando suas histórias e tornando-se visíveis entre si. Essa foi a estratégia de ação encontrada e que vem sendo construída de forma processual pelos povos indígenas. É possível dizer que as mobilizações, enfrentamentos e as contestações como essas que os povos indígenas em movimento realizam, para serem reconhecidos pelo estado em sua autonomia, para serem tratados como cidadãos que lutam por igualdade com direito à diferença, para transformar todo um pensamento coletivo social que ainda os vê com preconceito e distanciamento, são fundamentais e estão acontecendo agora, em algum lugar desse imenso Brasil. Os “rezadores” Guarani-Kaiowá também transformaram-se em agentes políticos, ao dar continuidade à sua essência cultural, sem perder de vista a perspectiva da transformação social que o conjunto das entidades e organizações do movimento indígena busca alcançar para a política indigenista estatal. Juntos, como um feixe de gravetos tão forte que seja impossível quebrar.

⁵⁰ Os Guarani-Kaiowá fazem usos de seus cantos como uma forma de poder no cotidiano, usado para assuntos diversos como baixar a febre de uma criança, prevenir acidentes em viagens ou evitar ataques e cobras enquanto se trabalha na lavoura.

6.7.4 Imagens e Fontes

7. Considerações Finais: Ontem, Hoje e nos Próximos Tempos...

Retomando as questões colocadas nos objetivos e problemas que propus no início deste trabalho, no que diz respeito ao objetivo geral, a investigação das ações dos povos/movimento indígena nacional em relação à política indigenista estatal gerou conflitos, contestações e também negociações, onde houve certo recuo do governo Lula da Silva em alguns momentos e em outros, também houve a retirada de direitos indígenas, principalmente territoriais, feitas pelo estado.

Em relação à organização das entidades indígenas, elas foram se fortalecendo na medida em que o processo da Etnogênese foi sendo vivenciado, debatido e colocado em prática pelas lideranças que entenderam que o processo de autovalorização étnica e a participação dos índios como agentes políticos foi fundamental para reforçar a busca de autonomia das entidades indígenas da sociedade civil. Em fins dos anos 1970 e início dos anos 1980, comunidades indígenas locais, de bacias de rios, e posteriormente regionais começaram o longo processo de encontros e reuniões, motivadas pela busca de soluções para seus problemas comuns: invasões de madeireiros sedentos de mogno e outras madeiras nobres, de grandes mineradores de ouro, bauxita, cobre, nióbio, diamantes, ocasionando situações de perigo de morte real para as comunidades indígenas da Amazônia brasileira, por exemplo. Mais recentemente, e em outras regiões, os ataques e constrangimentos aos povos indígenas se deram pelo rico grupo de agricultores da soja, egressos dos estados do sul do Brasil, cujos solos já deteriorados pelo cultivo extensivo e com uso extremo de agrotóxicos, os fez migrar para outras regiões como Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, o nordeste e até mesmo para a Amazônia, para constituir seu império de agricultura mecanizada, para o mercado externo e com o apoio do estado, quanto aos insumos financeiros e perdões de dívidas. Essa ação reforçou o quadro de violência e os conflitos com as populações indígenas pela posse da terra nestes estados.

Muitas entidades indígenas entretanto, tiveram um curto período de existência, devido a diversos problemas de ordem organizativa, como prestações de contas e até má gestão por vezes, com suas lideranças sendo cooptadas pelo bloco de poder e também por uma dificuldade no aprendizado das práticas administrativas burocráticas que são impostas a estes tipos de organizações sociais. Outras entidades, por sua vez, foram acumulando forças e experiências, tanto no trato das questões cotidianas da burocracia

de seu funcionamento, como no contato, na articulação política interna e com outras entidades de apoio. Esse processo de redescoberta e revalorização da figura do indígena feito por eles mesmos, contribuiu para a melhor atuação das lideranças e no protagonismo que as entidades do movimento indígena teve em relação às entidades indigenistas, por exemplo na elaboração e realização do Acampamento Terra Livre, agenda indígena, constituída para pautar o governo e não o contrário, onde os objetivos estiveram ligados a uma busca de mudança da política indigenista estatal.

O movimento indígena ou os índios em movimento foram agregando valores, experiências boas (outras nem tanto!) e tornaram-se visíveis diante de uma sociedade que os considerava selvagens e desprovidos de capacidade intelectual. Dos anos oitenta para cá, já são inúmeras as organizações regionais, já temos índias e índios mestres e doutores, além de um grande número de estudantes indígenas em todas as universidades brasileiras. O processo da Etnogênese foi positivo e fundamental nessa retomada da essência cultural indígena, transformando indivíduos que estavam fadados ao desaparecimento cultural em agentes políticos da sociedade civil.

Mas esse processo de retomada da auto-estima indígena não apagou antigas questões e entre elas, a que considero muito importante, a da tutela estatal, que ainda em vigência nos dias de hoje (!), cria confusões e interpretações dúbias a respeito da ação dos índios e de como o estado e a sociedade vê os índios. No passado Colonial, no Império, na Primeira República vimos que a figura do indígena e principalmente sua mão-de-obra precisava ser incorporada à sociedade nacional e para isso, o estado elaborou e montou toda uma engrenagem para fazer funcionar a idéia da tutela, pois era preciso controlar os povos indígenas, seus territórios e principalmente conhecer e usufruir das riquezas do subsolo e da biodiversidade das terras indígenas.

O estado ainda possui índios tutelados, reconhecidos inclusive pelo movimento indígena organizado. Seriam aquelas populações ainda isoladas, que hoje precisam da proteção efetiva estatal para a manutenção de sua integridade física, territorial e cultural, bastante ameaçada pelas frentes de expansão do neoliberalismo, que quer terras, madeiras, minérios. Por outro lado, há toda uma trajetória histórica de organização autônoma de entidades, que começaram com força suas reuniões nas bacias dos rios e igarapés da Amazônia, espalharam-se pelas demais regiões do Brasil, criaram uma entidade nacional, a APIB(Articulação dos Povos Indígenas do Brasil) e

que exigem, muito acertadamente, participar das decisões governamentais/estatais que lhes afetam e lhes dizem respeito. E no primeiro mandato de Lula da Silva, o presidente da Funai, Mércio Gomes, colocando em prática as decisões anti-indígenas do núcleo do governo, interrompeu o diálogo com as organizações indígenas e indigenistas, não reconhecendo esses sujeitos como protagonistas de suas reivindicações de direitos. Então, a questão da tutela ainda se mantém, por ordem de lei, já que há 20 anos tramita no Congresso Nacional um projeto para um novo Estatuto dos Povos Indígenas sem alcançar uma resolução, sem ser colocado em votação, e ao mesmo tempo, desponta e é colocada em prática uma série de ações contestatórias e elaborativas, feitas pelos índios em movimento que desafia esse pensamento tutelista e retrógrado, experienciado no governo de Lula da Silva.

Pensando na constituição da política indigenista colocada em prática pela era Lula da Silva, minha investigação me levou a perceber que apesar de ter tido um início que parecia promissor, com a aceitação dos dirigentes estatais do governo do documento elaborado pelas entidades indígenas e indigenistas, o *Compromisso com os Povos Indígenas do Brasil*, esta tendência de apoio ao movimento indígena e compromisso com suas demandas não se estabeleceu.

Se pensarmos nas diretrizes contidas no documento *Compromisso...*, que norteou a campanha de Lula da Silva, percebeu-se que as contradições entre intenção e gesto foram avassaladoras. Essas diretrizes falam, por exemplo, em estabelecer com os povos indígenas um relacionamento com método democrático e coerência política; ora, quando Lula da Silva se alinha ao bloco histórico, a parceria é feita com os inimigos históricos dos povos indígenas, onde a primeira coisa que é interrompida é o diálogo com as entidades do movimento organizado. Não esqueçamos que Lula da Silva só recebeu os índios em audiência um ano e cinco meses depois de eleito e por conta da ocupação da Câmara dos Deputados, ação contestatória de força dos índios em movimento.

Outra diretriz apontava explicitamente para a construção do diálogo e consulta dos povos, através da elaboração de uma conferência nacional de governo. Ela de fato aconteceu somente em 2006, para responder a todas as críticas e denúncias, que os índios já haviam feito anos antes, especialmente no Acampamento Terra Livre, a respeito da desastrosa política indigenista oficial. A Conferência da Funai cooptou

lideranças para sua feitura, contribuiu para semear a divisão e a divergência dentro do movimento indígena e disputou atenção direta com a realização do ATL naquele ano.

Em relação à homologação das terras indígenas, esta a base de todas as lutas dos povos indígenas no Brasil, a diretriz de campanha dizia que Lula da Silva iria homologar todas as terras indígenas pendentes. Além de não acontecer isso até hoje, devido entre outras coisas, a morosidade, a paralisia do governo e a submissão das instâncias jurídicas das demarcações de T.I., foram diminuídos drasticamente do orçamento recursos da Funai para esse fim. E o que eu considero o caso mais emblemático, foi a diminuição em 317 mil hectares da Terra Indígena Baú, dos Kaiapó do Pará, em 2004, uma terra já demarcada. Esta negociação foi firmada pelo então Ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, homem da absoluta confiança de Lula da Silva. Um retrocesso sem precedentes na história recente do país.

Outras diretrizes importantes do documento de campanha diziam respeito ao fortalecimento das organizações indígenas e ao apoio e assistência de saúde, educação, direitos territoriais, que o dito governo da mudança empreenderia na política indigenista. Mas foi exatamente no período entre 2003 a 2006 que se divulgou o maior número de assassinatos de índios no Brasil, motivados pela omissão estatal nos conflitos de posse de terras, pela devastação ambiental causada pelo agro-negócio, madeireiras, mineradoras, além da paralisia administrativa estatal na demarcação das T.I. já relatada aqui.

Em 2007, as avaliações do governo Lula da Silva sob vários aspectos⁵¹, e principalmente na questão indígena, apontaram o descompasso entre o que se reivindicava e as respostas do estado. Ao compromisso político com a homologação das T.I., o estado brasileiro apresentou um processo de negociação permanente, estabelecendo uma morosidade na ação demarcatória, cortes orçamentários significativos e ainda por cima foi nada veemente diante das pressões dos setores anti-indígenas pela retirada de direitos, muitos deles constitucionalmente estabelecidos. Em 2013, a Carta Magna do Brasil completou 25 anos e no que diz respeito às conquistas dos povos indígenas, representadas nos artigos 231 e 232 do texto constitucional, nos vários eventos em que essa data foi lembrada, o caráter de preocupação esteve

⁵¹ Várias instituições indigenistas como INESC, ISA, CIMI publicaram textos de avaliação da política indigenista do governo Lula da Silva, mantendo o tom de crítica e denúncias das ações estatais.

presente, pois parece que se generalizou na sociedade uma certa interpretação errônea de que o desenvolvimentismo econômico não comporta outras lógicas, principalmente quando elas são fruto de elaborações, vivências e ações culturais diversas. Uma culturalidade anti-capitalista nos dias de hoje navega por diversos matizes e propostas. E os povos indígenas geralmente tem se manifestado contrários aos grandes empreendimentos patrocinados pelo capitalismo neoliberal, que ameaça direitos, territórios e a própria integridade física e cultural dos povos. Mas essas ações de grande porte são viabilizadas exatamente pela autoridade estatal, em alinhamento com a classe dominante. Todos esses e outros enfrentamentos não seriam possíveis, penso eu, se de fato não tivesse acontecido algo de novo na visão dos povos indígenas em relação à sociedade nacional. Mas esse “novo olhar” se deu porque os próprios povos olharam para dentro de si, de seu povo, de sua cultura e se viram lindos, merecedores de respeito, e buscaram a fortaleza que só o encontro proporciona.

E o que foi mais interessante de relatar aqui neste trabalho foi que os índios em movimento protagonizaram uma série de atividades, eventos, passeatas, atos políticos justamente contrapondo aquele que se instaurou como o “governo da mudança”, do presidente Lula da Silva no período de 2003 a 2006. Muita coisa ainda aconteceu no segundo mandato de Lula (de 2007 a 2010), mas estavam os povos indígenas atentos e sabedores de que o alinhamento do petismo ao bloco histórico dominante não teria mais volta. Foi este transformismo político do qual falou Gramsci que pôde ser visto ao se observar a onda de coerção e autoritarismo estatal sofridos por indígenas, ribeirinhos e população proletária do estado do Pará, ao se concretizarem as obras da instalação da hidrelétrica de Belo Monte, que rasgou a mata, aterrou parte da vazante do rio Xingu, forçou o deslocamento de famílias indígenas e ribeirinhas, sem que nenhum desses atingidos fossem sequer consultados. Caso simbólico do poder das forças econômicas da sociedade civil (neste caso o Consórcio Norte Energia, *pool* de empresas responsável pela obra).

E na contramão de todo esse poder econômico e político atuando fortemente, foi visto com muita positividade o protagonismo indígena e de seu movimento social que se fortaleceu criando uma agenda indígena própria como foi o Acampamento Terra Livre, a grande assembléia dos povos indígenas do Brasil, que desde seu nascedouro, desafiou o poder central, desafiou o tombamento e a área de segurança nacional da Esplanada dos Ministérios em Brasília e realizou os debates, as discussões,

estabeleceu as negociações e os enfrentamentos, ocupando o território do poder político não-indígena e manifestando sua discordância com os rumos da política indigenista do estado, especialmente no governo da era Lula da Silva.

O Acampamento Terra Livre já aconteceu no estado do Mato Grosso e em Altamira, no Pará, mas é Brasília, parando a Esplanada, que os povos originários ainda obtêm os mais altos índices de visibilidade para suas demandas. Essa e muitas outras formas de luta continuam e continuarão a ser empreendidas pelos índios em movimento, pois os mesmos continuam seu aprendizado sobre os povos que vieram de fora, os *napë*, como Davi Kopenawa chama os não-índios: que gostam de fumaça, que derrubam a mata, que querem ouro e pedras preciosas e transformam tudo em mercadoria. Em uma entrevista na Revista Trip de julho de 2012, o entrevistador pergunta ao grande líder: “*Qual a principal lição que nós Napës deveríamos aprender com natureza? Ao que Davi responde:*

“Tem metade da população de não índios que já tá escutando, aprendendo, começando a falar em preservação da natureza. Mas ainda é pouco. O índio tem que falar mais e vocês têm que escutar mais. Temos que lutar juntos. O mais importante é ter aliança, não ficar com preconceito, não ficar inimigos. E lembrar que árvore não é carne, não tem que fazer nada, árvore é só deixar lá que já tá conservado.(...) Como não tem outra Terra, nosso povo também é só um, nós e vocês. Então precisa sentar pra trocar ideia. Discutir junto como usar nosso planeta e nosso país, que é tão rico, tão bonito e tem água limpa. Mas homem de São Paulo, Inglaterra ou dos Estados Unidos não quer saber de manter terra viva, a floresta em pé. Quer derrubar tudo e fazer mercadoria. Mas tem que pensar no futuro, no que vai acontecer com as futuras gerações.”

O amigo Davi Yanomami é uma referência para toda uma geração de ativistas indigenistas, para as lideranças indígenas do movimento, para as lideranças indígenas tradicionais, para muitos pesquisadores acadêmicos, pois suas palavras, seu pensamento filosófico profundo é fruto de sua ancestral vivência e da experiência do contato com os não-indígenas. Vítimas de massacres, de invasão de garimpeiros, de disseminação de doenças, os Yanomami tem na figura de Davi seu principal embaixador, que analisa com sabedoria os caminhos do poder, e propõe uma aliança para fortalecer os povos indígenas nas suas reivindicações por respeito étnico, territorial, lingüístico, econômico e social do estado hegemônico e anti-indígena. E a nós, *näpe*, cabe agradecer seu empenho e executar a tarefa proposta.

Olhos D'água, Goiás, Janeiro de 2014.

Lista de Fontes

a) Documentos Oficiais:

- Compromisso com os Povos Indígenas – Programa de Governo 2002. Coligação Lula Presidente;(Set, 2002)
- Relatório do Grupo Temático da Questão Indígena/FUNAI – Equipe de Transição (Dez, 2002)
- Discurso de Posse do Presidente da Funai, Eduardo Almeida - Janeiro, 2003
- Correspondência informal entre o chefe de gabinete de Lula da Silva, Gilberto Carvalho e a Coordenação de Estudos e Pesquisas da Funai – maio, 2003.
- Ata da reunião da Mesa de Diálogo da Secretaria Geral da Presidência da República com o Movimento Indígena Organizado. Abril, 2004
- Correspondências entre as entidades indígenas e a Presidência da República, em preparação à Primeira audiência entre Lula e os Índios. Maio, 2004
- Documento entregue à Lula (com sua rubrica de recebido) pelo Movimento Indígena por ocasião da Primeira audiência entre a Presidência e os povos indígenas. Maio, 2004
- Decreto Presidencial de Homologação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol em Roraima - Abril, 2005
- Decreto Presidencial de instituição no âmbito do Ministério da Justiça da Comissão Nacional de Política Indigenista – CNPI - Março, 2006
- Censo IBGE 2010
- Termo de Conciliação e Ajuste de Conduta do Ministério Público do Pará – Santarém, PA. Caso Terra Indígena Baú, 02 de outubro de 2003
- Relatório da Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal – abril de 2004.
- Lei 6001, de 19/dezembro/1973 – Estatuto do Índio
- Boletim FUNAI – Ano III, nº 5, 1972

- Portaria do Gabinete de Segurança Institucional – CH-GSI, Presidência da República, maio, 2004.

- Inquérito Policial nº 004/1995, da Procuradoria Geral da República, contra Romero Jucá

b) Jornais e Revistas:

- Jornal Folha de São Paulo, O Estado do Amazonas, Diário do Amazonas, Amazonas em Tempo, A Crítica (AM), Jornal do Brasil, Correio Brasiliense, O Globo, Jornal do Senado.

- Revista “O Porantim”(Edições de Maio, 2005 e Abril,2008)

- Revista Brasil Indígena – Funai – Ano III, nº2, maio/junho de 2006

- Revista Índio. História, Cultura e Política. Ano II, nº 01, 2012.

- Revista Caros Amigos. Maio, 2000

c) Documentos Indígenas:

- Documentos Finais do Acampamento Terra Livre – de 2004 a 2008

- Relatório Final do I Fórum Permanente dos Povos Indígenas (COIAB) – Manaus, 03 a 06 de novembro de 2003

- Documento Final do I Seminário Etno-Ambiental Indígena de Roraima – 05 a 08 de outubro de 2003

- Manifesto do Fórum Nacional em Defesa dos Direitos Indígenas – FDDI (Junho, 2004).

- Documento da Associação Pamaré do Povo Indígena Cinta Larga – Rondônia, janeiro, 2003

- Relatório FDDI sobre a Mobilização Abril Indígena Terra Livre. 25 na 29 de abril de 2005

d) Documentos Indigenistas:

- Notas Públicas do Conselho Indigenista Missionário – CIMI. Maio de 2000 (500 anos); Outubro de 2003(crítica ao governo Lula da Silva)

- Relatório DHESCA Brasil – Plataforma Brasileira de Direitos Humanos, Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais. 16 a 18 de novembro de 2003

e) **Outros:**

- Documentário “O Relógio, a bomba e os Outros 500”, de Cireneu Kuhn. Verbo Filmes, SP, 2000.
- Documentário “Acampamento Terra Livre: memória de 6 anos de luta”, de Bruno Pacheco. APIB, DF, 2010.
- Vozes Indígenas no Brasil – Programa da Rádio Nederland da Agência Holandesa de Cooperação para o Desenvolvimento (CORDAID), 2005

8. Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Jorge. Estado, hegemonia, luta de classes e os dez meses do governo Lula. *Crítica Social*, nº 3, Rio de Janeiro, novembro de 2003.

_____. Hegemonia e Bloco histórico no Brasil pós Lula da Silva IN CLOUX, R. & BRASIL, Edemir. (orgs.) *Hegemonia e Resistências no Brasil: história e educação*. Salvador, Kawo-Kbiyesile, 2012

ALMEIDA, Jorge & RIBEIRO, Cristina. *O papel do Abril Indígena na luta dos Povos Indígenas do Brasil e sua relação com o estado*. Trabalho apresentado no GT-10 Movimientos Sociales Rurales, del VII Congreso Latino-Americano de Sociologia Rural (ALASRU), 20-24 de noviembre del 2006. Quito, Equador.

ASSESORIA de Comunicação e Educação em Saúde – Ascom/Presi/Funasa. *Quarta Conferência Nacional de Saúde Indígena*. Goiás, Ministério da Saúde, 2006.

BARROS, José D' Assunção. *O campo da história: especialidades e abordagens*. Petrópolis, Rio de Janeiro, Vozes, 2004.

MINISTÉRIO da Saúde. Secretaria Executiva. Programa Saúde Indígena: *Etnodesenvolvimento das Sociedades Indígenas*. Brasília, Ministério da Saúde, 2001.

MINISTÉRIO da Justiça. *Sociedades indígenas e a ação do governo*. Brasília, Fundação Nacional do Índio, 1996.

BOSI, Alfredo. *Dialética da colonização*. São Paulo, Companhia das Letras, 1992.

CADIOU, François. *Como se faz a história: historiografia, método e pesquisa*. Petrópolis, Rio de Janeiro, Vozes, 2007.

CANCLINI, Nestor García. *As culturas populares no capitalismo*. São Paulo, Brasiliense, 1983.

COORDENAÇÃO, das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira. *Cartilha de subsídios da reestruturação do movimento indígena Amazônico*. Amazônia, Grupo de Trabalho Indígena, GTI, s/d.

CARVALHO, José Murilo de. *Teatro de sombras: a política imperial*. São Paulo, Vértice; Rio de Janeiro, Instituto Universidade de Pesquisas do Rio de Janeiro, 1988.

CARVALHO, Afonso Ligório Pires de. *Informativo FUNAI*. Brasília, Ministério do Interior, Fundação Nacional do Índio, FUNAI, 1995.

_____. *Boletim informativo FUNAI*. Ano II. N. 5. Brasília, Ministério do interior, Fundação Nacional do Índio, FUNAI, 1995.

_____. *Informativo FUNAI*. Brasília, Ministério do interior, Fundação Nacional do índio, FUNAI, 1976.

CARVALHO, Maria Rosário Gonçalves de. Os Povos indígena no nordeste: território e identidade étnica IN SILVA, Pedro Agostinho da. *O Índio na Bahia*. Salvador, Fundação Cultural do Estado da Bahia, 1988.

CDDH, Marçal de Souza Tupã. *Marçal de Souza: Uma história de resistência e luta em defesa de seu povo*. Campo Grande, CEBI/NSFI, s/d.

CHAUÍ, Marilena. *Brasil: Mito Fundador e sociedade autoritária*. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 2001.

CONSELHO Indigenista Missionário – CIMI. *A Violência contra os povos indígenas no Brasil. 2003-2005*. Brasília, DF, s/d

CLARET, Martin (org.) *Ciência e política: duas vocações*. São Paulo, Afiliada, 2006.

COICA, Coordenadoria de las Organizaciones Indígenas de la Cuenca Amazônica. *Volviendo a la maloca*. Amazônia, Agenda Indígena Amazônica, 2004.

COORDENAÇÃO das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira. *Cartilha de subsídios da reestruturação do movimento indígena Amazônico*. Amazônia, Grupo de trabalho Indígena – GTI, s/d.

COSTA, Luciana. *Índios e parlamentos*. Brasília, Instituto de Estudos Socioeconômicos, 2004.

COUTINHO, Carlos Nelson. *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político*. Rio de Janeiro, Campus, 1989.

CLOUX, Rafael & BRASIL, Edemir. (orgs.) *Hegemonias e resistências no Brasil: História e Educação*. Salvador, Kawo-Kbiyesele, 2012

CUNHA, Manuela Carneiro da (org.) *História dos Índios no Brasil*. São Paulo, FAPESP/SMC-SP/Companhia das Letras, 1992.

- DE CERTEAU, Michel. *A invenção do cotidiano. Artes de fazer*. Petrópolis, Vozes, 1994.
- DEMARQUET, Sonia de Almeida. *A questão indígena*. Belo Horizonte, Vigília, 1986.
- DEMARQUET, Sonia de Almeida. *E por falar em índios*. Belo Horizonte, Vigília, 1986.
- DIAS, Reinaldo. *Ciência Política*. São Paulo, Atlas, 2008.
- GADELHA, Regina Maria A. F. *As Missões jesuíticas do Itatim: um estudo das estruturas sócio-econômicas coloniais do Paraguai, séculos XVI e XVII*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980.
- GAGLIARDI, José Mauro. *O indígena e a República*. São Paulo, Universidade de São Paulo: secretaria de estado da cultura, 1989.
- GALLOIS, Dominique T. *Mairi revisitada: a reintegração da fortaleza de Macapá na tradição oral, dos Waiãpi*. NHII/USP, 1992.
- GANDAVO, Pero de Magalhães. *Tratado da Terra o Brasil: história da província santa Cruz, a que vulgarmente chamamos Brasil*. Brasília, Senado Federal, 2008.
- GINZBURG, Carlo. *Relações de força : história, retórica, prova*. São Paulo, Companhia das letras, 2002.
- GITA, Ana. *Atlas Indigenistas*. Brasília, Oriente, 1988.
- GRAMSCI, Antonio. *Concepção Dialética da História*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978-c.
- _____. *Americanismo e fordismo: quaderni del cárcere*. São Paulo, Hedra, 2008.
- _____. *A questão meridional*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.
- GRUPPI, Luciano. *Conceito de hegemonia em Gramsci; tradução de Carlos Nelson Coutinho*. Rio de Janeiro, Graal, 1978.
- GRUPIONI, Luís Donizete Benzi (org.) *Índios do Brasil*. Brasília, Ministério da Educação e Desporto, 1994.
- HARVEY, David. *Condição pós-moderna*. São Paulo, Loyola, 1992.
- HOLANDA, Sérgio Buarque. *Visão do Paraíso. Os motivos endêmicos no descobrimento e colonização do Brasil*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1969 (Coleção Brasileira).
- HOLANDA, Sergio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26. ed. São Paulo: Companhia das letras, 1995.

- LACERDA, Rosane. *Os povos indígenas e a constituinte. 1997-1998*. CIMI, Brasília, DF, 2008.
- LAPA, J. R. Amaral. *Economia colonial*. São Paulo, Perspectiva, 1973.
- LEITE, Serafim. *Luis Figueira. Sua vida heróica e sua obra literária*. Agência Geral das Colônias, Lisboa, 1940.
- LINHARES, Maria Yedda (org.) *História geral do Brasil: da colonização portuguesa à modernização autoritária*. Rio de Janeiro, Campus, 1990.
- LIMA, Antônio Carlos de Souza. *Um grande cerco de paz: poder tutelar e indianidade no Brasil*. Tese de doutorado, Rio de Janeiro, UFRJ/PPGAS, 1992.
- LIMA, Antônio Carlos de Souza. *Etnodesenvolvimento e políticas públicas: bases para uma nova política indigenista*. Rio de Janeiro, Contra Capa, 2002.
- LUCIANO, Gersen dos Santos. *Centro Indígena Brasileiro de Estudos e Pesquisas*. s/d, mimeo.
- _____. *O índio brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/ Museu Nacional, 2006.
- MAAR, Wolfgang Leo. *O que é política*. São Paulo, Brasiliense, 2006.
- MAESTRI, Mário. *Antonio Gramsci: vida e obra de um comunista revolucionário*. São Paulo, Expressão Popular, 2007.
- MAGALHAES, Themis Quezado de (org.) *Demarcando terras indígenas II: Experiências e desafios de um projeto de parceria*. Brasília, Ministério da Justiça, FUNAI (Fundação Nacional do Índio.)2002.
- MARX, Karl. *O dezoito Brumário de Louis Bonaparte*. São Paulo, Centauro, 2003.
- MARX & ENGELS. *O manifesto do Partido Comunista*. Universidade Popular, Global Editora, São Paulo, 1986.
- MISSÃO RONDON. *Apontamentos sobre os trabalhos realizados pela comissão de Linhas Telegráficas estratégicas de Mato Grosso ao Amazonas, sob direção do Coronel de Engenharia Cândido Mariano da Silva Rondon*. Edições do Senado Federal, Vol.8, Brasília, 2003.
- MOCHCOVITCH, Luna Galano. *Gramsci e a escola*. São Paulo, Ática, 1998.
- NOGUEIRA FILHO, Octaciano da Costa. *Intrdução à ciência Política*. 2. ed. Brasília, Senado Federal, Unilegis, 2010.

- NOGUEIRA, Marco Aurélio. *Gramsci e a América Latina*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.
- OLIVEIRA, João Pacheco. *Indigenismo e territorialização. Poderes, rotinas e saberes coloniais no Brasil contemporâneo*. ContraCapa, Rio de Janeiro, 1998.
- PORRO, Antonio. *O povo das águas: ensaios de etno-história amazônica*. Rio de Janeiro, Vozes, 1995.
- CAPOIB. Conselho de articulação dos povos, e organizações indígenas do Brasil. *Nossa história nossos direitos*. Brasília, CAPOIB, 1995.
- PRONZATO, Carlos. *22 de abril nas costas do Brasil: os índios nas comemorações dos 500 anos*. Salvador: SINDISAUDE, 2001.
- POVOS INDIGENAS NO BRASIL. *Povos indígenas no Brasil*. São Paulo, Instituto socioambiental, 2000.
- POVOS INDIGENAS NO BRASIL. *Povos indígenas no Brasil*. São Paulo, Instituto socioambiental, 2010.
- PUNTONI, Pedro. *A guerra dos bárbaros. Povos indígenas e a colonização do sertão nordeste do Brasil. 1650-1720*. São Paulo, Hucitec/USP, 2002.
- RAMOS, Alcida Rita. *O índio hiper-real*. Trabalho apresentado no Seminário Ética e Antropologia. IUPERJ, junho, 1988.
- _____. *Convivência Interétnica no Brasil. Os índios e a nação brasileira*. Série Antropologia 221. Trabalho apresentado no Simpósio Internacional “Autonomías Etnicas y estados nacionales”. Oaxaca, México, 25-27 de junho, 1997.
- RANGEL, Lúcia Helena. *Relatório: Violência contra os povos indígenas no Brasil*. Brasília, Conselho Indigenista Missionário, 2010.
- RANGEL, Lúcia Helena. *Violência contra os povos indígenas no Brasil*. Brasília, Conselho Indigenista Missionário, 2008.
- REVISTA PRINCÍPIOS. Revista teórica, política e de informação. *Marxismo*. São Paulo, Ed. Anita Garibaldi, dezembro/2005, janeiro/2006, n. 82.
- RIBEIRO, Tereza Cristina. Como árvores de murta: os conflitos entre indígenas e europeus na Amazônia colonial. IN FONTES, Edilza (org.) *Contando a história do Pará. Da conquista à sociedade da Borracha (séc. XVI-XIX)*. Vol. I, Belém, Editora E.motion, 2003.

_____. *O tribunal da Junta de Missões: ecos da relação jesuítas-índios no Pará colonial*. Dissertação de Mestrado, PUC-SP, 2000.

_____. *O papel do Abril Indígena 2007 e as lutas dos povos indígenas no Brasil e sua relação com o estado*. Trabalho apresentado no XIIIº CISO – Encontro de Ciências Sociais Norte/Nordeste. Maceió, 03 a 06 de setembro de 2007.

RICARDO & RICARDO. Beto e Fany (orgs.) *Povos indígenas no Brasil. 2001-2005*. Editora Instituto Sócioambiental, São Paulo, 2006.

RICARDO, Carlos Alberto. *Povos indígenas do alto e médio rio Negro: uma introdução à diversidade cultural e ambiental do noroeste da Amazônia brasileira*. Amazonas, FOIRN – Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro, 1998.

RICARDO, Carlos Alberto. *Povos indígenas do Rio Negro: uma introdução à socioambiental do noroeste da Amazônia brasileira*. Amazonas, FOIRN – Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro, 2006.

SAMPAIO, Álvaro Fernandes. *Doéthiro: Álvaro Tukano e os séculos indígenas no Brasil*. Porto Alegre: Ed. do autor, 2010.

SAMPAIO, Aluysio Mendonça. *Senhores e escravos: a escravidão indígena no Brasil*. São Paulo, Carthago e Forte, 1994.

SANTILLI, Márcio. *Balanço Sócio-Ambiental do governo Lula*. Janeiro a julho de 2003. www.socioambiental.org.br

SCHIAVINI, Fernando. *Diário de Campo*. Goiânia, Kelps, 2009.

SCHIAVINI, Fernando. *De longe, toda serra é azul: Histórias de um indigenista*. Brasília, Criativa Gráfica e Editora LTDA. 2006.

SILVA, José Bonifácio de Andrada e. *Projetos para o Brasil (1823)*. Companhia das Letras, Coleção Brasileira, s/d.

SILVA, Aracy Lopes da. *A temática indígena na escola. Novos subsídios para professores de primeiro e segundo graus*. São Paulo, MEC/MARI/UNESCO, 1995.

SIMIONATTO, Ivete. *Gramsci sua teoria, incidência no Brasil, influencia no serviço social*. São Paulo, Cortez, 1995.

TODOROV, Tzvetan. *Nós e os outros: a reflexão francesa sobre a diversidade humana*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1993.

TORAL, André. *Os brasileiros*. São Paulo, Conrad Editora do Brasil, 2009.

VILLAS BÔAS, Orlando. *A arte dos pajés: impressão sobre o universo espiritual do índio xinguano*. São Paulo, Globo, 2000.

VILLAS BÔAS, Orlando. *Orlando Villas Boas: história e causas*. São Paulo, FTD, 2006.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. *A inconstância da alma selvagem e outros ensaios de antropologia*. São Paulo, Cosac Naify, 2002.

UNIVERSIDADE, Federal de Juiz de Fora. *Gramsci 100 anos*. Educação em foco. Órgão Oficial da faculdade de Educação, Centro Pedagógico da UFJF. Juiz de Fora- MG, 2000.

WILLIAMS, Raymond. *Marxismo e Literatura*. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1979.

9. Anexo: Documento “Compromisso com os Povos Indígenas do Brasil”